



**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE – UNESC  
UNIDADE ACADÊMICA DE HUMANIDADES, CIÊNCIAS E  
EDUCAÇÃO - UNAHCE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS  
AMBIENTAIS – PPGCA  
MESTRADO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS**

**LEANDRO NUNES**

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO AMBIENTE DE VIDA: A  
PERCEPÇÃO DE PROFISSIONAIS DE UM CENTRO DE  
REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (Mestrado) da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Ambientais.

Orientador: Profo. Dr. Gilberto Montibeller Filho

**CRICIÚMA  
2013**

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

N972r Nunes, Leandro.

Representações sociais do ambiente de vida : a percepção de profissionais de um centro de referência de assistência social / Leandro Nunes ; orientador: Gilberto Montibeller Filho. – Criciúma, SC : Ed. do Autor, 2013.  
202 p. : il.; 21 cm.

Dissertação (Mestrado) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, Criciúma, 2013.

1. Assistência social. 2. Representações sociais. 3. Vulnerabilidade social. I. Título.

Bibliotecária Eliziane de Lucca Alosilla – CRB 14/1101  
Biblioteca Central Prof. Eurico Back – UNESC

Esse Trabalho é dedicado afetosamente aos profissionais do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS Tereza Cristina) do bairro Tereza Cristina – Criciúma/Santa Catarina.



## AGRADECIMENTOS

Agradeço de coração aos profissionais do CRAS Tereza Cristina pelo apoio e participação incondicional nessa pesquisa. Pois, foi por meio de suas vivências, experiências e discursos que esse estudo foi estruturado.

Um agradecimento especial à profissional do CRAS Tereza Cristina Rose Sandrini, pela disposição e fé em tudo que faz. Também pela Amizade, pelo carinho e pelo exemplo existencial que é para muitas pessoas.

Meu agradecimento especial à Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Patrícia Martins Goulart. Em especial pela troca de conhecimento acadêmico e experiência humana. Também pela abertura de possibilidades de apresentação de seminários sobre temas relacionados à esse trabalho na cadeira de psicologia social, a qual ministra na Universidade do Extremo Sul Catarinense.

À Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Giovana Ilka Jacinto Salvaro, agradeço pela participação como avaliadora na banca de qualificação dessa pesquisa. Meu sincero agradecimento pela coerência e contribuição.

Ao companherismo e troca de experiência acadêmica e humana do Prof<sup>o</sup>. Msc. Mario Ricardo Guadagnin, meus agradecimentos. Parceiro de caminhada de uma jornada que começou em tempos precedentes a esse trabalho. Tempos esses que serviram de inspiração para a realização dessa pesquisa.

Ao Prof<sup>o</sup>. Dr<sup>o</sup>. Gilberto Montibeller Filho meus agradecimentos pela troca de experiência interdisciplinar. Meus agradecimento também, pela confiança e companheirismos no processo.

À Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Teresinha Maria Gonçalves meus agradecimentos, pelo apurado senço crítico, e por aceitar fazer parte da minha caminhada ao longo do mestrado.



“Esse é, em linhas bem gerais, o ambiente de vida contemporânea. Os “problemas do refugio (humano) e da remoção do lixo (humano)” pesam ainda mais fortemente sobre a moderna e consumista cultura da individualização. Eles saturam todos os setores mais importantes da vida social, tendem a dominar as estratégias de vida e a revestir as atividades mais importantes da existência, estimulando-as a gerar seu próprio refugio *sui generis*: relacionamentos humanos natimortos, inadequados, inválidos ou inviáveis, nascidos com a marca do descarte iminente”.

Zygmunt Bauman





## RESUMO

Esse trabalho consiste em um estudo sobre representações sociais do ambiente de vida. O conceito de ambiente de vida estruturado, se estabelece na relação entre os conceitos de espaço, território e ambiente urbano. A teoria das representações sociais nasceu dentro do espaço científico da psicologia social, no entanto esse estudo se arquiteta em um espaço interdisciplinar entre as ciências humanas e sociais e as ciências ambientais. O objeto dessa pesquisa são as representações sociais de profissionais de um Centro de Referência de Assistência Social em Criciúma/SC, sobre o ambiente de vida do território de abrangência da instituição. A amostra da pesquisa fora composta de 7 profissionais técnicos de ensino superior, segundo critério de homogeneidade. O campo de pesquisa foi delimitado em um raio de 1km tendo como ponto central um Centro de referência de Assistência Social em Criciúma/SC. Esse é um trabalho que transita em um espaço metodológico qualitativo, tendo como principal fonte de coleta de dados a entrevista semiestruturada. Os resultados da análise de dados mostraram que as profissionais do CRAS representam o ambiente de vida baseando-se no espaço do entorno da instituição. Para as profissionais o ambiente de vida é permeado por ampla vulnerabilidade no âmbito social e ambiental, estabelecendo-se relação intrínseca entre essas duas instâncias. Mostram-se, através das representações das profissionais, que as vulnerabilidades estão relacionadas ao intenso tráfico de drogas, violência e homicídio. Complementando esse quadro também estão as vulnerabilidades ligadas à renda, habitação e infraestrutura. O conceito ambiente de vida estruturado teóricamente nesse trabalho corroborou com o discurso das profissionais. Dessa forma, esse trabalho mostra a importância que o olhar de profissionais de instituições públicas tem, para contribuir na realização de diagnósticos socioambientais.

**Palavras-chave:** Representações Sociais, Ambiente de Vida, Vulnerabilidades, Centro de Referência de Assistência Social.



## ABSTRACT

The present research consists in a study on social representations of living environment. The concept of structured living environment is established in the existing relations between place, territory and urban environment. Although the social representation theory came from within the scientific area of social psychology, this study is set in an interdisciplinary instance, considering human and social science as well as environmental science. The object of this research is the social representation of professional workers from a Reference Center of Social Assistance in Criciúma/ SC, approaching the living environment within the institution. The research's sample consists in seven technicians of higher education, according to homogeneity criteria. The research field was limited by a 1km radius from the central area of a Reference Center of Social Assistance in Criciúma/SC. The present work is based on a qualitative methodology, considering as a main data collecting source a semi structured interview. The data analyses results show that workers from Reference Center of Social Assistance in Criciúma/ SC represent the living environment based on the area surrounding the institution. For them this environment is permeated by broad vulnerability in both social and environmental fields, establishing an intrinsic relationship between these instances. It can be seen through the workers representations that these vulnerabilities are related to the intense drug dealing, violence and homicide. Summing up to this reality there are the vulnerabilities regarding income, housing and infrastructure. The concept of living environment structured in the present work confirmed the workers' speech. Thus, this research brings out the importance of public institutions workers' point of view to a social environmental diagnosis.

**Keywords:** Social Representation, Living Environment, Vulnerabilities, Reference Center of Social Assistance.



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Recorte do Apêndice 1: Pesquisa realizada no território brasileiro.....	36
Figura 2 - Recorte do Apêndice 1: Pesquisa realizada no estado de Santa Catarina, unidade federativa do território brasileiro.....	37
Figura 3 - Recorte do apêndice 1: Localização do raio de 1 Km na cidade de Criciúma/Santa Catarina/Brasil, onde a pesquisa foi realizada.....	37
Figura 4 - Relação intrínseca entre ambiente físico e ambiente social.....	74
Figura 5 - Quando ocorre um desastre ? - Uma relação entre a magnitude do evento e a vulnerabilidade do espaço.....	80
Figura 6 - Subcategorias de vulnerabilidades ligadas à categoria habitação (núcleo central).....	99
Figura 7 - Recorte do mapa de zonas especiais de interesses sociais (ZEIS), anexo 04 do plano diretor participativo do município de Criciúma Santa Catarina, LEI COMPLEMENTAR N° 095, de 28 de dezembro de 2012.....	102
Figura 8 - Subcategorias de infraestrutura ligadas à categoria infraestrutura (núcleo central).....	126
Figura 9 - Uma bússola sociológica (baseado no desenho original).....	129
Figura 10 - Os elementos constituintes e o modo de produção da representação.....	130



## LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Atividade com os profissionais do CRAS. 20/08/2010.....	77
Imagem 2 - Margens do rio Criciúma e da Faixa de domínio da estrada de ferro.....	81
Imagem 3 - Habitações no bairro Paraíso em Criciúma/SC, na localidade conhecida popularmente como favelinha.....	92
Imagem 4 - Habitação no bairro Paraíso, Criciúma/SC. Contraste de realidades em termos de habitação, ao ser comparada com as habitações da Imagem 3, no mesmo bairro.....	93
Imagem 5 - Faixa de domínio com habitação e atividades humanas próximas.....	94
Imagem 6 - Casas à margem do rio Criciúma, no bairro Boa Vista, em Criciúma/SC.....	96
Imagem 7 - Edifício do programa habitacional Habitar Brasil com acabamento arquitetônico, localizado no bairro paraíso, Criciúma /SC.....	103
Imagem 8 - Edifício do programa habitacional Habitar Brasil sem acabamento arquitetônico, localizado no bairro paraíso, Criciúma /SC.....	104
Imagem 9 - Rua sem saneamento, sem calçamento e sem saída, onde se localiza o posto de saúde do bairro Paraíso.....	113
Imagem 10 - Rua pavimentada, onde se localiza o Centro de Referência de Assistência Social, no bairro Tereza Cristina, porém, sem saída....	114
Imagem 11 - Casa de um catador de materiais recicláveis no bairro Tereza Cristina.....	119
Imagem 12 - Lixos depositados ao ar livre em área de APP, na margem do Rio Criciúma, na divisa dos bairros Boa Vista e Paraíso.....	119
Imagem 13 - Retrato da comunidade que convive com a realidade do trilho que faz divisa entre o bairro Tereza Cristina e Paraíso.....	147
Imagem 14 - . Casa abandonada no bairro Paraíso com a inscrição “FAVELA”, aludindo à representação que as pessoas tem do espaço.....	151
Imagem 15 - . Conjunto de imagens que retratam a linguagem que a população utiliza para expressar o modo de vida e a cultura local.....	153
Imagem 16 - Igreja Adventista no bairro Paraíso, em Criciúma/SC...	159
Imagem 17 - E.M.E.I.E.F Linus João Rech, em Criciúma/SC.....	161
Imagem 18 - Unidade de saúde 24 Horas no bairro Boas Vista, Criciúma/SC.....	166





## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Características dos participantes.....	34
Tabela 2 - Indicadores habitacionais de acordo com a representação social dos profissionais do CRAS Tereza Cristina.....	106
Tabela 3 - Aspectos deficitários e não deficitários da infraestrutura urbana, com base na representação social dos profissionais do CRAS TerezaCristina.....	126
Tabela 4 - Exemplo de bairros citados pelos profissionais do CRAS Tereza Cristina que passaram pelo processo de desterritorialização/territorialização.....	143



## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1 - Bolsa Família: número de benefício concedidos em bairros do território do CRAS Tereza Cristina no mês de março de 2013.....	173
Gráfico 2 - Dados do Programa Municipal de Garantia de Renda Familiar Mínima do mês de março de 2013.....	177



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>ACRICA</b>	Associação Criciumense de Catadores
<b>APP</b>	Área de Preservação Permanente
<b>CFP</b>	Conselho Federal de Psicologia
<b>CPSB</b>	Centro de Proteção social Básica / CRAS Tereza Cristina
<b>CONSEG</b>	Conselho de Segurança
<b>CRAS</b>	Centro de Referência de Assistência Social
<b>CREPOP</b>	Centro de Referência em Psicologia e Políticas Públicas
<b>IPAT</b>	Instituto de Pesquisas Ambientais e Tecnológicas
<b>MDS</b>	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome
<b>MMA</b>	Ministério do Meio Ambiente
<b>ONG</b>	Organização Não Governamental
<b>OTAN</b>	Organização do Tratado do Atlântico Norte
<b>PAIF</b>	Programa de Atenção Integral a Família
<b>PMRR</b>	Plano Municipal de Redução de Riscos
<b>PNAS</b>	Política Nacional de Assistência Social
<b>PNH</b>	Política Nacional de Habitação
<b>SUAS</b>	Sistema Único de Assistência Social
<b>ZEIS</b>	Zonas Especiais de Interesse Social



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	27
<b>2 OBJETO E OBJETIVOS DA PESQUISA</b> .....	31
2.1 OBJETO DE PESQUISA.....	31
2.2 OBJETIVOS .....	31
2.2.1 GERAL.....	31
2.2.2 ESPECÍFICOS .....	31
<b>3 METODOLOGIA</b> .....	32
3.1 QUESTÕES CONCEITUAIS DA METODOLOGIA DA PESQUISA.....	32
3.2 PARTICIPANTES .....	33
3.2.1 CARACTERÍSTICAS DOS PARTICIPANTES.....	33
3.3 DELIMITAÇÃO DO CAMPO .....	36
3.4 PERCURSO METODOLÓGICO .....	38
3.4.1 PRIMEIRA FASE DA PESQUISA .....	38
3.4.2 SEGUNDA FASE DA PESQUISA .....	38
3.4.3 TERCEIRA FASE DA PESQUISA .....	38
3.4.4 QUARTA FASE DA PESQUISA .....	39
<b>4 CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS)</b> .....	41
4.1 UM PANORAMA.....	41
4.2 O CRAS TEREZA CRISTINA.....	44
<b>5 AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS</b> .....	47
5.1 UMA INTRODUÇÃO À TEORIA.....	47
5.2 CONCEITUANDO AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS .....	49
5.3 CONCEITOS CHAVE EM REPRESENTAÇÕES SOCIAIS .....	51
<b>6 O AMBIENTE DE VIDA</b> .....	55
6.1 A CONCEPÇÃO DE ESPAÇO .....	55
6.2 A CONCEPÇÃO DE TERRITÓRIO.....	58
6.3 A CONCEPÇÃO DE AMBIENTE URBANO .....	61
<b>7 VULNERABILIDADE E RISCO</b> .....	66
7.1 VULNERABILIDADE SOCIAL.....	66
7.2 RISCO SOCIAL.....	67
7.3 VULNERABILIDADE AMBIENTAL.....	68
7.4 RISCO AMBIENTAL.....	69
<b>8 AMBIENTE DE VIDA: O CONCEITO</b> .....	74
8.1 AMBIENTE FÍSICO.....	74
8.2 AMBIENTE SOCIAL.....	82
8.3 REFLEXÕES SOBRE O CONCEITO DE AMBIENTE VIDA.....	86





<b>9 SOBRE A REPRESENTAÇÃO QUE CONSTRÓI O AMBIENTE E O AMBIENTE QUE CONSTRÓI A REPRESENTAÇÃO.....</b>	<b>90</b>
9.1 HABITAÇÃO .....	90
9.2 INFRAESTRUTURA .....	109
9.3 O ESPAÇO COMO INSTÂNCIA SOCIAL .....	128
9.3.1 OS VÍNCULOS SOCIAIS .....	129
9.3.2 O TERRITÓRIO COMO LUGAR DE PRÁTICAS ILÍCITAS .....	147
9.3.3 A IMPORTÂNCIA DAS INSTITUIÇÕES NO TERRITÓRIO DO CRAS TEREZA CRISTINA .....	157
9.3.4 RENDA E TRABALHO .....	168
10 CONCLUSÃO .....	182
REFERÊNCIAS .....	186
APÊNDICE(S) .....	203
ANEXO(S) .....	212



## 1 INTRODUÇÃO

Ao realizar trabalhos de “Sensibilização em Coleta Seletiva com Inclusão de Catadores” em um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), localizado no bairro Tereza Cristina em Criciúma/SC, através do “Projeto de Extensão Coleta Seletiva Solidária da UNESC (Universidade do Extremo Sul Catarinense), como bolsista, no ano de 2010, o pesquisador percebeu que emergiam representações simbólicas da comunidade. As representações simbólicas foram produzidas através de um trabalho com pintura onde fora sugerido aos profissionais que desenhassem a comunidade onde atuavam. Parte-se do princípio de aprofundar o estudo das representações sociais do ambiente de vida, da comunidade, a partir dos profissionais que atuam no CRAS.

Os estudos de representações sociais permeiam por diversos campos, como por exemplo, a saúde e a educação. E entre os variados campos de estudos pelos quais a teoria das representações sociais serve de ferramenta de pesquisa, está o meio ambiente. (ARRUDA, 2002). Esse estudo também tem contribuição da teoria das representações sociais para melhor entender a relação entre o ser humano e seu ambiente de vida.

O trabalho das profissionais seguindo os parâmetros políticos e institucionais do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), através do CRAS, se caracteriza pelo fortalecimento de vínculos familiares e comunitário, programas socioeducativos, socioassistenciais, programas de transferência de renda, etc. A atuação das profissionais na comunidade se dá em meio a realidades que estão fora de suas potencialidades de trabalho em curto prazo, como por exemplo, os espaços consolidados pela violência e espaços urbanos sem planejamento ou mal planejados. A pesquisa se constitui em um estudo sobre representações sociais de profissionais do CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) do bairro Tereza Cristina em Criciúma/SC, sobre o ambiente de vida do território de abrangência da instituição.

Em 2010, ao final das atividades realizadas no Centro de Referência de Assistência Social do bairro Tereza Cristina, através do Projeto de Extensão Coleta Seletiva Solidária, fora confeccionado um

relatório (NUNES et al, 2010)<sup>1</sup>, onde foram dispostas as atividades realizadas bem como a análise global e conclusões que se chegaram a partir da realização desse projeto que teve duração de quatro meses, a começar em maio de 2010 e a terminar em agosto de 2010.

Nos relatos e representações do ambiente de vida, pontuados pelas profissionais, estavam questões relativas à criminalidade, aos modos de convivência das pessoas que muitas vezes se encontravam ao longo do trilho que passa pelo bairro Tereza Cristina, a deposição de rejeitos no entorno, assim como o apego que as profissionais desenvolveram pelo bairro e pelas pessoas que moram nele.

Embora as atividades, em sua totalidade, na instituição tenha durado quatro meses, com as profissionais tivera a duração de apenas uma manhã, e em termos de coleta de informações e disponibilidade de pouco tempo, as atividades realizadas com as profissionais da instituição foram de grande importância. Esse fato levou o pesquisador a aguçar sua curiosidade científica ao ponto de ampliar a pesquisa a partir de métodos que a levem a contribuir cientificamente com a realidade do território de atuação do Centro de Referência de Assistência Social.

A importância de pesquisar as representações sociais das profissionais sobre o ambiente de vida do território de abrangência do Centro de Proteção Social Básica (CPSB) se constitui na possibilidade de realização de uma leitura psicossocial do Ambiente de Vida. Dessa forma enfatiza-se a importância do trabalho das profissionais, técnicos de ensino superior para levantar possíveis problemáticas de natureza qualitativa, contribuindo para análises e intervenções que se pautam pelo viés de políticas públicas.

No entanto é observado como importante que se estabeleça estudos de natureza qualitativa em uma vertente psicossocial que faça um diálogo com as ciências ambientais, para então fazer análises que se direcionem à relação pessoa/ambiente.

O trabalho fora organizado em três partes para melhor exposição do conteúdo. Na primeira parte constam: a) o objeto de pesquisa; b) Os objetivos, geral e específicos; c) A metodologia para a realização da pesquisa, bem como a amostra e a delimitação do campo de pesquisa.

---

<sup>1</sup> O relatório das atividades de Sensibilização em Coleta Seletiva e Reciclagem encontra-se nos arquivos do Projeto de Extensão Coleta Seletiva Solidária, na Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC.

A segunda parte diz respeito: a) Aos fundamentos teóricos da pesquisa, ou seja, constando para melhor entendimento, as políticas públicas de assistência social e a caracterização teórica e contextual pelas quais a instituição CRAS se norteia; b) O posicionamento teórico ao que se refere às representações sociais; c) A conceituação de ambiente de vida formulada pelo pesquisador para delimitação teórica do objeto de pesquisa; d) As noções de vulnerabilidade e risco, as quais o pesquisador se defrontou ao escolher o objeto de pesquisa.

A terceira parte da pesquisa diz respeito à análise dos dados, a qual consta: a) A análise das representações sociais das profissionais do CRAS tendo como base a conceituação do ambiente de vida; b) A análise das representações das profissionais ligadas à habitação; c) A análise das representações sobre infraestrutura urbana com base na representação social das profissionais do CRAS; d) A análise dos vínculos de acordo com as representações sociais das profissionais do CRAS; e) A análise das práticas ilícitas no território com base nas representações sociais das profissionais do CRAS; f) A importância das instituições no território com base nas representações sociais do ambiente de vida; g) Análise da renda e trabalho com base nas representações das profissionais do CRAS.

Por fim, a conclusão traz um parâmetro do trabalho e dos resultados que o estudo chegou. Embora no decorrer do trabalho o leitor possa ter esclarecimentos relevantes.

**PRIMEIRA PARTE**  
**Informações, objetivos e metodologia do estudo**

## **2 OBJETO E OBJETIVOS DA PESQUISA**

### **2.1 OBJETO DE PESQUISA**

Representações sociais de profissionais do CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) do bairro Tereza Cristina, Criciúma/SC, sobre o ambiente de vida do território - com vulnerabilidade socioambiental - de abrangência da instituição.

### **2.2 OBJETIVOS**

#### **2.2.1 Geral**

- Pesquisar as Representações Sociais dos profissionais de um Centro de Proteção Social Básica (SPSB) sobre o ambiente de vida do território em situação de vulnerabilidade socioambiental.

#### **2.2.2 Específicos**

- Levantar as características da vulnerabilidade Socioambiental do território do CRAS Tereza Cristina a partir dos resultados do estudo de representações sociais do ambiente de vida;
- Levantar as condições socioambientais do território do CRAS, ao que se refere ao ambiente físico, para obter dados comparativos às representações sociais do ambiente de vida.
- Analisar de modo comparativo os dados objetivos dos planos de transferência de renda e os dados subjetivos das representações sociais do ambiente de vida.



### 3 METODOLOGIA

#### 3.1 QUESTÕES CONCEITUAIS DA METODOLOGIA DA PESQUISA

A pesquisa norteou-se pela abordagem qualitativa. A pesquisa qualitativa tem um caráter interpretativo, no entanto é incluído nesse fator a descrição de pessoas e cenários, análise de dados para que sejam identificados temas e categorias e interpretações para chegar a conclusões. Segundo Sampieri; Collado & Lucio (2006, p. 5) “seu propósito consiste em “reconstruir” a realidade, tal como observada pelos atores de um sistema social pré definido. Muitas vezes chamado de “holístico”, porque considera o “todo” sem reduzi-lo ao estudo de suas partes”.

O estudo tem em sua base a perspectiva da pesquisa social crítica, esta que tem como enfoque o estudo do fenômeno no decorrer do tempo, considerando as especificidades históricas ao que se refere a sua aparência e sua essência, baseando-se na construção social do fenômeno (RICHARDSON & Cols, 1999).

O estudo é exploratório, por a pesquisa exploratória ser flexível e levar em consideração vários aspectos que sejam relativos ao tema estudado. Utilizando-se desse método busca-se mais familiaridade com o problema para que seja propiciado maior explicitação (GIL, 2008). Contudo é a partir desses parâmetros conceituais que o pesquisador se norteará para realização da pesquisa.

Essa pesquisa é de cunho bibliográfico, pois norteia-se por um referencial teórico, o qual se apresenta na segunda parte do trabalho. Tal referencial teórico define o conceito de ambiente de vida utilizando-se de referências como Lefebvre (1999), Souza (2005), Haesbaert (2007), Santos (2006), etc. A teoria das representações sociais é conceituada nesse trabalho através de autores como Alves (2006), Moscovici (2011), Guareschi & Veronese (2007), entre outros. Além disso a pesquisa bibliográfica sobre o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) foi feita em bases de dados de sites governamentais. Fora realizada pesquisa bibliográfica sobre vulnerabilidades e riscos sociais e ambientais, onde buscou-se referências como Deschamps (2008), Vielaard-Baron (2007), Veyret (2007) etc. No entanto para que o trabalho ficasse completo e contextualizado, o autor o contemplou com referências adicionais na análise dos dados. Na análise dos dados o leitor irá ver referências adicionais à fundamentação teórica, como: Sen (2000), Brym et al. (2008), Jovchelovitch (2008), dentre outros. Para

isso o autor buscou pesquisar as bibliografias a partir de bases de dados de artigos científicos, base de dados de teses e dissertações, bem como de referências em livros.

### 3.2 PARTICIPANTES

Inicialmente a pesquisa seria constituída de 10 profissionais técnicos de nível superior do CRAS Tereza Cristina, com base no quadro de profissionais de nível superior que existia na instituição no ano de 2012. No entanto o quadro de profissionais de nível superior foi diminuído, contando de 8 pessoas. O início do estudo ocorrera em janeiro de 2013. E o grupo de participantes foi composto por 8 profissionais de nível superior, contando com 1 abstenção, restando no entanto 7 profissionais. O estudo foi realizado contando com uma amostra de 7 profissionais de nível superior.

O grupo de participantes foi formado dentro do critério de homogeneidade, pois todos as profissionais (sujeitos de pesquisa) são técnicos de nível superior. Portanto, entende-se que a pesquisa foi realizada compreendendo o universo de profissionais de ensino superior da instituição. A escolha das profissionais de nível superior se deu pela razão de estas serem de um grupo que tem agregada à sua formação existencial, a formação científica. Contudo o foco da pesquisa diz respeito as representações sociais do ambiente de vida, que advém de um grupo de pessoas, técnicos de nível superior. Se o grupo de participantes fosse constituído, além de profissionais de nível superior, de profissionais de nível médio, por exemplo, a pesquisa deixaria de pautar-se pelo critério de homogeneidade. Dessa forma, não pautar-se pelo critério de homogeneidade poderia levar o pesquisador a fazer comparações entre os grupos estudados. Porém não se teve o interesse de trabalhar comparativamente.

Partindo desse pressuposto a escolha dos participantes foi definida a partir do método de amostragem intencional, pois “de acordo com o determinado critério é escolhido intencionalmente um grupo de elementos que irão compor a amostra” (MARTINS, HEÓPHILO, 2009).

#### 3.2.1 Características dos Participantes

Tabela 1: Características dos Participantes

Participantes	Informações
(1)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Data da Entrevista: 10/01/2013</li> <li>• Idade: 28</li> <li>• Sexo: Feminino</li> <li>• Residência: Criciúma/SC</li> <li>• Profissão: Psicologia</li> <li>• Nível de Estudo: Especialização</li> <li>• Ocupação: Atendimento e encaminhamento</li> <li>• Tempo de Atuação na Instituição: Três anos e três meses</li> </ul>
(2)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Data da Entrevista: 10/01/2013</li> <li>• Idade: 22</li> <li>• Sexo: Feminino</li> <li>• Residência: Criciúma/SC</li> <li>• Profissão: Educação Física</li> <li>• Nível de Estudo: Licenciatura</li> <li>• Ocupação: Ministra oficinas de conhecimento e valorização do corpo, recomendações de saudáveis de alimentação, exercícios físicos, cooperação, em equipe e valorização do próximo</li> <li>• Tempo de Atuação na Instituição: 2 anos como estagiária e 1 ano contratada</li> </ul>
(3)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Data da Entrevista: 15/01/2013</li> <li>• Idade: 36</li> <li>• Sexo: Feminino</li> <li>• Residência: Forquilha/SC</li> <li>• Profissão: Serviço Social</li> <li>• Nível de Estudo: Especialista</li> <li>• Ocupação: Atendimento individual, acompanhamento das famílias que residem no território, visita domiciliar, informações quanto a benefícios, serviços e programas</li> <li>• Tempo de Atuação na Instituição: Dois anos</li> </ul>
(4)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Data da Entrevista: 21/01/2013</li> <li>• Idade: 48</li> <li>• Sexo: Feminino</li> <li>• Residência: Araranguá/SC</li> </ul>

---

	<ul style="list-style-type: none"><li>• Profissão: Serviço Social</li><li>• Nível de Estudo: Especialista</li><li>• Ocupação: Coordenação da equipe que compõe o CRAS; cuida para que o trabalho aconteça da melhor forma possível, desde cuidar do espaço físico a gerenciar pessoas; gerenciar os programas que são oferecidos no CRAS; Manter contato com os gestores públicos</li><li>• Tempo de Atuação na Instituição: Quatro anos</li></ul>
(5)	<ul style="list-style-type: none"><li>• Data da Entrevista: 06/02//2013</li><li>• Idade: 23</li><li>• Sexo: Feminino</li><li>• Residência: Criciúma/SC</li><li>• Profissão: Pedagogia</li><li>• Nível de Estudo: Licenciatura</li><li>• Ocupação: Favilitadora de canto</li><li>• Tempo de Atuação na Instituição: Dois anos</li></ul>
(6)	<ul style="list-style-type: none"><li>• Data da Entrevista: 14/02/2013</li><li>• Idade: 30</li><li>• Sexo: Feminino</li><li>• Residência: Criciúma/SC</li><li>• Profissão: Graduação em Letras Português/Inglês</li><li>• Nível de Estudo: Licenciatura</li><li>• Ocupação: Coordenadora Pedagógica (organização de oficinas, de facilitadores, articulações que envolvam crianças e adolescentes), Orientadora Social do pró jovem</li><li>• Tempo de Atuação na Instituição: Quatro anos e meio</li></ul>
(7)	<ul style="list-style-type: none"><li>• Data da Entrevista: 28/02/2013</li><li>• Idade: 32</li><li>• Sexo: Feminino</li><li>• Residência: Criciúma/SC</li><li>• Profissão: Pedagogia</li><li>• Nível de Estudo: Licenciatura</li><li>• Ocupação: Facilitadora de teatro</li><li>• Tempo de Atuação na Instituição: Dois anos e meio</li></ul>

---

### 3.3 DELIMITAÇÃO DO CAMPO <sup>2</sup>

O campo de pesquisa foi delimitado em um raio de 1km tendo como ponto central o CRAS Tereza Cristina (APÊNDICE 1). Os bairros que foram abrangidos em um raio de 1 km são Vila Floresta II; Santo Antônio; Boa Vista; Paraíso, Pinheirinho; São Francisco; Tereza Cristina; Santa Augusta; Jardim Angélica; Universitário; Imperatriz e Cidade Mineira Velha. Contudo é importante pontuar que os bairros Imperatriz e Cidade Mineira Velha não fazem parte do território do CRAS Tereza Cristina, portanto não estão incluídos na pesquisa embora parte desses bairros estejam dentro do raio de 1 km estabelecido como campo de pesquisa. Para esclarecer a escolha do raio de 1 km, delimitado como campo de pesquisa pelo pesquisador, pode-se dizer que é justificado pelo fato de essa medida abranger uma amostra significativa do território do CRAS Tereza Cristina. Dessa forma foi possível se ter uma amostra que contemplou variados bairros com suas características peculiares, os quais compõem o território.

Figura 1:  
Recorte do Apêndice 1 -  
Pesquisa realizada no território brasileiro.



<sup>2</sup> Esse modelo de delimitação do campo de pesquisa (raio de 1km) foi surgido pela professora Dra. Teresinha Maria Gonçalves, coordenadora do Laboratório de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano e Psicologia Ambiental e docente do mestrado em Ciências Ambientais da Universidade do Extremo Sul Catarinense.

Figura 2:  
Recorte do Apêndice 1 –  
Pesquisa realizada no estado de Santa Catarina, unidade  
federativa do território brasileiro.



Figura 3:  
Recorte do apêndice 1 -  
Localização do raio de 1 Km na cidade de  
Criciúma/Santa Catarina/Brasil, onde a pesquisa foi  
realizada.



### 3.4 PERCURSO METODOLÓGICO

#### 3.4.1 Primeira Fase da Pesquisa

Considerando o percurso metodológico em sua complexidade, foi contactado primeiramente o setor administrativo do CRAS Tereza Cristina para definir horários de acesso aos profissionais da instituição.

#### 3.4.2 Segunda Fase da Pesquisa

Foi realizada uma entrevista semiestruturada (APÊNDICE 2), tendo como amostra a população constituída de 7 profissionais técnicos de nível superior. Foi feita a gravação de voz para assegurar a fidedignidade e qualidade da coleta de dados através da entrevista semiestruturada. A entrevista teve como objeto referenciador o mapa do raio de 1 km a partir do CRAS Tereza Cristina, o qual faz um recorte do território de atuação da instituição (APÊNDICE 1). O mapa foi entregue em mãos do entrevistado, o qual se norteou por este. Foi marcado e estabelecido um horário com cada profissional em um ambiente propício no CRAS Tereza Cristina para favorecer uma adequada coleta de dados. A entrevista semiestruturada direcionou-se a coleta de dados para possível análise das representações sociais do Ambiente de Vida.

Sampieri, Collado & Lucio (2006) ao tratar da entrevista semiestruturada dizem que “nesses casos, o entrevistador, conforme a direção da interação, tem liberdade de aprofundar as respostas (adicionando os “porquês” e outras questões que complementam a informação”.

#### 3.4.3 Terceira Fase da Pesquisa

Foi realizado um levantamento fotográfico dos locais mais importantes de acordo com o parecer de um informante qualificado, profissional do CRAS Tereza Cristina. O levantamento fotográfico serviu como material associativo dos dados coletados na entrevista semiestruturada, dessa forma se tornou propício fazer uma análise de acordo com a associação entre representação imagética através da fotografia, e a representação social do ambiente de vida a partir das profissionais do CRAS.

Para Arruda (2010) a fotografia tem a capacidade de fazer um diálogo com outras fontes que também documentam e interpretam a realidade, no entanto torna enfática as dimensões mais sutis de

percepção e compreensão, por isso vai além do registro de informações de especificidades sociológicas e antropológicas.

#### 3.4.4 Quarta Fase da Pesquisa <sup>3</sup>

A análise dos dados foi realizada de forma qualitativa. Os dados coletados foram analisados da seguinte forma:

(1) Foram divididos em unidades – As unidades podem ser caracterizadas por parágrafos ou trechos dos textos transcritos;

(2) Das unidades foram extraídas categorias – As categorias foram retiradas das unidades, sendo que cada unidade foi analisada, assim se constatou, à medida que as unidades foram analisadas, se surgiam novas categorias ou discursos que reafirmavam categorias já encontradas nas unidades precedentes.

(3) Se seguiu os seguintes parâmetros:

a) Descrições das categorias – As descrições das categorias foram realizadas de acordo com o contexto discursivos das entrevistas;

b) Significado de cada categoria – O significado dado a cada categoria foi avaliado de acordo com o significado dados pelos sujeitos de pesquisa, a partir do contexto discursivo das entrevistas;

c) Relações existentes entre cada categoria – Foi analisado a existência de vínculos, nexos e associações entre as categorias.

(4) O material etnográfico obtido através das fotos foi analisado de forma associativa às categorias extraídas da entrevista semiestruturada.

---

<sup>3</sup> Os Tópicos (1); (2); (3) e (4) da 4ª fase da pesquisa tiveram como referência a obra intitulada “Metodologia de Pesquisa” (SAMPLERI; COLLADO; LUCIO, 2006). O Tópico (5) diz respeito a associação entre a imagem coletada através da fotografia e o discurso coletado através da entrevista, onde se fez a análise de pontos convergentes e divergentes ao que se refere à representação do Ambiente de Vida através dos profissionais e a representação imagética através da fotografia.



**SEGUNDA PARTE**  
**Fundamentos Teóricos da Pesquisa**

## **4 CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS)**

### **4.1 UM PANORAMA**

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é uma instituição municipalizada respaldada pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS). O CRAS tem uma importância relevante na comunidade onde se insere, contando com profissionais de nível superior, médio e técnico.

A intervenção do SUAS é proposta a partir de duas estruturas que se articulam entre si: A primeira é a proteção social básica, e a segunda é a proteção social especial, levando em conta a necessidade das ações e seus graus de complexidade. A proteção social básica tem como foco as ações de vigilância social, a prevenção de situações de vulnerabilidade e o fortalecimento de vínculos familiares. A proteção social especial está direcionada a casos complexos, como por exemplo, os que se referem à violação de direitos, nesse sentido pode-se citar: violência e abuso sexual, exploração do trabalho infantil, pessoas em situação de rua etc. (CREPOP, 2007).

A proteção social básica tem como característica o englobamento de ações preventivas, bem como ações voltadas à convivência, socialização, inserção e acolhida, todas elas são voltadas à famílias e indivíduos em situação de risco e vulnerabilidade social. A proteção social básica agrega serviços, como por exemplo, benefícios de prestação continuada, eventuais e também outras formas de transferência de renda. (BRASIL, 2008a).

O objetivo do CRAS é o desenvolvimento local, para isso busca potencializar o território. O seu foco de atuação é a prevenção e a promoção da vida. É inexorável o valor dado a experiência subjetiva do indivíduo, pois contribui para que reconheça sua identidade e seu poder pessoal, atuando no âmbito simbólico e afetivo-emocional da expressão e da interpretação dialógica visando o fortalecimento pessoal do sujeito contribuindo para o desenvolvimento de condições subjetivas de inserção social. O CRAS deve atuar sobre as condições que visem a compreensão do papel ativo que o indivíduo tem na sociedade e a influência das relações sociais, os valores e os conhecimentos culturais. (CREPOP, 2007).

A implantação do SUAS é uma estratégia no âmbito da descentralização dos serviços de assistência social. (BRASIL, 2009).

Considerando que esse texto esclarece que o CRAS é uma instituição de Proteção Social Básica, é de bom grado esclarecer que, de acordo com Brasil (2009b) a Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, publicada no diário Oficial da União em 25 de novembro de 2009, aprovou a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, onde define como serviços de proteção social básica (BRASIL, 2009b, p. 3):

- Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF);
- Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos;
- Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas.

O PAIF tem a finalidade de fortalecer a função de proteção à família e a prevenir as rupturas de seus vínculos, melhorando a qualidades de vida através do acesso aos seus direitos. Desenvolve as potencialidades, amplia o universo informacional proporcionando novas vivências para as famílias usuárias do serviço, porém as ações do PAIF não devem possuir um caráter terapêutico. As ações com famílias e pessoas que precisam de cuidados são realizadas com foco em informações relacionadas à primeira infância, à adolescência, à juventude, o envelhecimento e às deficiências promovendo espaços para troca de experiências, onde são expressas as dificuldades e se reconhecem as possibilidades. Os serviços do PAIF são ofertados necessariamente no Centro de Referência de Assistência Social. (BRASIL, 2009b).

No âmbito das atividades do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, este é realizado em grupos para que seja garantida aquisições progressivas aos usuários participantes, levando em conta seus ciclos de vida com o objetivo de complementação do trabalho social com as famílias e também, de prevenir que ocorram situações de risco social. Os usuários são estimulados a reconstruir suas histórias, as vivências individuais e coletivas, na família e no território. O trabalho é direcionado à oportunidade de proporcionar trocas culturais e de vivências, socializar e estabelecer a convivência comunitária. (BRASIL, 2009b).

A finalidade do serviço de proteção social básica no domicílio para pessoas com deficiência e pessoas idosas é a prevenção de questões que possam levar ao rompimento de vínculos familiares dos usuários, para isso abre-se a possibilidade de igualdade de oportunidades, participação e desenvolvimento da autonomia de pessoas com

deficiência, e pessoas idosas, levando em conta suas necessidades e potencialidades individuais e sociais para prevenir situações de risco, exclusão e o isolamento. (BRASIL, 2009b).

Entender a proteção social pressupõe ter noção que essa envolve um conjunto de seguranças que são dinamicamente articuladas. Tais seguranças são de acordo com Brasil (2008):

- Segurança de Acolhida: esse conceito se refere a oferta e a adequação de espaços de convívio onde são realizadas ações que favorecem a recepção, a escuta profissional com qualificação, informação, referência, concessão de benefícios, aquisição no âmbito material, social, e educativa.
- Segurança Social de Renda: se estabelece como uma segurança complementar à política de emprego e renda, desse modo é realizada através da concessão de bolsas - auxílios financeiros, por meio da concessão de benefícios continuados para indivíduos que não estão incluídos no sistema contributivo de seguridade social, e que estão em situação de se apresentarem com vulnerabilidades as quais são decorrentes do ciclo de vida, ou que estão incapacitados de viver de forma independente, ou incapacitados para o trabalho.
- Segurança de Convívio: essa ação é realizada por meio de condições que ofereçam oferta pública de serviços e trabalhos socioeducativo, os quais devem garantir construção restauração, assim como fortalecimento de vínculos sendo de caráter geracional, intergeracional, familiar e até mesmo de vizinhança e societário.
- Segurança de Desenvolvimento da Autonomia: favorece o desenvolvimento de capacidades e habilidades para propiciar condições de exercício de escolhas, para poderem ir de encontro a maiores possibilidades de independência pessoal e superarem vicissitudes e contingências que contribuem para o impedimento do protagonismo social e político.
- Segurança de Benefícios Materiais ou em Pecúnia: é garantido o acesso à provisão estatal de benefícios eventuais, sendo em caráter provisório, para as famílias e os indivíduos que são expostos a riscos e vulnerabilidades devido à circunstâncias específicas e emergenciais ou calamidade pública.

•  
Através do CRAS é materializada uma responsabilidade intrínseca com a cidadania, através de políticas socioassistenciais, portanto é dada ênfase a vida em sentido amplo ressaltando não só um

compromisso com o cidadão, mas também com a ordem comunitária através de ações territoriais. A importância que uma instituição como o CRAS tem na comunidade, é exatamente a que se estabelece através de uma forma de atuação que potencializa o sujeito para a ação o reconhecendo como cidadão participativo.

#### 4.2 O CRAS TEREZA CRISTINA

O Centro de Referência de Assistência Social no município de Criciúma fora implantado no ano de 2004, para adequar-se à Política de Assistência Social (PNAS). Viabilizou-se o projeto correspondendo a necessidade de ampliar os serviços sócioassistências que já existira nos bairros Paraíso, Boa Vista e Tereza Cristina, pois os bairros se localizam em uma região com alto risco e vulnerabilidade social. (SECRETARIA DO SISTEMA SOCIAL, 2007).

A assistência social a partir de 1988 com a constituição federal, e também com a regulamentação pela Lei 8742 – LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social) foi assegurada como política pública assim como a saúde e a previdência, formando, dessa forma, o tripé da seguridade social (SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO, 2002). Sobre esse viés os Centros de Referência de Assistência Social do município de Criciúma foram implantados para garantir à população em situação de risco social “serviços, programas e projetos garantindo e fortalecendo os vínculos familiares e comunitários, permitindo a vivência real da cidadania ativa: como autogestores de seus destinos, como sujeitos políticos atuantes e como trabalhadores municipais”. (SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO, 2002, p. 3).

No início os trabalhos no CRAS Tereza Cristina eram muito difíceis, portanto com a implantação dos programas sociais à medida que os anos passaram, a assistência às pessoas foi melhorando, esse fato mostra-se, por exemplo, com os trabalhos preventivos que os profissionais da instituição vêm fazendo com a comunidade (VALDEZ; BENEVIDES, 2009).

O CRAS, instituição onde a pesquisa foi realizada, situa-se na localidade do Bairro Tereza Cristina, Rua Spillere, S/N, Criciúma - Santa Catarina. A instituição está localizada em uma área onde tem como característica maior concentração de famílias com renda percapta de até ½ salário mínimo, a região consta como tendo infraestrutura urbana precária, falta de condições habitacionais adequadas, e contando

com dados históricos que correspondem a fornecimento baixo de serviços públicos. O território de abrangência da instituição, cobre dez bairros do município de Criciúma, estes que são os bairros Jardim Angélica, Floresta II, Paraíso, Pinheirinho, Santa Augusta, Santo Antonio, São Francisco, Tereza Cristina, Boa Vista e Universitário. A instituição oferece mais facilidade de acesso aos moradores do bairro Tereza Cristina, onde se encontra, ou seja, esse fator se dá pela facilidade de deslocamento que outros bairros não possuem para chegar até o CRAS. (CUSTÓDIO et al, 2010).

Anadir, profissional do CRAS na área administrativa fala um pouco sobre o atendimento da instituição através de sua experiência na área da assistência social:

Existem dificuldades para colocar em prática tudo o que a lei prevê, da orientação técnica do SUAS. A gente se depara com obstáculos como uma associação de moradores que não está bem estruturada ainda, e se depara também com a violência, o tráfico, que acabam influenciando na vida das famílias – que muitas vezes não aceitam a nossa intervenção. Temos muitos adolescentes envolvidos com o tráfico e, por mais forte que seja o nosso vínculo com ele, o adolescente, isso atrapalha muito. (VALDEZ; BENEVIDES, 2009, p. 73).

A partir da narrativa de Anadir podemos fazer observações e lançar hipóteses, então pode-se perguntar como se dão as relações no espaço territorial que o CRAS Tereza Cristina abrange, e como a população vive nesse espaço permeado de questões conflituosas, como por exemplo, o tráfico e a violência? Ou seja, como é o ambiente de vida da população atendida pela Instituição?

Além dos programas sociais estabelecidos pela tipificação do SUAS ao que se refere a proteção social básica, o CRAS Tereza Cristina ainda é integrante do Fórum Lixo e Cidadania e auxilia nas ações do Projeto de Extensão Coleta Seletiva Solidária da Universidade do Extremo Sul Catarinense. Segundo Jerônimo et al. (2011) o Projeto de Extensão Permanente Coleta Seletiva Solidária teve seu início em 2008 no curso de Engenharia Ambiental da Universidade do Extremo Sul Catarinense. A gênese do projeto permanente teve o intuito de proporcionar espaços de reflexão e ação juntamente com os cientistas, catadores de materiais recicláveis, lideranças dos bairros e organizações

públicas e privadas, para que as atividades ligadas à coleta seletiva na cidade de Criciúma, dando ênfase aos catadores de materiais recicláveis, os quais se envolvem direta ou indiretamente com a sustentabilidade ambiental, fossem reconhecidas como formas de sustentabilidade ambiental assim como de inclusão social.

A instituição de Proteção Social Básica localizada no bairro Tereza Cristina tem grande importância para o território e/ou espaço onde atua, por esse motivo ressalta-se o CRAS como referência à população, assim como constituinte de instrumentos técnicos através de ações de profissionais para que a realidade do território seja conhecida.

## 5 AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

### 5.1 UMA INTRODUÇÃO À TEORIA

As Representações Sociais tem uma importância inestimável para a Psicologia Social, essa teoria busca estabelecer um entendimento das leituras que os indivíduos e a coletividade fazem de fenômenos sociais. O modo como se representam fenômenos e questões variadas de campos distintos da sociedade, é muito importante, pois considerando como tal complexidade condiciona os comportamentos, modos de vida, de atuação do indivíduo ou grupo social e de instituições na sociedade.

O marco inaugural da teoria das Representações Sociais se fez acontecer com a publicação do livro *La psychanalyse, son image et son public* de Serge Moscovici em 1961 (SÁ, 2007). Esse momento histórico foi rápido em termos de impacto não produzindo desdobramentos considerados enfáticos, visíveis. A visão de Moscovici permaneceu sem visibilidade, e era discutida somente em ambientes como o Laboratório de Psicologia Social da École de Hautes Études en Sciences Sociales, em Paris, e nos laboratórios de colegas cientistas, no sul da França e onde existiam pesquisadores interessados por essa teoria, de forma dispersa na Europa. Na realidade a teoria das Representações Sociais reapareceu com ênfase no início dos anos 80. (ARRUDA, 2002).

Moscovici motivou-se a desenvolver o estudo das Representações Sociais dentro de uma metodologia científica a partir de sua crítica às teorias positivistas e funcionalistas, as quais não explicavam a realidade em outras dimensões. (ALEXANDRE, 2004).

Segundo Perrusi (apud Xavier 2002, p. 22) “Moscovici apropriou-se do conceito durkheimiano, modificando-o e utilizando-o como conceito fundador de um novo continente de pesquisas”:

- a) primeiro, retirou do conceito de Durkheim o peso da ontologia social, mudando o seu campo de aplicação, agora situado a meio caminho entre o social e o psicológico; b) inscreveu no conceito uma consistência cognitiva bastante acentuada; c) delimitou especificamente o seu campo de ação, ou seja, o cotidiano; e d) especificou a representação como uma forma de conhecimento particular, relacionado com o senso comum, com a interação social e com a socialização. (PERRUSI, 1995 apud XAVIER, 2002, p. 22).



Durkheim utilizou o conceito de representações nas ciências sociais diferenciando representações individuais e coletivas. Ao distinguir teoricamente os dois conceitos, o autor se empenha na construção de um objeto que seja específico da sociologia, com a intenção de distingui-lo da psicologia e da biologia. (JUNQUEIRA, 2005). O conceito de representações coletivas de Durkheim era abrangente e especificamente sociológico, nele estavam englobados as religiões, a ciência e as noções de espaço e tempo, vistas como autônomas e externas ao indivíduo. (SÁ, 2007).

As representações coletivas, no olhar de Durkheim têm uma existência que se dá na materialidade, ela é concreta, não se manifesta somente no comportamento dos membros que compõem uma sociedade, seja por meio da socialização ou da internalização de valores, mas também apresenta-se no âmbito da estrutura jurídica e organizacional de uma sociedade, em mecanismos de controle social, nas formas de sanção e recompensa, etc. Materializando-a e objetivando-a a representação coletiva sustentaria uma moral específica que figuraria como especial para o corpo social. Durkheim negligencia o fator *construção* na interação social, no entanto tem-se uma lacuna, algo não abordado e essa é a *produção de significados*. (XAVIER, 2002).

Ao estabelecer o conceito de representações sociais como central na teoria do Conhecimento sociológico, DURKHEIM propôs que o conhecimento do mundo externo só se estabeleceria através de representações coletivas, no entanto para o autor a sociologia do conhecimento deveria ser construída nesse conceito, e a sociologia instituir-se como uma ciência independente, com base nos estudos das representações coletivas. (MARKOVÁ, 2006).

As Representações Sociais seguiu o mesmo caminho de outros conceitos que surgiram em uma área e acabaram ganhando uma teoria em outra. Surgida da sociologia de Durkheim, foi na psicologia social que as representações sociais foi teorizada e desenvolvida por Serge Moscovici e ganhou profundidade a partir de Denise Jodelet. A teorização das representações sociais se tornou ferramenta para diversificados campos, como por exemplo, a saúde, a didática, a educação e o meio ambiente. (ARRUDA, 2002).

No Brasil a consolidação do campo das representações sociais pode ser observada a partir da quantidade de publicações nessa área. Dados devidamente documentados mostram que entre os anos de 1988 e 1997 foram constatados 867 trabalhos reunidos em modalidades como livros, capítulos de livros, artigos em periódicos científicos, comunicações em eventos científicos, teses e dissertações. (SÁ,

ARRUDA, 2000). Segundo Sá (2007) atualmente se torna impossível fornecer uma lista completa das questões investigadas tendo como base a teoria das representações sociais, o conhecimento nessa área vem avançando a cada nova comunicação em eventos, artigos em revistas científicas, livros ou capítulos de livros, teses ou dissertações. A autora ainda sugere que não poderia ser de outro jeito, pois a teoria das representações sociais veio propropr estudar tudo que se constitui como questões que as sociedades da contemporaneidade estivessem se preocupando em seu cotidiano.

É notavel a importância científica que as representações sociais tem para as ciências humanas e sociais, sendo que sua história, a qual é recente, mostra que esse campo do conhecimento científico teve uma evolução rápida e significativa, contribuindo para a produção de conhecimento científico em diversificadas temáticas. Portanto é importante destacar a dimensão que essa teoria pode ter na área ambiental.

## 5.2 CONCEITUANDO AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

As representações sociais sendo o fundamento teórico central desse trabalho, nos faz focar a luz nas questões conceituais para então entender de que olhar queremos analisar a pesquisa. Por essa razão, para responder a pergunta “O que são representações sociais?” será realizado um parâmetro sobre essa questão teórica.

Segundo Mynayo, (2002, p.89) “representações sociais é um termo filosófico que significa a reprodução de uma percepção retida na lembrança ou do conteúdo do pensamento”. Enquanto forma de conhecimento, é definida como sendo estruturas cognitivo-afeivas não podendo ser restringidas somente a um conteúdo cognitivo, é uma expressão da realidade intra-individual, ou seja, uma exteriorização do afeto. Ressalta-se que para entendermos-a é crucial definí-la a partir do contexto que às geram em sua forma funcional nas interações sociais do cotidiano. (SPINK, 2002).

A partir do ponto de vista psicossocial as representações sociais resgatam para o registro do cotidiano imagens, afetos, crenças, concepções e relações que a sociedade tem em seu contexto e veícula por períodos consideráveis, e períodos vistos como não tão longos no tempo. É trabalhado não apenas com o que leva ao conhecimento e estimula a (re)construção, mas também com os diversos meandros que formam a organização social e as formas com que o simbólico é sustentado. (ARRUDA, 2009).

As representações sociais não se encerrando em estruturas cognitivas, mas também sendo formas de afeto, também têm uma dimensão histórica que, obviamente, não pode ser negligenciada. Não é coerente admitir as representações sociais como um objeto sólido, imutável, pois isso não corrobora com o que pode-se se chamar de dinâmica social, pois se vista dessa forma seria como pensar uma dinâmica social cristalizada no tempo. (XAVIER, 2002).

Duveen (2011, p. 8) ao falar de representações sociais pontua que “elas entram para o mundo comum e cotidiano em que nós habitamos e discutimos com nossos amigos e colegas, e circulam na mídia que lemos e olhamos”. A vida no cotidiano e o estabelecimento de associações que fazem com que nos vinculamos uns aos outros são constituídas pela influência da comunicação social, a qual é sustentada pelas representações. (DUVEEN, 2011).

Na perspectiva de Moscovici, o mundo epistemológico se constitui de pedaços de saberes, crenças e senso comum, assim os campos representacionais estabelecem uma antropologia da vida cotidiana. Observa-se, dessa forma, que é impossível investir uma ação que esteja fora de representações, pois a ação no mundo é constituída através da alteridade que imprime a diferença entre indivíduos sustentando a atividade simbólica. (VERONESE; GUARESCHI, 2007)”.

Ao conceituar representações sociais é importante denotar que o seu conceito é multifacetado, de um ponto de vista estabelece-se as representações sociais como um processo social envolvendo comunicação e discurso onde se constroem e elaboram significados e objetos sociais. Em outro ponto de vista, principalmente em conteúdos de pesquisas empíricas, as representações são delineadas como característicos de processos individuais (WAGNER, 2002) – “como estruturas individuais de conhecimento, símbolos e afetos distribuídos entre as pessoas em grupos ou sociedades”. (WAGNER, 2002, p. 149).

Conceituando as representações sociais, é notável que a relação entre o indivíduo e a sociedade forma-se em um processo imbricado e indissociável, e este é o cuidado que tem que se ter quando pensar as representações.

### 5.3 CONCEITOS CHAVE EM REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Esse texto abordará alguns conceitos que são fundamentais na teoria das representações sociais. Serão abordados os conceitos de *Ancoragem*, *Objetivação*, *Universo Consensual* e *Universo Reificado*.

A ancoragem vai ao encontro do familiar para então converter a novidade, ou seja, se traz o desconhecido ao território do que é conhecido tornando-o familiar para dar sentido ao objeto que se apresenta a nós (ARRUDA, 2002). Ancorar é integrar cognitivamente o objeto representado a um sistema de pensamento social que já existira, assim como às transformações históricas e culturalmente implícitas ao processo.

Segundo Moscovici (2011) a ancoragem é:

[...] um processo que transforma algo estranho e perturbador, que nos intriga, em nosso sistema particular de categorias que nós pensamos ser apropriadas. É quase como ancorar um bote perdido em um dos boxes (pontos sinalizadores) de nosso espaço social. Assim, para os aldeões do estudo de Denise Jodelet, os doentes mentais colocados em seu meio pela associação médica foram imediatamente julgados convencionais e comparados a idiotas, vagabundos, epiléticos, ou aos que, nos dialeto local, eram chamados de “rogues” (maloqueiro) (MOSCOVICI, 2011, p. 61).

É inexorável o argumento que considera a ancoragem um conceito que traz a tona a possibilidade de um objeto entrar no que podemos chamar de espaço da inteligibilidade, no entanto utiliza-se da possibilidade do uso da memória para que o grupo faça o reconhecimento do objeto. (ALVES, 2006).

A ancoragem [...] “registra (no sentido “categorial”: dá nome), concedendo uma “família” ao objeto. Dessa forma, o exercício da 1ª pressupõe a comparação do objeto a uma espécie de “imagem idealizada” que serve como paradigma ao grupo” (ALVES, 2006, p. 28).

Outro pilar essencial das Representações Sociais é a objetivação, a qual, também tem uma importância para que o conhecimento se torne palpável, objetivo. Scardua & Souza-Filho (2010) afirmam que a objetivação se estabelece no processo que transforma o objeto da representação em algo objetivo, o passando do abstrato para o concreto. Então, dá um sentido real ao objeto e/ou fenômeno, onde vivifica aspectos icônicos e também estruturantes do objeto.

A objetivação é um processo de concretização de uma idéia, um conceito ou de uma opinião, é cristalizada de acordo com um processo figurativo e social, partindo, daí então, a constituir o núcleo central de uma representação, essa então é evocada seguidamente e concretizada disseminando-se como uma realidade dos sujeitos que a expressam. (FRANCO, 2004). No olhar de Alves (2006, p. 30) “a objetivação serve para que indivíduos e grupos sociais marquem sua presença no mundo de maneira significativa, construindo uma identidade a partir de suas próprias expressões transformadas em imagens”.

Moscovici (2011) utiliza-se do conceito de objetivação como algo que une a idéia de não familiaridade com a idéia de realidade, pois primeiramente o objeto representado nos parece como algo puramente intelectual e remoto, e ao objetivar-se aparece diante de nós de maneira física e acessível.

O processo pelo qual se dá a objetivação estrutura-se em três etapas segundo Spink (1993, p. 306):

- Descontextualização da informação através de critérios normativos e culturais;
- Formação de um núcleo figurativo, a formação de uma estrutura que reproduz de maneira figurativa uma estrutura conceitual;
- Naturalização, ou seja, a transformação destas imagens em elementos da realidade.

Essas fases do processo são vistas em Jodelet (1986 apud Scardua & Filho, 2010, p. 374):

O processo de objetivação tem algumas fases: seleção e descontextualização, em que as informações relacionadas a um objeto são escolhidas e utilizadas em função de critérios culturais e normativos; formação de um núcleo figurativo, em que se terá a reprodução de uma estrutura conceitual a partir de uma estrutura

imaginante; e a naturalização, que seria a atribuição de qualidade da natureza aos elementos do núcleo figurativo (JODELET, 1986 apud SCARDUA & SOUZA-FILHO, 2010, p. 374).

O pensamento social mesmo sendo dinâmico e complexo abre possibilidades de conceituá-lo para que se possa fazer uma leitura do real, ou seja, precisa-se de conceitos e formas de análise para entender os modos de representação. Para apresentar os modos de representar, é importante denotar dois conceitos importante, eles são o universo reificado e o universo consensual.

Segundo Tomaselli & Oltramari (2007) a realidade na teoria das representações sociais se estabelece em dois aspectos, os quais são o universo reificado e o universo consensual. No universo consensual encontra-se a representação do mundo em que vivemos, ou seja, tudo no universo consensual se compreende sendo baseado no saber social adquirido e também compartilhado pelo coletivo. (MOSCOVICI, 2004 apud TOMASELLI; OLTRAMARI, 2007). O conhecimento no universo consensual é construído nas relações sociais do cotidiano, e afirmam-se como teoria do senso comum, onde estabelecem seus limites de maneira própria, além de mecanismos de verificação, para isso se recorre a certa lógica composta, além da objetividade, de subjetividade. (ALVES, 2006).

O mundo mais formal fica a critério do universo reificado, onde as pessoas são encaradas como desiguais, desse modo cada indivíduo adquire formas de participação através de sua competência, utilizando-se do seu papel profissional (MOSCOVICI, 2004 apud TOMASELLI; OLTRAMARI, 2007), o universo reificado tem sua afirmação no espaço científico utilizando-se das linguagens e hierarquia da ciência (ARRUDA, 2002), identifica-se com o conhecimento científico e está relacionado à abstração, metodologia e objetividade (ALVES, 2006).

Segundo Guerra & Ichikawa (2011) um mundo de verdades, é formado no universo reificado, essas verdades estão na sociedade e entidades intermediárias, como por exemplo, a mídia, os mecanismos de comunicação. As verdades são repassadas a sociedade através dos meios de comunicação, a qual interpreta e faz a utilização de tais conhecimentos no cotidiano, sendo que também podem transformá-los.

Partindo do olhar de Gil-Filho (2005) considera-se então, o universo reificado um solo onde a competência se determina com base no mérito e no direito que o indivíduo tem de exercer uma função determinada, portanto constitui-se como desigual no sentido de que a

execução de papéis sociais é condicionada hierarquicamente. (ARRUDA, 2002).

Vê-se desse modo a importância que a teoria das representações sociais tem para explicar os modos de pensar o social, podendo ser utilizada como uma ferramenta conceitual para dar conta dos fenômenos complexos da sociedade.

## 6 O AMBIENTE DE VIDA<sup>4</sup>

### 6.1 A CONCEPÇÃO DE ESPAÇO

A noção de sujeito que é proposta nesse trabalho é de um sujeito histórico, pois se compreende que não existe sujeito a-histórico, compreende-se também um sujeito que está localizado no espaço. Essa visão leva a pensar um espaço que se compreende em sua materialidade, mas que também é um espaço social. Partindo dessa noção é importante pontuar que o sujeito de que se está falando se constitui no espaço/tempo.

Santos (1997a) contribui com o conceito de espaço, definindo-o como uma instância da sociedade, nesse olhar, o espaço como instância contém e é contido pelas demais instâncias, sendo que algumas dessas podem ser, por exemplo, a econômica e a cultural-ideológica. Ainda ressaltando o olhar de Milton Santos, o espaço é essencialmente social.

A sociedade objetiva o mundo através de práticas sócio-espaciais, e através de suas contradições em um movimento direcionado a um processo que está em curso constantemente, com base em formas de reprodução das relações sociais que se dão na relação espaço temporal. As relações sociais se definem em uma existência real, é por assim dizer, uma existência espacial concreta na medida em que entende-se que as relações produzem um espaço. Um lugar determinado é produzido no tempo que imprime a duração da ação, portanto espaço e tempo são indissociáveis da ação humana (CARLOS, 2004). No olhar de Santos (1997a) o espaço é formado por objetos geográficos, naturais e artificiais os quais analisados conjuntamente nos oferecem a natureza, porém o espaço inclui a sociedade, onde cada aspecto da natureza é abrigo da sociedade.

A compreensão do espaço urbano deve ter como solo o contexto histórico, analisando as formas de materializações e funcionalidades que

---

<sup>4</sup> O conceito de Ambiente de Vida nesse projeto está direcionado à junção do tripé Espaço, Território e Ambiente Urbano percorridos no capítulo 6. Com base no capítulo 6 o leitor terá um parâmetro do conceito de Ambiente de Vida que o pesquisador quer estruturar. Então se tem as concepções de espaço como algo que se dá na materialidade e também de maneira social. A concepção de Território como rede intrincada de poderes, e a concepção de Ambiente Urbano como palco da diversidade.



tem gênese em processo que tem objetivo de alcançar a conservação de condições sociais. Ou seja, o que podemos chamar de sociedade do capital envolvendo a concentração de renda, a quantidade e a qualidade de serviços para a população minoritária (REBOUÇAS, 2011).

Ainda segundo Moreira (2006) a contradição que tem sua gênese da relação entre localização e distribuição na organização do espaço pode ser dividida, tomando outras formas, que surgem da relação entre sociedade e espaço fundamentada em contradições como identidade e diferença, unidade e diversidade, homogenia e heterogenia, hegemonia e cooperação. Esses fatores demonstram o espaço que se institui e institui a sociedade no âmbito de encadeamentos de forças, por esse ponto de vista a sociedade se organiza construindo-se como uma deliberação política.

O foco desse trabalho corrobora com a seguinte descrição de espaço que Soja (1993, p. 101) descreve:

O espaço socialmente produzido é uma estrutura criada, comparável a outras construções sociais resultantes da transformação de determinadas condições inerentes ao estar vivo, exatamente da mesma maneira que a história humana representa uma transformação social do tempo (SOJA, 1993, p. 101).

Ações e transformações que afetam a vida do homem e são historicamente consideradas, se dão em um espaço onde grande parte das vezes é geográfico ou político, onde sempre e de maneira necessária constituir-se-á em um espaço social. Tal espaço é estabelecido em uma materialidade física em um campo consolidado através de relações sociais (BARROS, 2006). Sendo assim, é no espaço que se estabelece a reunião de materialidade e ação humana, dessa forma se inscreve no espaço um conjunto de sistemas inseparáveis, podendo ser esses sistemas composto de objetos naturais ou fabricados. (SANTOS, 1997b).

As formas de utilização do espaço são diversificadas e, um exemplo são as comunidades com vulnerabilidade socioambientais que denunciam formas de apropriação dos espaços de maneira irregular segundo parametros que indicam sustentabilidade urbana. Essas formas de apropriar-se dos espaços nos levam a pensar os viventes desses locais, onde as vulnerabilidades ambientais são indissociáveis das vulnerabilidades sociais. Fazendo uma reflexão sobre esse aspecto

podemos então levar em conta segundo Rebouças (2011) que o processo de periferação e de segregação espacializa-se tomando forma em uma utilização do espaço exacerbada, onde erguem-se residências fora dos padrões urbanísticos.

O capitalismo e sua dinâmica ditam as regras para a criação e recriação das formas espaciais, as reproduções espaciais complexas ocorrem na cidade, sendo que podemos fazer a observação de que a modernização trouxe alterações demográficas às cidades, parte desse fenômeno aconteceu por decorrência do êxodo rural. (SILVA; SOUZA; SANTOS; 2011). Santos (1997a) faz a colocação de que o espaço possui elementos, e esses podem ser os homens, as firmas, as instituições, o meio ecológico e as infraestruturas. É coerente afirmar ao ler essa citação que existe uma forte correlação entre o espaço e os modos de produção, pois Milton Santos considera os homens como elementos do espaço na posição de fornecedores de trabalho assim como na posição que os colocam como candidatos ao trabalho. Cada indivíduo tem uma responsabilidade como membro da sociedade total, demanda que é respondida em grande parte pelas firmas e instituições. Para Santos (1997a, p. 6) “as firmas têm função essencial à produção de bens, serviços e ideias. As instituições por seu turno produzem normas, ordens e legitimações”.

A compreensão da morfologia do espaço urbano deve ser vista pelo estudo deste, além de seus bairros, suas densidades e outros elementos. Se torna importante nesse sentido a análise do espaço intra-urbano e seus elementos e suas relações com o todo em um espaço/tempo. (SILVA, BITOUN, 2007). Se partirmos da perspectiva de que função é ação, veremos então que a interação pode ser vista como interdependência funcional entre os elementos do espaço. A totalidade social é recuperada quando se estuda tais interações, ou seja, recupera-se a sociedade e o espaço como um todo no sentido de cada ação ser inexoravelmente dependente uma da outra e resultante de um processo social. (SANTOS, 1997a).

Vê-se dessa forma, o espaço como produto e produtor de uma rede intrincada de relações dependentes, esse então é produto e produtor da ação humana por ser em sua essência um espaço social. Essa complexidade vai ao encontro da complexidade que forma as relações humanas, assim como a própria humanidade.

## 6.2 A CONCEPÇÃO DE TERRITÓRIO

Discutir a concepção de território é algo muito complexo, exatamente pela existência de redes intrincadas de relações de poder e micro poderes existentes.

“O território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência. (SANTOS, 2006, p.13).”

No território coexistem verticalidades e horizontalidades, esse ponto de vista se define como uma totalidade que se direciona a um processo de totalização permanente para seguir em algum sentido. A verticalidade pela qual o território se constitui diz respeito a lócus de processos que geram fixos e fluxos advindos de uma ordem distante, isso diz respeito aos interesses do capitalismo em relação aos processos de reprodução e acumulação do capital quando há crise de superprodução; a verticalidade também diz respeito às propostas que giram em torno de flexibilidades maiores do mercado de trabalho e do capital, além de colocar o trabalho como solução para o enfrentamento da crise; há também a partir dessa perspectiva, a criação de fantasias no imaginário coletivo que levem as pessoas a pensarem que as alternativas propostas a elas mudarão suas vidas, um grande exemplo disso é a promessa da inclusão social assegurada pela qualificação do sujeito. (CASTILHO, 2007).

Haesbaert (2005) também compreende o conceito de território como sendo complexo, pois para o autor o território tem conotação dupla, sendo essas, a material e a simbólica, isso é decorrente de sua etimologia que tem proximidade dos termos *territorium* (terror) e *terreo-terror* (aterrorizar), o que demonstra relação com dominação, jurídico-política, da terra e alimenta a noção de terror e o medo. A questão do medo se demonstra mais enfaticamente, em relação à dominação, para os que ficam onerados da terra ou são impedidos de entrar no *territorium*. De maneira oposta a esse fator, os que não são impedidos de usufruir do território têm o sentimento de identificação positiva e apropriam-se efetivamente.

Segundo Castro; Gomes & Corrêa (2003, p. 78) “o território [...] é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”. Os territórios existem em escalas diversificadas, pois este pode ser uma rua ou então uma área pela qual existe um conjunto de territórios formados por países membros de uma organização como a

OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte). (CASTRO; GOMES; CORRÊA, 2003). No estudo dos fenômenos sociais a consideração do espaço e do território é uma forma de objetivar o objeto de análise e dar a ele uma relevância espaço/temporal, pois não existe análise de um fenômeno estanque, que congelou no tempo, então é coerente dizer que todo fenômeno social é por via de regra histórico, constituído no tempo e no espaço, e ainda pode ser determinado por questões territoriais.

Guadagnin (2001, p. 34) afirma que “O território, como unidade de gestão, ao se expandir pelo espaço não conquistado, cria novas formas de territorialidade que dialeticamente provocam novas formas de desterritorialidade, dando origem a novas territorialidades”.

As reflexões sobre a prática e o discurso da desterritorialização feitas por Haesbaert, (2007) foram elaboradas de acordo com as questões básicas que se segue:

Geralmente não há uma definição clara de território nos debates que focalizam a desterritorialização; o território ora aparece como algo “dado”, um conceito implícito ou a *priori* referido a um espaço absoluto, ora ele é definido de forma negativa, isto é, a partir daquilo que ele não é. 2. Desterritorialização é focalizada quase sempre como um processo genérico (e uniforme), numa relação dicotômica e não intrinsecamente vinculada à sua contraparte, a (re)territorialização; este dualismo mais geral encontra-se ligado a vários outros, como as dissociações entre espaço e tempo, espaço e sociedade, material e imaterial, fixação e mobilidade. 3. Desterritorialização significando “fim dos territórios” aparece associada, sobretudo, com a predominância de redes, completamente dissociadas de e/ou opostas a territórios, e como se crescente globalização e mobilidades fossem sempre sinônimos de desterritorialização. (HAESBAERT, 2007, p. 31).

Segundo Guadagnin (2001) a transformações que ocorrem nas relações sociais exigem refuncionalizações e reestruturações, nesse sentido, a intensidade da ruptura das relações sociais determinam a mudança ocorrida por meio da reestruturação e refuncionalização do espaço que fora herdado, no entanto isso pressupõe desterritorialização e

reterritorialização. (GUADAGNIN, 2001). Haesbaert (2005) pressupõe a existência do que podemos chamar de desterritorialização natural, por decorrência de fenômenos naturais que acontecem na natureza, dentre esses podem estar os terremotos e vulcanismos, tornando-se responsáveis por mudanças, muitas vezes radicais, de territórios.

Além dos processos de desterritorialização e reterritorialização existe o que pode-se chamar de sobreposição de territórios, esse fator decorre da existência de vários territórios em um determinado espaço. Se reconhece essa característica de territórios sobrepostos quando há a existência de vários tipos de utilização de determinado espaço envolvendo poder e/ou apropriação por grupos sociais de diferentes ordens.

Segundo Guadagnin (2001) existe uma variedade de territórios que estruturam-se sobre a superfície terrestre, em um espaço urbano específico. Considerando a superposição, os territórios possuem, cada um, suas dimensões e conteúdos específicos que são apropriados, assim como percebidos e vivenciados pelos atores sociais que o compõe, o que caracteriza-se como uma territorialidade. Haesbaerts (2005) afirmar que o conceito de multiterritorialidade, o colocando como um sentido lato tradicional, é consequência da sobreposição de territórios.

“Os territórios superpostos não formam apenas um mosaico, regular ou irregular, mas múltiplas possibilidades que se arranjam como uma visão caleidoscópica”. (GUADAGNIN, 2001, p. 43).

A multiterritorialidade para Haesbaerts (2007) é a forma correta pós-moderna de nominar a reterritorialização, a qual muitos autores costumam chamar de desterritorialização. A multiterritorialidade se dá no acúmulo flexível de relações sociais que se constroem através de territórios rede que são sobrepostos e também descontínuos e não mais os chamados de territórios-zona que foram marcados pela modernidade clássica territorial-estatal, embora esta forma mais antiga de concepção de território ainda exista.

Torna-se importante, a partir do conceito de território, pensar sobre as formas e condições pelas quais se dão as territorialidades em todas as instâncias sociais, sejam elas a partir da esfera estatal ou da sociedade civil. Ao fazer as análises com base no território, o pesquisador terá tamanha possibilidade de observar fenômenos sociais que ocorrem em determinado espaço contribuindo para o conhecimento sobre este. A análise dos fenômenos que ocorrem nos territórios contribui para entender a dinâmica socioespacial e as formas de vida da população vivente no território.

### 6.3 A CONCEPÇÃO DE AMBIENTE URBANO

A concepção de ambiente urbano que se propõe, é especificamente um espaço que é palco da diversidade. Cogita-se não só uma diversidade, mas sim uma gama de diversidades, como por exemplo, a cultural, comercial, industrial, de relações etc., por esse motivo a cidade é um espaço complexo, um território de poderes diversos. Esse é um ambiente de vida construído, que se arquiteta sobre um ambiente natural. Nesse sentido a cidade é o espaço de artificialidades por que o homem o construiu através de seu trabalho sob um espaço natural; é um espaço onde se estabelece o labor por que é sobre ele que os humanos se desenvolvem biologicamente desde o nascimento até o final de suas vidas; é o espaço da ação, pois os homens são por natureza seres políticos, e vivem em grande parte no ambiente urbano, nesse viés a ação se dá no urbano, pois ela é esse agir no mundo, de maneira histórica e política.

Em Hannah Arendt o conceito de *vita activa*, diz respeito à três atividades humanas que são inexoravelmente fundamentais, essas são: o labor, o trabalho e a ação. A partir desse olhar da existência do homem no mundo, Arendt dirá que o labor é correspondente ao processo biológico, incluindo metabolismo, crescimento espontâneo e o seu declínio, portanto a condição humana do labor é indiscutivelmente a própria vida. Outra atividade da *vita activa* é o trabalho, e esse corresponde ao artificialismo da existência do homem, pois o trabalho é o produtor de “coisas” artificiais no mundo diferente de qualquer coisa que se possa considerar natural, e por isso a condição humana do trabalho é a mundanidade. A terceira atividade humana é a ação, é exercida entre os homens sem que seja mediada pela matéria, a condição humana da ação é a pluralidade, isso se diz ao fato de homens e não homens viverem e habitarem o mundo. A pluralidade também é levada em consideração no sentido de existir vários seres humanos no mundo e nenhum cair na fatalidade de ser igual ao outro. A ação, considerando o seu empenho de preservação dos corpos políticos, também cria a condição para a história, ou seja, para a lembrança. (ARENDRT, 2007).

Levando em consideração o postulado da *vita activa* considera-se então o espaço urbano como um espaço onde se mostram eminentes as três atividades humanas proposta por Arendt, culminando em um espaço de vida humana, de artificialidades e ações políticas/históricas.

A cidade como um todo deve ser reconhecida em termos de espacialidades e temporalidades, compreende-se então que a produção

do espaço urbano gera formas, conteúdos e representações passíveis de variados níveis de investigação. Portanto a investigação desses níveis torna-se complexa por existirem diversificadas categorias espaciais. (ABREU, 2005).

Se as cidades tem formas e não formas, movimentos e não movimentos, ora, é claro que esses fatores são definidos por relações humanas, pois onde há humanidade se pressupõe que tudo condiciona e é condicionado pelos humanos. Arendt (2007, p. 17) afirma que “o impacto da realidade do mundo sobre a existência humana é sentido e recebido como força condicionante”.

Mendonça (2004) esclarece que em países onde o desenvolvimento econômico, técnico e tecnológico foram atingidos precocemente, na modernidade, foram dadas mais atenção ao ordenamento do espaço urbano, assim como fora controlado o processo de urbanização. Portanto nos países onde houve organização social, política e econômica mais tardiamente, na modernidade, obtiveram mais complexidade no processo de criação e desenvolvimento das cidades, resultando em problemas socioambientais difíceis de serem resolvidos.

Lefebvre (1999) discorre sobre as funções, estruturas e as formas da cidade. As funções seriam, por exemplo, a política, a administrativa, a comercial, a produtiva que poderiam ser artesanal manufatureira e industrial, no bojo da cidade clássica. Há a existência de um caráter duplo nas funções:

[...] de um lado, em relação ao território administrado, dominado, coberto de redes pelos centros urbanos, e, de outro, em relação à própria cidade, administrada, dominada (tanto quanto e por ser dominadora), ela também está inserida nas redes de produção e de distribuição. A característica do fenômeno urbano, evidentemente, situa-se no encontro dessas duplas funções, na sua articulação. Enumerar as funções, por conseguinte, não basta. Longe disso. Sua descrição, sua análise só avança se discerne as organizações e as instituições, na medida em que elas controlam as funções exteriores e as funções interiores da cidade. Logo, só avança reunindo-as. (LEFEBVRE, 1999, p. 109).

As estruturas urbanas também seguem o modelo de duplicidade, ou seja, as morfológicas que dizem respeito a sítios e situações, móveis,

as ruas e as praças, os monumentos, assim como a vizinhança e o bairro e as estruturas sociológicas que dizem respeito a questões como a distribuição da população, sexo, idade, a população considerada passiva e a ativa, famílias, as características sócio-profissionais, os dirigentes e os dirigidos. (LEFEBVRE, 1999). Quanto a forma Lefebvre (1999, p. 109) ressalta:

Quanto à forma, no sentido habitual do termo, isto é, geométrico ou plástico, trata-se de uma disposição espacial: quadriculada, ou radiocêntrica. Ora, uma tal disposição só passa ao primeiro plano se nos preocupamos, antes de tudo, com a circulação, se restringimos a problemática urbana aos problemas de circulação. Além disso, a invenção de formas novas (em X, em espiral, em hélice, em cratera etc.) representa a maneira fácil de abordar essa problemática urbana. (LEFEBVRE, 1999, p. 109).

Não se pode esquecer que a forma, a estrutura e a morfologia das cidades são a forma, a estrutura e a morfologia humana. Isso é, uma humanidade projetada para que se possa se formar o que podemos chamar de ambiente urbano. As formas das cidades expressam em muitas situações o descaso pelo qual uma população é relegada, deixada as margens do direito de viver de maneira saudável, de exercer sua cidadania. A exclusão social está marcada nas paredes dos barracos, escorre por entre as valas decorrentes da falta de saneamento, anda pelos bairros mal planejados ou sem planejamento.

As cidades concretas surgem sob as condições de desigualdades sociais, cidades estas que em sua complexidade vivem populações distintas que se separam e se unem devido a condições de vida discrepantes. Encontram-se nessa desigualdade, desafios que a transcendem, no entanto tornam-se necessárias estratégias de estruturação de políticas públicas que se destinam a inclusão social e justiça social. (KOGA, 2003).

Souza (2003) faz colocações sobre os conceitos de gestão e planejamento urbano, o que se entende como importante, pois se está falando de um ambiente urbano (ambiente de vida) com possível falta de planejamento, que é onde as instituições de referência em assistência social, como o CRAS, se encontram. Para o autor a gestão está ligada ao presente, nesse sentido gerir significa administrar uma situação onde



pressupõe a utilização de recursos que se encontram disponíveis no presente e visa uma necessidade que sugere atitude imediata. O planejamento é uma preparação para a gestão futura, busca-se com isso minimizar os problemas e ampliar as possibilidades de resoluções desses, caso venha acontecer no futuro. (SOUZA, 2003). Não há como esconder a exclusão social impressa nas páginas do urbano, Mello (2001) diz que a imagem da cidade incita a imagem da abundância, nesse sentido a vida urbana é concentradora de riqueza.

O olhar sobre o ambiente urbano como ambiente de vida é importante no sentido de revelar os diversos aspectos que estão por traz da imagem de uma cidade ideal, pois não se pode esquecer que esse ambiente é ambivalente, ou seja, é um ambiente de opulência, mas também de questões que precisam ser olhadas com zelo. Souza (2005) associa a pobreza urbana à segregação residencial, a essa relação acrescenta outros problemas, como por exemplo, a degradação ambiental, pois segundo o autor em muitas cidades brasileiras problemas sociais e impactos ambientais interagem entre si. Ainda ressalta que vários problemas relacionados ao ambiente causam tragédias sociais onde estão envolvidos desmoronamentos, deslizamentos de terra em encostas, enchentes e poluição atmosférica, porém esses problemas ambientais em grande parte têm sua origem em problemas sociais ou se agravam por causa deles. (SOUZA, 2005).

A cidade contemporânea é um espaço de consumo, onde as artificialidades produzidas pelo homem ganham espaço, no entanto ao produzir artificialidades se relega o labor ao nível de inferioridade, ou seja, dessa maneira o homem artificializa a própria vida. No mundo urbano contemporâneo a segregação social diz respeito aqueles que não conseguem fazer parte da classe social que consomem, pois os segregados socialmente, são relegados a espaços que suas condições socioeconômicas os permitem ocupar. Para Arendt (2007) no mundo moderno da mecanização da força de trabalho, quanto mais fácil a vida é tornada, se referindo a sociedade de consumistas ou de operários, o homem se torna menos consciente das exigências de necessidades para seus fins, pois então existe um perigo nesse fator, e é o de o homem já não ser capaz de conhecer a própria tolice, essa que é a tolice de uma vida que não se evidencia em algo permanente, que exista mesmo depois do término do labor.

No entanto vê-se o ambiente urbano, o ambiente de vida, por assim dizer, como uma esfera onde abriga a vida activa em suas três dimensões, onde o homem possa existir sem sufocar a expressão da própria vida, reconhecer-se como produtor de artificialidades para agir

sobre supostos exageros, como por exemplo, a produção excessiva de tecnologias que banalizam a vida ao invés de servir como meios para a sobrevivência no mundo, e também reconheça-se como um ser ativo, como cidadão político.

## 7 VULNERABILIDADE E RISCO

### 7.1 VULNERABILIDADE SOCIAL

Toca-se no tema da vulnerabilidade social pela importância que o olhar sobre esse aspecto da realidade tem para esse trabalho. Além desse fator, o SUAS também utiliza-se desse termo para determinar suas ações territoriais. No entanto é indispensável escrever sobre esse assunto.

O reconhecimento de variados fatores, como por exemplo, sociais, econômicos e culturais, os quais podem ser considerados determinantes da situação de pobreza e vulnerabilidade, se dão pela adoção do princípio da territorialização. Partindo desse pressuposto as unidades dos CRAS são localizadas em áreas que tem maior incidência de vulnerabilidade social. (BRASIL, 2008b).

Deschamps (2008) trata o termo vulnerabilidade social como tendo muitos sentidos e conotações, por esta noção não ser ainda consolidada. Para essa autora a linguagem comumente expressa, trata a vulnerabilidade como algo que se refere a qualidade de ser vulnerável, ou seja, o ponto frágil por onde uma pessoa pode ser atacada, ferida, assim como lesionada, tanto a partir do aspecto físico, quanto a partir do aspecto emocional. De acordo com esse ponto de vista pode-se dizer que vulnerabilidade sugere risco, fragilidade, ou dano. Esse princípio nos leva a pensar o dano como sendo produzido por três situações que são indispensáveis para que ele ocorra, esses são: “um evento potencialmente adverso, ou seja, um risco, que pode ser exógeno ou endógeno; incapacidade de responder positivamente diante de tal contingência; e impossibilidade para adaptar-se ao novo cenário gerado pela materialização do risco”. (DESCHAMPS, 2008, p. 194).

Segundo Brasil (2007a, p. 11) “a vulnerabilidade social é histórica, cultural e socialmente construída e requer a efetivação e o cumprimento da ordem jurídica que garanta a assistência social como direito, não contributiva e universal e prestada a quem dela necessitar”.

A vulnerabilidade social pode ser analisada através do ponto de vista socioeconômico, demográfico e também através dos variados ciclos pelo qual a história familiar se estende. Nesse viés os fenômenos que vão de encontro à novas formas de pobreza onde se enfatiza os conceitos de segregação residencial e entraves ao que diz respeito às oportunidades de mobilidade social tornam-se importantes. (FILGUEIRA; LORENZELLI, 2005).

Segundo Deschamps (2008) a noção de vulnerabilidade é observada com mais recorrência em determinadas populações onde é

utilizada para a identificação de grupos em situação de risco social. Estes grupos tem em sua composição, sujeitos que em razão de questões relacionadas ao seu ambiente de vida são suscetíveis ao enfrentamento de fatores, de adversidade ao que se refere ao desenvolvimento pessoal, inclusão social ou condutas que os direcionam à exposição ao risco.

O conceito de vulnerabilidade social é abrangente, pois apresenta-se como tendo diversificadas dimensões. Considera-se que a partir de tais dimensões chega-se a identificação de situações tanto de vulnerabilidade de indivíduos quanto de famílias ou comunidades. Os elementos que estruturam as dimensões da vulnerabilidade social vão de encontro à características que são intrínsecas de indivíduos ou então de famílias, seus bens e características sociodemográficas que são relativas ao meio social, onde se constitui seu espaço de vivência. (CUNHA; JAKOB; HOGAN; CARMO, 2012).

No entanto quando fala-se em vulnerabilidade, fala-se em vulnerabilidade a algo, ou seja, podemos então pensar em vulnerabilidade a riscos, e já que se está a falar de vulnerabilidade social, falar-se-á de risco social.

## 7.2 RISCO SOCIAL

Definir o que é risco social não é muito fácil pelo conceito abranger uma série de questões complexas que envolvem fatores ligados a riscos causados pelo ser humano, e riscos que podem causar danos aos humanos. No entanto pretende-se colocar a dificuldade de esclarecer esse conceito pelo fato de qualquer tipo de risco ligado a danos ao ser humano possa ser definido como risco social.

A definição de risco diz respeito a existência da possibilidade de danos considerados catastróficos para um grupo de humanos. Pode-se então afirmar que caso o acontecimento catastrófico ocorra, suas consequências podem ser nefastas para a sociedade. Então lança-se dois pontos de vista importantes: um se refere ao risco ser decorrência de uma situação entendida como sendo aleatória, onde se permite ter uma probabilidade de ocorrência: no outro ponto de vista, o risco é entendido como consequência de uma pluralidade de fatores onde sua ocorrência gira em torno da imprevisibilidade, não tendo como recorrer a cálculos de probabilidade. (VIEILLARD-BARON, 2007).

Egler (1996) ressalta que o risco social advém das deficiências sociais que atrapalham o desenvolvimento humano integral, é decorrente disso a degradação das condições de vida do ser humano. O risco social se mostra mais enfaticamente nas condições que o homem tem de

habitação, a qual se mostra no acesso que os indivíduos e famílias têm aos serviços básicos, como por exemplo, água tratada, esgotamento de resíduos e coleta de lixo.

Os riscos são fatores que geram condições desagradáveis na vida das populações, dentre esses fatores podem estar perdas privações, danos que são encarados como desrespeito para com a integridade e à dignidade pessoal e familiar. Sendo assim diz-se que os riscos sociais tem sua ocorrência no cotidiano das pessoas, ou seja, em seus territórios de vivência, os quais podem aproximá-las com maior ou menor ênfase aos riscos. (MDS, 2009).

O conceito de social, por não ser delimitado, ou seja, “pronto” com delimitações teóricas específicas, também instaura nas mentes dos pesquisadores uma confusão teórica, o que é saudável e induz a uma investigação científica prazerosa. Para Vieillard-Baron (2007, p. 279) “pode-se ver que a dificuldade para abordar o “social” decorre do fato de a palavra poder designar tanto o todo quanto a parte”.

A abrangência do conceito de risco social é grande, pois quando é tocado no assunto assume-se a possibilidade de várias questões. Segundo MDS (2009) os riscos demonstram-se também nos padrões de coesão e convivência familiar, comunitária e social. Esse aspecto também inclui fenômenos, como por exemplo, isolamento, desagregação, desfiliação, ausência de pertencimento, discriminação, apartação, se colocando como agentes de danos e sequelas, assim como privação e fragilidades.

Portanto entende-se o risco social como um conceito multifacetado, e que deve ser entendido a partir da análise do ambiente de vida de um grupo social, dando à devida importância a espacialidade onde se dão as relações sociais, os vínculos comunitários, e as relações entre as instituições do estado e políticas públicas para com as comunidades.

### 7.3 VULNERABILIDADE AMBIENTAL

Sabe-se que o ambiente construído onde o ser humano habita no espaço urbano, se arquiteta sobre um outro ambiente, ou seja, o ambiente natural. É importante atentar-se para a importância que a integração entre ser humano e ambiente tem, pois essa relação faz parte de uma ecologia complexa.

“A vulnerabilidade ambiental se refere basicamente a dois fatores, o primeiro é a

vulnerabilidade natural do ambiente à perda do solo, à perda da biodiversidade e da qualidade dos recursos hídricos; o segundo fator considera ainda o impacto da ocupação humana”. (OLIVEIRA, 2005, p. x).

As ponderações acima sobre vulnerabilidade ambiental se remete tanto a questões naturais quanto as questões humanas, então vê-se que o humano quando habita um determinado espaço o condiciona ao seu modo de vida, assim como é condicionado por esse espaço.

A vulnerabilidade ambiental implica em um ambiente ter maior ou menor fragilidade (NASCIMENTO; DOMINGUEZ, 2009), então se entende que “o termo vulnerabilidade é definido como a “suscetibilidade de um meio ao impacto negativo com relação a um determinado risco”. (NOAA, 1999 apud NASCIMENTO; DOMINGUEZ, 2009, p. 396).

Ao provocar certa perturbação a resposta que o ambiente dá pode não ser a esperada por determinado indivíduo ou grupo social, pois tais respostas podem ser bem diferentes levando em conta as características locais, naturais e humanas. Nesse sentido podemos denotar que cada território tem uma condição que é característica, e sua relação com os efeitos causados podem ter resultados de diversificadas formas, muitas vezes inesperados. Essa condição pode ser chamada de vulnerabilidade. (MMA, 2007). Segundo Veyret & Richemond (2007, p. 40) “a vulnerabilidade coloca em jogo aspectos físicos, ambientais, técnicos, dados econômicos, psicológicos, sociais, políticos”.

Ainda podemos dizer sobre o conceito de vulnerabilidade social, que esse se refere a um conjunto de fatores ambientais, sendo de mesma natureza, que diante de uma condição que ocorre ou pode ocorrer, poderá sofrer infortúnios ou afetar parcialmente ou totalmente o equilíbrio ecológico do ambiente. (ANDERSEN; GOSKEN, 1989 apud COSTA et al, 2006).

No âmbito da vulnerabilidade ambiental no meio urbano, é inexorável o olhar que se deve ter entre fatores relacionados à causa naturais e causa decorrentes de interações da sociedade com ambiente de vida.

#### 7.4 RISCO AMBIENTAL

O risco é um objeto social, e constitui-se como sendo a percepção do perigo, e quando o definimos como percepção dizemos que é

percepção de um indivíduo ou grupo social, por exemplo. Ao definir o conceito de risco dessa maneira, é coerente considerar que não há a existência de um risco sem a percepção de uma população, ou então um indivíduo que tenha uma percepção sobre ele (VEYRET, 2007). “O risco é a tradução de uma ameaça, de um perigo para aquele que está sujeito a ele e o percebe como tal” (VEYRET, 2007, p. 11). Com essa formulação que se dá ao conceito de risco, em um entendimento geral, podemos também definir o risco social, o qual já fora discutido anteriormente, assim como podemos inciar as considerações sobre risco ambiental.

Há escritos que colocam o aspecto social dentro da categoria risco ambiental, isto demonstra uma intrincada relação entre fatores e a não anulação de questões importantes, pois quando se trata de qualquer fenômeno envolvendo humanos, grupos, sociais, comunidades, por exemplo, um olhar complexo se instaura. Segundo Souza e Zanella (2009, p. 16) “[...] podemos inferir que a expressão risco ambiental refere-se a uma situação de ameaça ambiental de ordem física, tecnológica e até mesmo social atuando sobre uma população reconhecidamente vulnerável”. Egler (1996) considera o risco ambiental como proveniente de três categorias básicas, as quais são:

- a) Risco natural, associado ao comportamento dinâmico dos sistemas naturais, isto é, considerando o seu grau de estabilidade/instabilidade expresso na sua vulnerabilidade a eventos críticos de curta ou longa duração, tais como inundação, desabamentos e aceleração de processos erosivos;
- b) risco tecnológico, definido como potencial de ocorrência de eventos danosos à vida, a curto, médio e longo prazo, em consequências das decisões de investimento na estrutura produtiva. Envolve uma avaliação tanto da probabilidade de eventos críticos de curta duração com amplas consequências – explosões, vazamentos ou derramamentos de produtos tóxicos -, como também a contaminação a longo prazo dos sistemas naturais por lançamento e deposição de resíduos do processo produtivo;
- c) risco social, visto como resultante das carências sociais ao pleno desenvolvimento humano que contribuem para a degradação das condições de vida. Sua manifestação mais aparente está nas condições de

habilidade, expressa no acesso aos serviços básicos, tais como água tratada, esgotamento de resíduos e coleta seleta de lixo. No entanto, em uma visão a longo prazo pode atingir as condições de emprego, renda e capacitação técnica da população local, como elementos fundamentais ao pleno desenvolvimento humano sustentável. (EGLER, 1996, p. 34).

A vivência do ser humano, além de se dar no espaço, se dá no tempo, por essa razão é que pode-se dizer que os riscos também se dão em um processo ao longo do tempo. Não existe um fenômeno que se dá em um tempo estático. Por essa razão é que os riscos ambientais também seguem essa norma, pois existem razões para tal risco ocorrer que se alongam no tempo, mesmo que os seres humanos que habitam um local passível de risco não percebam. Segundo Castro; Peixoto & Rio (2005) o risco ambiental não está restringido aos eventos naturais, ou então tecnológicos catastróficos, como por exemplo, enchentes e acidentes industriais, portanto o risco é contruído a partir da soma de diferenciados processos em intervalos de tempo variados, e esse fator tem sua ocorrência de acordo com o estilo de vida cotidiano das cidades e o modo de vida moderno. Para Veyret & Richemond (2007, p. 63) os riscos ambientais “resultam da associação entre os riscos naturais e os riscos decorrente de processos naturais agravados pela atividade humana e pela ocupação do território”.

Considerando o risco ambiental na área da geografia, podemos dizer que este está ligado a probabilidade de uma população ser afetada de forma negativa por um fenômeno geográfico de grande intensidade, um exmplo nesse âmbito seriam os fenomenos climáticos. As áreas que são mais atingidas pelos eventos são aquelas que tem características geomorfológicas não propícias, e as que não possuem condições de supotar são as mais vulneráveis. Outro exemplo que passa por esse mesmo tipo de condição são as áreas ocupadas por populações carentes no ambiente urbano. (DESCHAMPS, 2004 apud ZOUZA; ZANELLA, 2009). Segundo Gonçalves e Guerra (2001) as áreas urbanas por serem muitas vezes ambientes de ocupação e concentração humana intensa chegando em várias ocasiões a ser desordenada, são lugares com sensibilidade ao que se refere às ações antrópicas.

No entanto o discurso sobre risco ambiental que se estabelece nesse trabalho, é de um risco associado à condição humana, pois se está a falar de ambiente urbano, onde se dão as relações, sendo assim o risco



ambiental se constitui em um processo que se dá nessas relações socioespaciais e também temporais. Vê-se também todas as categorias de vulnerabilidade e risco descritas nos meandros desse texto como interrelacionadas entre si, e então julga-se como indispensável discutilas considerando as suas relações.

**TERCEIRA PARTE**  
**Análise dos dados**

## 8 AMBIENTE DE VIDA: O CONCEITO

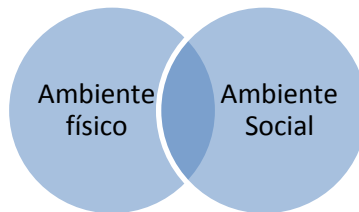
O propósito desse capítulo é analisar os dados da *Questão 1 (Questão Geral)* da entrevista semiestruturada (APÊNDICE 2), subquestão (a), na qual foi feita a seguinte pergunta às entrevistadas: *O que é ambiente de vida para você?* No entanto será realizada a análise conceitual do ambiente de vida, conceito principal do objeto dessa pesquisa.

Para a análise dessa questão serão atribuídas duas categorias as quais serão denominadas de categorias ambientais. As categorias ambientais são:

- Ambiente físico;
- Ambiente social.

As categorias ambientais foram separadas para efeito de análise, portanto é importante esclarecer que ambas categorias são intrinsecamente dependentes uma da outra.

Figura 4:  
Relação intrínseca entre ambiente físico e ambiente social



### 8.1 AMBIENTE FÍSICO

A partir da fala das sete profissionais entrevistadas verificou-se cinco configurações de respostas a respeito do que é o ambiente de vida na categoria ambiental *ambiente físico*:

- O ensejo de um ambiente de vida agradável;
- Sentido pessoal;
- Características positivas;
- Características negativas;
- Ambiente natural.

O ensejo de um ambiente de vida agradável se mostra na fala da entrevistada (3)<sup>5</sup>, pois tendo como base o território de atuação do CRAS Tereza Cristina, localização espaço territorial de vulnerabilidades variadas, há o ensejo de um ambiente de vida melhor, o qual se mostra nas seguintes frases:

É um lugar que tu precisa se sentir seguro para estar;  
É um lugar que te oferece qualidade. (Entrevistada (3)).

O ensejo de um ambiente de vida melhor, se mostra pelo fato de o espaço físico próximo ao CRAS ter uma desordenação urbana um tanto problematizadora que leva a uma segregação socioespacial. Segundo Rebouças (2011) o processo de periferização tem como característica a espacialização, no qual o espaço é utilizado de forma intensa para a alocação de residências fora de padrões urbanísticos, além de serviços urbanos básicos e intervenções do poder público escassos e precários.

Pode-se a partir do trecho da entrevista acima, notar que além do ensejo de um ambiente de vida melhor, nesse caso a partir da categoria ambiental *ambiente físico*, é também confirmada a necessidade de segurança. Vê-se então o ensejo de um ambiente físico que ofereça segurança para abrigar a comunidade além de qualificado para oferecer bem estar.

Segurança e qualidade nesse contexto se referem ao ambiente físico, ou seja, a entrevistada vislumbra um ambiente físico com menos vulnerabilidades ao risco ambiental. Vulnerabilidade ao risco ambiental, especificamente no ambiente urbano, se refere, por exemplo, ao perigo de residências mal feitas caírem em cima das pessoas, enchentes, incêndios decorrentes de instalações elétricas não adequadas, etc. Todos esses fatores trazem má qualidade habitacional principalmente, sendo que, segundo relatos, as famílias muitas vezes passam noites chuvosas com telhados danificados.

Oliveira (2005) considera que a vulnerabilidade ambiental pode se referir a dois fatores: primeiramente à vulnerabilidade natural do meio ambiente que pode se dar pela perda do solo, pela perda da

---

<sup>5</sup> Sempre que for citado os participantes através da legenda numérica o leitor deverá orientar-se pela tabela 1.

biodiversidade e também da qualidade dos recursos hídricos, e em segundo lugar ao impacto da ocupação humana no ambiente urbano.

De acordo com um estudo argentino sobre degradação ambiental e periferia urbana com autoria de (CURUTCHET; GRINBERG; GUTIÉRREZ, 2012): as crises socioeconômicas também contribuem para que ajam agravamentos e crescimento da degradação de espaços urbanos. (DAVIS, 2009 apud CURUTCHET; GRINBERG; GUTIÉRREZ, 2012). Nesse enfoque, entende-se que os problemas socioambientais, estão presentes na vida cotidiana, principalmente em bairros pobres pautados por ambientes com níveis altos de contaminação. Entende-se também, que tais questões não podem ser analisadas na perspectiva de uma única disciplina acadêmica. (FUNTOWICZ y RAVETZ, 1997; FISCHER, 2000, 2003; LEACH y SCOONES, 2007; DI GIULIO et al, 2010 apud CURUTCHET; GRINBERG; GUTIÉRREZ, 2012).

As vulnerabilidades socioambientais se dão exatamente em espaços marcados pela degradação socioambiental e em periferias marcadas pelas vulnerabilidades socioeconômicas.

A respeito do sentido pessoal no conceito de ambiente de vida, ao que se refere a categoria ambiental *ambiente físico*, ao se falar de sentido pessoal refere-se a condição em que a profissional se coloca ao responder a *Questão 1*. Tal condição faz a entrevistada acessar seus sentimentos, suas emoções ao que se refere ao ambiente de vida, trazendo para a descrição conceitual a lembrança afetiva do seu próprio ambiente de vida. Tais questões aparecem nas falas das entrevistadas (7) e (5):

Meu espaço; Meu espaço físico; Onde eu sobrevivo; Onde eu moro;  
Meu lar; A minha casa como ela é; Minhas coisas.  
(Entrevistada (7)).

Onde tu está inserido; Espaço que está a tua casa;  
Espaço que tu vive ali;  
Onde tu vive; O espaço onde tu mora; O teu território mesmo; Tua casa; Tua residência.  
(Entrevistada (5)).

Na verdade as entrevistadas acessam lembranças ideofetivas, idealizações de como seria os seu ambiente de vida de acordo com suas acepções, suas experiências existenciais. Em suas experiências as entrevistadas certamente se apropriaram de espaços, sejam públicos ou

privados, no entanto acessam essas lembranças ideofetivas de um ambiente de vida pelo que lhe traria conforto.

O processo de apropriação tem uma dinâmica em dois sentidos: um dirigido para a conquista do espaço, outro para si. Isso implica o sujeito adaptar um espaço as suas próprias necessidades, dar-lhes características próprias. (GONÇALVES, 2007, p. 27).

No entanto ao estarem ligados afetivamente aos moradores, às famílias que ali vivem, as profissionais se sensibilizam com com a condição desagradável com que os moradores próximos se encontram, não só em termos de vulnerabilidade ambiental, mas também de vulnerabilidade social. Essa questão já fora investigada em um projeto de sensibilização realizado na mesma instituição (CRAS) em 2010, através do Projeto de Extensão Coleta Seletiva Solidária. (NUNES et al, 2010).

Imagem 1:

Atividade com os profissionais do CRAS. 20/08/2010. A realidade da comunidade representada na livre expressão através do desenho. Destaca-se a malha ferroviária como símbolo da comunidade, estando no imaginário coletivo dos profissionais do CRAS Tereza Cristina, e o lixo como parte dessa representação social.



Fonte: (NUNES et al, 2010).

A Imagem 1 está demonstrando a afetividade que os profissionais tem em relação a comunidade, objetivando-a através do coração que desenharam sobre o desenho da comunidade ambientalmente degradada. Tanto através da entrevista semiestruturada dessa pesquisa, quanto através da Imagem 1, pode-se ver que os profissionais que trabalham na instituição acabam se apropriando do espaço, ou seja, existe um sentimento de pertença. Segundo Nazário (2010, p. 132) “sentir-se pertencente ao lugar é perceber como sendo parte integrante dele”.

Na fala das entrevistadas as características negativas se sobrepõem às características positivas do ambiente de vida. A sobreposição das características negativas ao que diz respeito às positivas se dá pelo fato de as experiências que os profissionais tem no trabalho diário serem advindas da resolução de problemas que nascem no foco de inúmeras vulnerabilidades socioambientais. As características negativas são citadas da seguinte forma:

Trilho é bastante sujo; Principalmente essas casinhas que ficam aqui na beira do rio; Tiraram umas casas; Onde só tem tráfico de drogas; Já entrei em uma casa dessas e é assim horrível o cheiro; Bastante suja; Fazem as necessidades ali no local; Não tem banheiro; No trilho; Jogam entulho; Restos de madeira; É um local que tinha bastante alvo de enchente; Tem uma área bem degradada ali no Paraíso; Parte que tem o coque<sup>6</sup>; Uma área bem degradada; Enchentes; Resto de tijolos de construção civil. (Entrevistada (6)).

Algo muito importante a se prestar atenção ao longo de toda a análise dos dados, é que naturalmente existe uma tendência das profissionais - mesmo tendo conhecimento dos dez bairros que fazem parte do território de atuação do CRAS Terereza Cristina – de responder as questões da entrevista semiestruturada, tomando como base as proximidades da instituição. Sendo assim, os aspectos negativos do

---

<sup>6</sup> Coque é um produto sólido resultante da mistura de derivados de carvão, e é utilizado na transformação do ferro em aço. O “coque” pelo qual a entrevistada (6) se refere, diz respeito à antiga coqueria (lugar de depósito de rejeitos da empresa Coque Catarinense Ltda. (Cocalit)) localizada no bairro Paraíso, Criciúma / SC.

ambiente físico e social prevalecem, exatamente pela instituição estar no centro da área de vulnerabilidade socioambiental.

Tomando como base as falas das profissionais acima, é interessante fazer uma reflexão sobre os escritos de Koga (2003) o qual diz que as cidades concretas surgem sob condições de desigualdades sociais, nesse viés pontua que as populações fazem certo movimento de união e separação, as quais decorrem de condições de vida discrepantes. Levando em consideração os escritos de Koga (2003) pode-se fazer a seguinte reflexão: dificilmente pode-se pensar em políticas públicas separando os aspectos de natureza social e os aspectos relacionados ao ambiente físico.

Se tratando da condição humana no ambiente urbano e da relação entre vulnerabilidade social e vulnerabilidade ambiental, é importante se atentar para os fatores antrópicos sobre o ambiente, e a problemática da tentativa de o ambiente ter suas mudanças naturais executadas se tornar um fator de risco socioambiental. Segundo Silva & Travassos (2008) a falta de alternativa de moradia popular assim como de lotes urbanos com preços acessíveis, principalmente em cidades grandes, levam os humanos a ocupar de maneira ilegal lugares impróprios para acantamentos. Essa questão ocorre conjuntamente com a falta de infraestrutura, contribuindo para ao agravamento de condições ambientais e da qualidade de vida da população vivente no ambiente urbano.

Abaixo, a Figura 5 demonstra um tipo de ação antrópica do homem, onde o espaço urbano se estende na margem do rio, alvo de risco de enchente. Vê-se dessa forma a relação da magnitude do evento e a vulnerabilidade que um determinado espaço habitado tem. Compreende-se dessa forma que essa é uma vulnerabilidade a um risco socioambiental, que pode causar um desastre. Segundo MMA (2007, p. 18) “o desastre é, então, o resultado de um ou mais eventos adversos sobre um espaço vulnerável que podem ser de origem natural ou provocado pelo homem”.



Figura 5:

Quando ocorre um desastre ? – Uma relação entre a magnitude do evento e a vulnerabilidade do espaço



Fonte: (MMA, 2007, p.18).

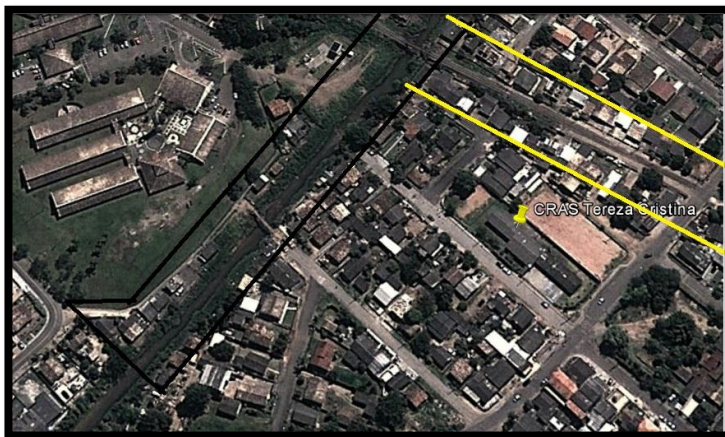
As características positivas do ambiente de vida citadas foram:

Água é encanada; O lixo é coletado; Tem saneamento. (Entrevistada (8)).

Água encanada, coleta de lixo e saneamento, é um serviço básico que todo espaço urbanizado tem que ter, ou seja, não é um serviço ou infraestrutura extraordinária. Porém quando são apontados essas três questões pelas profissionais, não se está a falar das residências que ficam próximas da faixa de domínio (Estrada de Ferro Tereza Cristina) no bairro Tereza Cristina, ou nas margens do Rio Criciúma na divisa do bairro Tereza Cristina com o bairro Boa Vista. Mas sim de locais mais afastados do rio e da faixa de domínio que compreende o território do CRAS. Compreende-se então que à medida que a realidade se distancia de áreas como, por exemplo, o trilho e as margens do rio, bem como de zonas especiais de interesse social, os serviços de infraestrutura urbana melhoram.

Imagem 2<sup>7</sup>:

A imagem mostra as margens do Rio Criciúma com residências irregulares em APP (Área de Preservação Permanente) contornada em linha preta. As margens da faixa de domínio (Estrada de Ferro Tereza Cristina) delimitada com linhas amarelas, também mostra ocupações habitacionais irregulares. Na imagem também está apontado o CPSB.



Fonte: (GOOGLE EARTH, 2013).

Os serviços básicos são necessários para que a vida seja possível no ambiente urbano, para que os humanos não vivam na mera condição de *animal laborans*<sup>8</sup>, pois o homem é mais que o próprio labor, é ação política, é ação sobre o próprio mundo. Se a existência do homem o condiciona somente a manutenção da existência biológica não haverá condições de potencialização, de exercer a própria cidadania.

Outra configuração que aparece timidamente é o ambiente natural. Sendo a urbanidade – artifício da mundanidade, condição humana do trabalho segundo Arendt (2007) - construída sobre o ambiente natural, esse ficando sob o artifício da mundanidade é relegado

---

<sup>7</sup> Imagem produzida através do software Google Earth.

<sup>8</sup> Na acepção Arendtana o *animal laborans* é condicionado a manutenção da própria vida biológica, no entanto dá sentido a sua vida através da própria preservação. (ARENDDT, 2007).

muitas vezes quase que ao esquecimento no meio de concreto e metal. O ambiente natural aparece nas seguinte falas:

É tudo que está ao nosso redor; Natureza.  
(Entrevistada (2)).

A visão do pesquisador vai ao encontro da visão de Hardt (2006), pois segundo o autor no decorrer da evolução humana a ação da humanidade foi modificando o meio natural. Nesse processo houve uma ordenação do espaço segundo o que era conveniente para a sociedade.

Se os homens prestarem um pouco de atenção ao ambiente urbano, verão demasiada ênfase de espaços desordenados, ocupações irregulares em áreas verdes, encostas de morro, margens de rios.

## 8.2 AMBIENTE SOCIAL

Na categoria ambiental *ambiente social* verificou-se quatro configurações, as quais são:

- Relações sociais;
- Segurança e qualidade de vida;
- Relação espaço/tempo;
- Sentido pessoal.

Na fala das entrevistadas as relações sociais aparecem no conceito de ambiente de vida através da inserção das pessoas na cultura local e através das relações com a família e a comunidade. Pode-se notar através das seguintes falas:

Onde tu está inserido; Convivência social;  
Ambiente social; Onde tu vive; A cultura; Onde tu  
se relaciona com as pessoas. (Entrevistada (5)).

Ambiente Familiar; Ambiente Social.  
(Entrevistada (1)).

Os serviços de convivência social comunitária entre pessoas da mesma geração e de gerações diferentes, assim como os serviços de fortalecimento de vínculos familiares e comunitários fazem parte das atividades de um Centro de Referência de Assistência Social. Paugam (2001) faz relação entre a desqualificação social e o rompimento de vínculos. Segundo o autor a desqualificação social se mostra a partir de uma expulsão (exclusão), que se dá aos poucos, de um contingente

numeroso da população, assim como de experiências nas vivências nas relações de assistência, nas diferentes fazes pela qual se dá a desqualificação social.

A desqualificação social se dá na relação entre as pessoas consideradas pobres e o resto da sociedade. Essa relação é definida por cinco elementos: 1. O primeiro elemento diz respeito a estigmatização, pois o apelo a assistência social faz com que os pobres alterem suas identidades transformando suas relações com os outros em um estigma; 2. O segundo elemento se refere a caracterização da situação de “pobres”. A assistência tem a função de regular o sistema social, e os pobres estão fadados a desvalorização, e relegados ao último extrato social; 3. O terceiro elemento é reforçador do equívoco que se estabelece no conceito de exclusão, essa visão é sustentadora de que os pobres estando em situação de dependência da coletividade, também são incapazes de reagir; 4. O quarto elemento sustenta que a resistência ao estigma e a adaptação à relação assistencial mudam conforme o processo de desqualificação que os pobres estão. Nesse ponto de vista afirma-se que os assistidos não se encontram em um estrato homogêneo da população; 5. O quinto elemento se originou de comparações feitas da pobreza nas sociedades contemporâneas, nesse sentido contou com um fator histórico, ou seja, consta de definições histórico-sociais ao que se refere ao processo de desqualificação social. (PAUGAM, 2001).

Ainda discorrendo sobre o quinto elemento, a partir desse pressuposto, três fatores explicam o recurso à assistência de forma crescente, esses são:

O elevado nível de desenvolvimento econômico associado a uma forte degradação do mercado de trabalho; a grande fragilidade dos vínculos sociais, em particular no que se refere à sociabilidade familiar e às redes de auxílio privado; um estado social que assegura à maioria um elevado nível de vida, cujos modos de intervenção junto às populações desfavorecidas revelam-se contudo, inadaptadas. Esse processo conduz a uma crescente diversificação dos pobres, já que estes são numerosos e oriundos de diversas categorias sociais. (PAUGAM, 2001, p. 71).

A partir das pontuações acima Paugam (2001) cita um estudo francês, o qual diz que a insegurança da vida profissional está relacionada a diminuição da sociabilidade. Também consta que os desempregados tem relações mais distantes com membros da família.

Segurança e qualidade de vida estão ligados a uma vulnerabilidade do território que tem uma expressão muito evidente, ou seja, o tráfico e o uso de drogas. Um dos empedimentos enfáticos da qualidade de vida da comunidade é o tráfico de drogas, trazendo, dessa forma, insegurança para a população em geral. Esse fator ganha evidência nas seguintes falas:

É um lugar que tu precisa se sentir seguro para estar;  
É um lugar que te oferece qualidade. (Entrevistada (3)).

O processo de desqualificação não é o único fragilizador de vínculos, o tráfico também é. Ao longo da análise de dados o tráfico aparecerá como um dos problemas centralizadores, mostrando que a noção de espaço, de ambiente deve compor questões físicas, mas também sociais. Entende-se que a economia, as relações, a criminalidade, os problemas familiares, se estruturam em um espaço que se caracteriza pela sua concretude.

A questão da droga é central, principalmente em localidades como Tereza Cristina e Paraíso, ou seja, esses são bairros com maior vulnerabilidade, tendo maior incidência de violência urbana. Segundo Souza (2005) há alguns tipos de violência que são ligadas mais especificamente ao espaço urbano, esse fator se dá por conta das formas espaciais, do modo como as pessoas vivem, e as estratégias que utilizam para sobreviver. Tornam-se particular do ambiente urbano tipos de violência, como por exemplo, a violência no trânsito, protestos em estações ferroviárias ou de ônibus, conflitos entre traficantes que fazem parte de quadrilhas rivais e conflitos entre gangues de ruas ou bairros que tem como características a diferença entre si.

Destaca-se também, uma dimensão muito importante para o conceito de ambiente de vida nesse trabalho, a qual é a dimensão espaço/tempo que se encontra na definição de espaço. É importante a aparição na fala de uma das entrevistadas pelo fato de corroborar com o conceito de ambiente de vida estruturado nesse trabalho:

Situação que a pessoa vive no momento; É aquilo que ela está passando no momento; Onde a pessoa ocupa o tempo dela no ambiente onde ela vive; Onde no momento ela está vivendo a situação de vida dela; Momento que ela está vivendo; O

momento de vida que ela está vivenciando.  
(Entrevistada (4)).

Vê-se acima o ambiente de vida definido em uma temporalidade de vivência do indivíduo no espaço, onde ele vive determinadas situações em determinados momentos. Para Santos (1997a) existe uma inseparabilidade entre a noção de espaço e a idéia de sistemas de tempo. Seja a história local, regional, nacional ou então mundial é passível da ação de uma gama de variáveis, as quais são dependentes do sistema temporal.

Embora seja correto afirmar que assim como na definição de ambiente físico, na definição de ambiente social as entrevistadas tem a tendência de ancorar os significados que dão ao conceito às suas vivências pessoais, há situações de maior ênfase. Por essa razão que foi definida uma configuração denominada sentido pessoal. Esse fator mostra-se da seguinte forma:

Minha família; Meu jeito; Meu dia a dia.  
(Entrevistada (7)).

Tendo como base as falas da profissional acima, é coerente pontuar que essa tem uma identificação com o seu lugar, o que define o seu comportamento, pois a conotação “meu jeito” diz respeito a tornar as coisas do seu ambiente como lhe aprovem. A profissional define sua família, seu jeito e seu dia a dia como fazendo parte de um contexto espacial definido por questões físicas e sociais materializando-se em seu dia a dia. Se identificou com seu ambiente de vida pessoal e se apropriou deste a ponto de conservar-lhe afetuosamente. Portanto para responder a pergunta “O que é ambiente de vida para você” acessa o conteúdo interno que lhe parece ser um ideal de ambiente de vida. No parecer de Freire & Vieira (2006):

[...] quanto mais identificação houver entre o indivíduo e seu entorno, maior a possibilidade de um comportamento de preservação do ambiente. Isto pode ser explicado se tivermos em mente que, já que há uma identificação entre indivíduo e ambiente, caso o indivíduo aja de maneira destrutiva em relação ao ambiente, estaria destruindo a si próprio. (FREIRE; VIEIRA, 2006, p. 36).

Para concluir serão feitas algumas reflexões sobre o conceito de ambiente de vida a seguir.

### 8.3 REFLEXÕES SOBRE O CONCEITO DE AMBIENTE VIDA

O conceito de ambiente de vida estabelecido nesse trabalho corrobora com as respostas dadas pelas profissionais do Centro de Referência de Assistência Social do bairro Tereza Cristina, Criciúma/SC. Primeiramente pelo fato de a concepção de espaço como tendo dimensões físicas, sociais e temporais aparecerem nas falas das profissionais. Vê-se também um espaço dominado pelo tráfico e pela violência, o que ficará mais claro ao longo desta análise, no entanto se tem uma sobreposição de território, ou seja, o poder detido pelos traficantes sobre o poder que o município tem sobre o território. Vê-se também um espaço urbano de diversidades, pela diversidade das relações, assim como um espaço de artificialidades, pela artificialidade que o homem constrói sobre o ambiente natural.

No imaginário das profissionais do Centro de Referência de Assistência Social do bairro Tereza Cristina, ambiente de vida diz respeito a um lugar seguro em termos de ambiente físico, que tenha boa condição de moradia, mas também que seja seguro principalmente se referindo a questão da violência urbana, ou seja, um ambiente que às resguardem de perigos. Nesse sentido busca-se através do ambiente de vida, qualidade de vida e bem estar, e qualidade ao que se refere ao aspecto físico do ambiente.

Para as profissionais a noção de ambiente de vida é um tanto quanto intimista, é algo que se possa dizer “meu ambiente de vida”, o que traz um sentido de apropriação do espaço. Pois há a existência de uma afetividade muito importante que se constrói nas relações que são vivenciadas nesse espaço/território, assim como pelo próprio ambiente enquanto solo para que as relações sociais familiares e comunitárias sejam possíveis. Tal noção de ambiente de vida implica a questão de estar vivendo em um espaço que se caracteriza, também, pela temporalidade.

As representações do ambiente de vida, ainda que timidamente incluem o ambiente natural, aparecendo através de falas, como por exemplo, “É tudo que está ao nosso redor”, complementada por “natureza”.

É importante pontuar de que perspectiva teórica se está abordando a questão da representação social. No caso desse estudo, a

interpretação dos dados é realizada à luz de uma análise psicossocial a partir da psicologia social. Jovchelovitch (2004) faz a seguinte pontuação:

A psicologia social é, no meu entendimento, a ciência do entre. Isso significa dizer que o lugar privilegiado do inquirido psicossocial não é nem o indivíduo nem a sociedade, mas precisamente aquela zona nebulosa e híbrida que comporta as relações entre os dois (JOVCHELOVITCH, 2004, p. 21).

Nessa perspectiva cada sujeito entrevistado representa o ambiente social e cultural onde está inserido, pois as representações são construídas na relação entre sujeito e objeto, bem como entre os sujeitos.

No âmbito das representações sociais do ambiente de vida a partir dos profissionais do CRAS, observou-se as representações não só em uma perspectiva intelectual, mas também afetiva e imagética. Esse fator é visto no aporte teórico que pautam sobre representações a partir da psicologia social. Segundo Spink (2002) as representações sociais são entendidas como formas de conhecimento, e são estruturas de aspecto cognitivo-afetivas, portanto é inconcebível que sejam reduzidas a conteúdos cognitivos. O autor se refere ao contexto pelas quais são constituídas, pois a partir do contexto é que as representações sociais são engendradas nas interações sociais do cotidiano.

Tomando como base as configurações das respostas obtidas a respeito do conceito de ambiente de vida, tanto na categoria ambiental *ambiente físico*, quanto na categoria ambiental *ambiente social*, verifica-se a possibilidade de análise dos modos de ancoragem.

Se tem as seguintes análises de ancoragens na categoria ambiental *ambiente físico*:

- O ensejo de um ambiente melhor, onde a representação do ambiente de vida se ancora em um ideal de ambiente de vida perfeito, o qual não há um processo de periferização e ordenação urbana;
- O sentido pessoal leva os profissionais a ancorarem as representações do ambiente de vida em seus próprios espaços, onde moram, onde vivem, suas casa, etc;
- As características negativas são ancoradas nos aspectos do próprio território, a partir das experiências cotidianas das profissionais;



- As características positivas são ancoradas em suas experiências pessoais, assim como em localidades mais distantes do CPSB, com menor vulnerabilidade socioambiental.
- A segurança está ancorada na ideiação de bairros mais tradicionais, sem casebres mal feitos, que podem oferecer melhor qualidade de vida para as pessoas.
- Na categoria ambiental *ambiente social* se refere as seguintes ancoragens:
  - As relações sociais são ancoradas nas experiências de relações das profissionais ao que se refere a ideia de família, cultura, seus modos de convivência;
  - Segurança e qualidade de vida foram ancoradas em suas experiências que se referem a localidades que não tem vulnerabilidade social ligada ao tráfico de drogas, ou seja, locais que tenham qualidades opostas aos bairros Tereza Cristina e Paraíso;
  - A dimensão espaço/tempo está ancorada em uma ideiação que se revela em situações de vivências que se colocam em uma temporalidade.
  - O sentido pessoal é ancorado em experiências de relações intimistas que se dão dentro da família e em seu cotidiano.

Segundo Moscovici (2011, p. 54) “a finalidade de todas as representações é tornar familiar algo não familiar, ou a própria não familiaridade”. A ancoragem é um processo que dá sentido ao objeto, nesse sentido o conhecimento cria raiz no social e retorna ao mesmo ao ser convertido em categoria, a qual é agregada ao conjunto de leitura do mundo do indivíduo. (ARRUDA, 2002).

A objetivação das representações sociais na categoria ambiental *ambiente físico* São objetivadas da seguinte forma:

- Quando fala no ensejo de um ambiente de vida melhor certamente as profissionais produzem imagens mentais de um bairro e residências adequadas. Sendo essas residências e bairros adequados sinônimos de segurança e qualidade, são também objetivações;
- Os aspectos do sentido pessoal que se refere a representação do ambiente de vida são objetivados a partir da casa, do espaço pessoal, ou seja, é um conjunto imagético que se forma, que se materialisa no imaginário das profissionais, e que dão sentido a representação do ambiente de vida;
- As características negativas do ambiente de vida são objetivadas através de aspectos como o trilho sujo, as casas nas margens do rio,

entulhos, áreas degradadas. Ou seja, um conjunto desses aspectos formam a imagem de um território vulnerável ambientalmente;

- As características positivas do ambiente de vida são objetivadas através de três aspectos do território, que são água encanada, coleta de lixo e saneamento;
- A tendência a objetivação da natureza no ambiente urbano se refere a aspectos mais pontuais pela prevalência de espaços construídos. No caso do território do CPSB o objeto mais materializador do pensamento é o Rio Criciúma.

Quanto a objetivação na representação social do ambiente de vida na categoria ambiental *ambiente social* se faz as seguintes pontuações:

- As relações sociais são objetivadas em modelos de relações sociais comunitárias e familiares, ou seja, se materializam a partir de vivências dos profissionais, as quais formam um núcleo imagético do que seriam as relações;
- A objetivação dos aspectos da segurança e qualidade de vida é realizada a partir de uma antinomia que se estabelece de modo contrário ao tráfico de drogas e a violência. Ou seja, a partir de imagens produzidas relacionadas a situações que não se estabeleçam relacionadas ao tráfico e a violência;
- A dimensão espaço/tempo é objetivada em experiências pessoais, em um sentido de estar num mundo temporal, imagens mentais de uma vida que se constrói em um espaço/tempo.
- O sentido pessoal objetivado é um modelo de vivência familiar íntimo, ou seja, quando a entrevistada se refere à expressão meu jeito, constrói uma imagem mental, a representação de seu ambiente de vida.

O processo de objetivação remete-se a uma cristalização de uma representação, caracterizando-se como a formação de imagens. Nesse processo as noções abstratas ganham materialidade. (MOSCOVICI, 1988 apud SPINK, 1993). Na objetivação o indivíduo vai ao encontro da descoberta da qualidade icônica da idéia. Nesse contexto a reprodução do conceito se dá em uma imagem. (MOSCOVICI, 2011).

A partir das análises realizadas nesse capítulo, sobre o ambiente de vida, ou seja, da concepção que os profissionais tem sobre o conceito de ambiente de vida, será possível ao leitor fazer reflexões entre o conceito de ambiente de vida dado pelos profissionais e os resultados dos próximos capítulos. Nesse sentido se verá a importância que o olhar dos profissionais tem para o entendimento dos fenômenos socioambientais do território do CRAS.

## **9 SOBRE A REPRESENTAÇÃO QUE CONSTRÓI O AMBIENTE E O AMBIENTE QUE CONSTRÓI A REPRESENTAÇÃO**

Como consta na entrevista semiestruturada (Apêndice 2), a intenção inicial do pesquisador era organizar o estudo de forma que fosse viável definir claramente questões de cunho social e questões referentes ao ambiente físico. No entanto o que ficou claro foi a inexorabilidade da junção analítica dos fatores ambientais (ambiente físico) e sociais (ambiente social), como definido no capítulo precedente (Figura 4).

Quando fora realizado os questionamentos referentes ao ambiente físico de acordo com o Apêndice 2, ainda assim as respostas se referiam com ênfase aos aspectos de natureza social. Ao contrário das ideias que possam vir do leitor a respeito de erros de interpretação do entrevistado ou erro de formulação dos questionamentos por parte do entrevistador, pode-se pensar em um dado de pesquisa não esperado por parte do pesquisador. Esse aspecto vem demonstrar a indissociabilidade entre os aspectos de natureza social e ambiental quando se está a referenciar o ambiente urbano. Ainda pode-se pontuar a condição dos atores sociais protagonistas dessa pesquisa, ou seja, as profissionais do Centro de Referência de Assistência Social do bairro Tereza Cristina, Criciúma/SC. Partindo do pressuposto que esses tem como foco em seus trabalhos a assistência social, suas representações sociais do ambiente de vida logo enfatizará os aspectos de natureza social do ambiente de vida.

### **9.1 HABITAÇÃO**

A grande problemática do ambiente urbano é o fato de que quando ele se torna objeto de pesquisa, de planejamento ou gestão, as ações que se engendram sobre a temática transcendem fronteiras. Mesmo quando o foco são os problemas habitacionais, por exemplo, esses por sua vez ligam-se à redes de diversidades de problemáticas que são complexas. Toda a rede de complexidade se estrutura frente às questões da condição humana. O simples fato de um indivíduo estar no mundo implica em uma gama de fenômenos que se tornam um tipo de extensão dele para com o mundo e do mundo para com ele.

Essa reflexão vai ao encontro do “fato” de um indivíduo estar morando em uma casa vulnerável com “gretas”, teto e estrutura frágil, sem água, luz precária, e sem saneamento implicarem em sua condição como um “ser” no mundo, para o mundo, para consigo mesmo e do mundo para com ele. Por traz de uma vulnerabilidade de infraestrutura

habitacional, há, geralmente, vulnerabilidades econômicas, psicossociais, emocionais, ambientais ou, seja, uma gama delas, fazendo uma reflexão a partir das observações dos profissionais do CRAS.

Essa reflexão que faz pensar o indivíduo, a família em uma determinada residência que se situa em um determinado território, vai ao encontro de uma possível reflexão com Santos (2006), o qual diz que o território tem que ser entendido como território usado, dessa forma o autor coloca a identidade sobre um chão e essa diade constitui o território. Indo além, Santos (2006) conceitua identidade como o sentido de pertencer àquilo que nos pertence. Fica sendo o território o lugar de residência, bem como de trocas materiais, espirituais e também onde a vida cumpre o seu exercício.

O território também é o fundamento do trabalho, onde o dinheiro aparece em um contexto de uma vida econômica complexa, fazendo ser a medida do valor, esse que é atribuído ao trabalho e aos resultados advindos dele. (SANTOS, 2006).

Pensa-se nesse sentido, um território movido pelo poder do dinheiro que advém de resultados que a família não pode alcançar para ter acesso. Fator esse que ocorre por exclusão social, sendo a habitação precarizada um tipo de sinalização, a qual sinaliza que a cadeia produtiva do mercado formal não utiliza aquelas mãos de obra que se encontram (habitam) naquele espaço sóciofísico.

A partir das falas das profissionais, ou seja, através das informações que elas trouxeram sobre o território de atuação do CRAS Tereza Cristina, os principais problemas associados à habitação são: Invasão de terrenos; Habitações em APP (Área de preservação permanente) na margem do rio; Habitações em faixa de domínio; Habitações sem saneamento; Improviso da estrutura da moradia; Danos na estrutura habitacional com risco de desabamento; Habitações com risco de enchentes (anteriormente); Habitações excessivamente próximas uma das outras; Habitações sem fornecimento adequado de água; Situação habitacional ligada à baixa renda.

De acordo com Santana & Silva (2012) o déficit e inadequação habitacional são duas das principais preocupações do Brasil ao que se refere às políticas públicas urbanas. Coloca-se então problemáticas complexas ao caracterizar déficit e inadequação habitacional:

[...] o déficit habitacional está relacionado à necessidade de reposição total de unidades habitacionais precárias e ao atendimento à demanda reprimida, por meio da construção de

novas unidades habitacionais. Por outro lado, a inadequação habitacional no mundo subdesenvolvido se caracteriza por pelo menos uma das características a seguir: inexistência de unidade sanitária nos domicílios (redes de esgoto e água potável), inadequação fundiária urbana e depreciação do preço do solo, o que amplia as péssimas condições de habitabilidade presentes hoje nos bairros e localidades periféricas dos grandes centros urbanos do Brasil. (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2008 apud SANTANA; SILVA, 2012, p. 28).

De acordo com os profissionais os problemas habitacionais são menores de acordo com o grau de afastamento dos bairros em relação a localidade do CRAS. Segundo os relatos, os bairros com mais intensidade de problemas relacionados à habitação são Boa Vista; Tereza Crista e Paraíso. Fazendo um parametro, os problemas relacionados ao tráfico de drogas e violência, dentre outras vulnerabilidades sociais partilham do mesmo fenômeno, ou seja, quanto mais afastado da região onde o CRAS se encontra, ganha menos intensidade.

**Imagem 3:**

Habitações no bairro Paraíso em Criciúma/SC, na localidade conhecida popularmente como favelinha.



Fonte (NUNES, 2013).

O pesquisador constatou alguns contrastes em termos de habitação no bairro Paraíso, através de uma excursão à campo realizada para a coleta de material etnográfico, com acompanhamento de um informante qualificado (Profissional do CRAS). Esse contraste se dá em um conjunto de questões que envolvem renda, infraestrutura e habitação. A problemática não se encerra na questão habitacional quando há déficits ligados a qualidade habitacional, geralmente as habitações deficitárias se encontram em espaços marcados por processos de favelização e segregação social.

Imagem 4:

Habitação no bairro Paraíso, Criciúma/SC. Contraste de realidades em termos de habitação, ao ser comparada com as habitações da Imagem 3, no mesmo bairro



Fonte (NUNES, 2013).

Ao observar a Imagem 3 o leitor poderá denotar alguns aspectos pontuados pelas profissionais do CRAS através das representações que fizeram do ambiente de vida. No espaço representado pela imagem 3 há aspectos que se referem à invasão de terreno; falta de saneamento; Improvisação de estrutura de moradia; Embora não se possa afirmar danos na estrutura habitacional com risco de desabamento, pode-se levantar hipoteses; é uma localidade com histórico de enchentes, embora a situação tenha melhorado com as obras de saneamento realizadas em Criciúma; há habitações com proximidade excessiva uma da outra; e sem fornecimento adequado de água. É importante atentar-se ao que diz

a Lei Nº 12.651, de 25 de maio de 2012, em seu capítulo II que dispõe sobre as áreas de preservação permanente (APP), exclusivamente na seção I que dispõe sobre as delimitações de áreas de APP: o art. 4º estabelece no mínimo 30 metros para “as faixas marginais de qualquer curso d’água natural perene e intermitente, excluídos os efêmeros, desde a borda da calha do leito regular”. Essa é a razão legal de habitações nas margens de rios serem irregulares.

Segundo Baltrusis (2010, p. 244) “[...] o processo de produção da cidade se relaciona com a distribuição desigual de renda”. É importante essa visão de Baltrusis (2010), pois se observar onde se encontram grande parte das habitações deficitárias, se verá que estão em lugares onde a apropriação se deu de forma indébita, seja pela forma de ocupação (invasão) ou pela compra de terrenos não escriturados. Tais habitações encontram-se às margens da faixa de domínio e às margens do rio Criciúma, corroborando com as representações do ambiente de vida dos profissionais do CRAS.

Os processos que se dão pela valorização do preço da terra se dão enfaticamente nos grandes centros urbanos, as pessoas que não tem condições de pagar por preços que exacerbam suas condições vão morar na periferia da cidade. Sugere-se que no Brasil há pelo menos 42 milhões de pessoas que vivem abaixo do nível da linha de pobreza. (BALTRUSIS, 2010). Maricato (apud BALTRUSIS, 2010, p. 244) ressalta que “1% da população mais rica detém 14,4% do total da renda do país, enquanto os 50% mais pobres possuem 13,3%. Essa desigualdade se expressa na violência que se reproduz nos grandes centros urbanos, na desigualdade territorial e na exclusão social”.

Imagem 5:  
Faixa de domínio com habitação e atividades humanas próximas.



Fonte (NUNES, 2013).

O problema das habitações próximas à faixa de domínio diz respeito não só ao fato de estarem localizadas estruturalmente em local impróprio, mas também se estende à problemática da cultura que se estabelece no local, ou seja, o tráfico de drogas e os homicídios. Fenômeno esse que faz lembrar que o espaço além da dimensão física tem uma dimensão sociocultural, além de fazer o pesquisador atentar-se para aspectos territoriais, ou seja, para as questões que envolvem poder. Pois no âmbito dos espaços marginais à estrada de ferro estabelece-se um poder não legitimado que se sobrepõe ao poder do Estado, mas que traz medo e provoca “assombrações” no imaginário coletivo urbano. Esse fator diz respeito a uma sobreposição territorial, o território estabelecido pelo poder que os traficantes exercem sobre o território do Estado.

De acordo com a Companhia Brasileira de Trens Urbanos na atualidade não há uma significação legal da faixa de domínio, bem como da fixação de suas larguras, embora exista decretos, leis e resoluções que definam as normativas sobre faixas de domínio. Dessa forma “não constam no ordenamento jurídico brasileiro vigente a definição certa e a metragem da faixa de domínio”. (CBTU, 2013).<sup>9</sup>

No mundo contemporâneo o capitalismo formula as regras de criação de formas espaciais, bem como a recriação dessas formas. O

---

<sup>9</sup> A citação direta não consta de número de página pelo fato de ser retirada de uma página online.



êxodo rural contribuiu para as alterações demográficas das cidades por conta da modernização, a qual contribui para reproduções espaciais complexas. (SILVA; SOUZA; SANTOS; 2011). Tais reproduções espaciais complexas escondem em suas viélas fenomenos marginais às residências da classe média alta. Em espaços onde predominam a densidade demográfica, a ocupação irregular de terrenos e casebres, um outro fenômeno social pode coexistir, ou seja, a violência e o homicídio.

Sabendo que a violência em comunidades segregadas é um fenômeno que não se explica a partir de uma única perspectiva, e sim vem de uma rede de questões de ordem sociológica, pode-se dizer de acordo com Adorno (2002), que não há como fazer-se invisível, por assim dizer, não há como não reconhecer a relação entre a concentração de riqueza e concentração da precária qualidade de vida de bairros periféricos de grandes cidades brasileiras e o alto índice de violência. Embora Criciúma não esteja no hall relacionado às grande cidades como São Paulo, é um polo regional de comércio e industria, movimentando de forma enfática a economia do sul de Santa Catarina. No entanto pode-se afirmar que na cidade de Criciúma há variadas comunidades que estão social, econômica e ambientalmente segregadas. O Plano Municipal de Redução de Riscos (PMRR) IPAT (2009) financiado pelo Governo Federal – Ministério das Cidades -, e executado pelo Instituto de Pesquisas Ambientais e Tecnológicas (IPAT), analisou 29 áreas de riscos. Dentre as 29 áreas de risco analisadas pelo PMRR estão os bairros Boa Vista, Imperatriz, Paraíso, Pinheirinho, São Francisco, que fazem parte do território atendido pelo CRAS.

Imagem 6:

Casas à margem do Rio Criciúma, no bairro Boa Vista, em Criciúma/SC.



Fonte: (NUNES, 2013).

As habitações que se estendem à margem do rio Criciúma é um tipo de apropriação indébita que se forma por razões, como por exemplo, a renda. As famílias não tem condições de comprar terrenos legalmente estabelecidos, então acabam se apropriando de terrenos que são de ordem pública. Morar às margens do rio Criciúma é uma questão a ser pensada em termos de saúde pública. Segundo Cohen; Kligerman; Monteiro; Cardoso; Barcelos (2011) existem condições fundamentais que a habitação saudável deve cumprir:

[...] a habitação saudável, em particular, deve cumprir condições fundamentais como: a) permanência segura; b) urbanização segura, desenho e estrutura adequados e espaços suficientes para uma convivência sã; c) serviços básicos de boa qualidade; d) mobília, utensílios domésticos e bens de consumo seguros e eficientes; e) entorno adequado que promova a comunicação e colaboração; f) hábitos de comportamento que promovam a saúde. (COHEN; KLIGERMAN; MONTEIRO; CARDOSO; BARCELOS, 2011, p. 173).

Existem impossibilidades de cumprir os critérios dispostos acima quando se trata de uma casa construída nas margens de um rio também insalubre como o rio Criciúma.

Com base nas falas abaixo pode-se denotar como as profissionais expressaram os déficits relacionados à questão da habitação. Tais recortes de falas se enquadram na categoria habitação, a qual está sendo discutida nesse tópico.

Moradia Imprópria; Locais que não seriam próprios para estar construindo residências; Instalada em locais que não são próprios; Esgoto que vai para o rio; Falta de saneamento. (Entrevistada (1)).

As casinhas na beira do trilho; Bastante casa que não tem saneamento; Não tem nenhum tipo de cuidado; Enjambram; Fazem Improviso. (Entrevistada (2)).

Precisam dos programas habitacionais; Área irregular; Beira do rio; Beira do trilho; Está caindo na cabeça; As famílias invadiram. (Entrevistada (3)).

A marginalidade vem para a ocupação desses espaços clandestinos; Casas invadidas. (Entrevista (4)).

Tem bastante locais que estão em situação irregular; Mas ainda tem bastante ocupação irregular aqui. (Entrevistada (6)).

E as vezes a pessoa não tem condições de ter algo melhor e é obrigado a viver naquela situação que tem, mas acho que tem muitas casas que precisaria de uma ajuda; Há, encheu a minha casa, para onde eu vou?; Ela é obrigada a ficar ali, enche e ela vai para onde se não tem outro local. (Entrevistada (7)).

A categoria habitação, segundo as profissionais do CRAS se constitui como muito importante. Na perspectiva das profissionais os problemas habitacionais são um dos principais na ampla lista de vulnerabilidades. Por esse motivo, de acordo com a concepção teórica das representações sociais pode-se caracterizar a categoria habitação

como um tema, por ser foco atencional dos profissionais que trabalham no dia a dia atendendo a comunidade local, próxima ao CRAS nas zonas especiais de interesse social (ZEIS).

Quando o indivíduo torna algo objeto para ele próprio, que se configura um objeto de uma realidade pela qual escolheu, entre tantas realidades, o torna temático. (MOSCOVICI, 2011).

A representação que as profissionais tem do ambiente de vida o enquadra dentro de aspectos considerados parte de um espectro de vulnerabilidades sócioambientais. A partir de uma categoria temática se estruturam outras subcategorias que configuram a representação do ambiente de vida como sendo vulnerável.

Figura 6:  
Subcategorias de vulnerabilidades ligadas à categoria habitação (núcleo central).



Para maior entendimento as subcategorias de vulnerabilidades relacionadas à habitação foram organizadas a partir de um núcleo central. Essa forma de organização permite que se entenda os sistemas figurativos pelos quais os profissionais objetivaram as representações do ambiente de vida. Bem como, permite a análise das ancoragens, analisando os meios que levaram os profissionais tornar o objeto representacional familiar.

O núcleo central (nesse caso a categoria habitação) se expressa como um tipo de elemento fundamental da representação, ele dá

estabilidade e organização interna determinando seu significado. Em torno do núcleo central se estruturam os elementos periféricos (nesse caso, as subcategorias), enquanto que o núcleo central tem mais resistência a mudança os elementos periféricos são mais flexíveis. (SILVA; GOMES; SANTOS, 2005).

As vulnerabilidades habitacionais que os profissionais pontuam são baseadas em antinomias, onde por exemplo, se sabe que os bairros Boa Vista, Tereza Cristina e Paraíso são os piores ao que se refere as habitações porque são feitas comparações desses bairros citados para com os outros bairros. Ainda assim se toma como base as vulnerabilidades concentradas em determinados espaços, e não o bairro todo, como por exemplo as ZEIS. As vulnerabilidades habitacionais são objetivadas tomando como base as áreas de margens de rio (APP) e beira de trilho (faixa de domínio). Aparece nessa objetivação de vulnerabilidades habitacional questões como, *enjambrar, está caindo na cabeça, casas na beira do rio e casas na beira do trilho*. Formam-se a partir dessas questões imagens mentais associadas à aspectos negativos.

Tais aspectos negativos são ancorados em antinomias, ou seja, modelos, imagens mentais do que seriam uma boa habitação, baseadas nos bairros que tem residências melhores, assim como modelos de suas experiências de vida. É importante ressaltar a visão pela qual esse trabalho se pauta, ou seja, pauta-se por uma lógica psicossocial. Por esse motivo considera-se nessa explicação sobre a representação das condições habitacionais a partir de perspectivas como a experiência pessoal dos profissionais, as condições do objeto representado, bem como a imersão do profissional em um ambiente sócio-cultural. A partir desse modo de entender pode-se dizer que:

As representações não são um espelho do mundo “lá fora” e não são unicamente construções mentais de sujeitos individuais. Elas implicam um trabalho simbólico que emerge das interrelações Eu, Outro e Objeto-mundo e, como tal, têm o poder de significar, de construir sentido, de criar realidade. (JOVCHELOVITCH, 2008, p. 35).

Os programas habitacionais, conhecidos como empreendimentos habitacionais de interesse social, são alternativas viáveis para retirada de famílias de áreas com vulnerabilidades sócioambientais. Algo a ser ressaltado, o qual foi pontuado por profissionais do CRAS, é a forma pelas quais são feitas as transições das famílias, de suas comunidades

para programas habitacionais. Muitas famílias não se adaptam às residências ou apartamentos de programas habitacionais de interesse social, considerando esse aspecto, as causas podem ser diversificadas, como por exemplo, o fato de muitas pessoas deixarem para traz outros membros familiares, ou então pela desconsideração da história de vida dos indivíduos vinculados à residência, espaço, comunidade onde vivera, por exemplo, por longo tempo. A não adaptação pode ocorrer por diferenças culturais vinculadas à condomínios onde a instituição familiar passa ter sua rotina associada à aspectos institucionais ligados ao próprio condomínio, como por exemplo, síndico, segurança, decisões que devem ser feitas comunitariamente, dentre outras questões.

É importante levar em consideração o sentimento de pertença que a família tem pelo lugar que ela deixou para traz para ir morar em uma nova habitação. Pois sentir-se pertencente à algum lugar é como fazer parte do lugar de forma integralmente. (Nazário, 2010). “O ambiente físico é um importante aspecto da realidade, que se impinge sobre os seres humanos, e que influencia as suas cognições, sentimentos e ações”. (CORRAL-VERDUGO, 2005, p. 77). O novo ambiente que as famílias se encontram na pós-ocupação tem dimensões não somente física, mas também culturais, sociais, e a medida que o tempo passa vai ocorrendo a apropriação de um novo espaço, e quando isso não acontece o indivíduo se sente “um estranho no ninho”.

Diferenças culturais e os problemas sociais e ambientais em suas especificidades, são fenômenos que produzem explicações em uma cultura de acordo com suas especificidades, de maneira particular. (CORRAL-VERDUGO, 2005). Estudos de psicologia ambiental podem ajudar em pesquisas e intervenções em programas habitacionais, bem como na elaboração de planos municipais de habitação, para que as famílias obtenham melhor qualidade de vida, pois de acordo com Corral-Verdugo (2005, p. 75):

“[...] o objeto da Psicologia Ambiental é a influência mútua de fatores ambientais e comportamentais, ao tentar focalizar problemas específicos e soluções. A ênfase desta definição na resolução de problemas revela a natureza aplicada da Psicologia Ambiental”. (CORRAL-VERDUGO, 2005, p. 75).



habitação de interesse social, como destinação ao direito à moradia e à cidadania”.

No bairro Paraíso há dois blocos de apartamentos, construídos a partir do programa habitacional Habitar Brasil. O pesquisador teve acesso aos apartamentos a partir da excursão ao local com o acompanhamento de um informante qualificado. Um dos prédios estava com acabamentos arquitetônicos, porém o segundo ainda estava inacabado, ficando por conta dos moradores o acabamento.

Imagem 7:

Edifício do programa habitacional Habitar Brasil com acabamento arquitetônico, localizado no bairro Paraíso, Criciúma /SC.



Fonte: (NUNES, 2013).



**Imagem 8**

Edifício do programa habitacional Habitar Brasil sem acabamento arquitetônico, localizado no bairro Paraíso, Criciúma /SC



Fonte (NUNES, 2013).

O programa Habitar Brasil foi implantado pelo governo federal através da Secretaria de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República em fevereiro de 2000, atualmente Ministério das Cidades. O governo federal fez um acordo de empréstimo com o Banco Internacional de Desenvolvimento (BID), tal acordo teve como intenção desbravar novos caminhos para a busca de soluções de carência de condições adequadas em terrenos de moradia e infraestrutura de favelas brasileiras. Os municípios contemplados no estado de Santa Catarina Foram: Biguaçu; Criciúma (bairro Paraíso); Florianópolis; Itajaí; Jaraguá do Sul; Joinville; Palhoça e São José. Criciúma foi uma das últimas cidades a licitar as obras de urbanização por conta de problemas legais ligados à regularização das áreas. (CARDOSO, 2005).

Com base nas representações das profissionais do CRAS, de acordo com a categoria habitação (núcleo central) fora definido alguns indicadores, os quais foram estruturados alfabeticamente de (a) a (j) (elementos periféricos) (APÊNDICE 3). Para os indicadores foram definidos dois princípios de análise:

O primeiro princípio faz a análise de características que restringem a regularização fundiária sem que haja melhorias anteriormente. Pois tais melhorias levariam qualidade de vida para a população que habita o local, bem como ficaria de acordo com a legislação ambiental e habitacional vigente. O primeiro princípio de análise foi estruturado de acordo com a Lei COMPLEMENTAR Nº 095, de 28 de dezembro de 2012 que institui o plano diretor participativo do município de Criciúma Santa Catarina. No entanto foram escolhidos para fazer parte do primeiro princípio de análise os incisos do artigo 177 da lei citada acima, os quais são os incisos de I a XII (APÊNDICE 3).

O segundo princípio de análise foi estruturado de acordo com o Guia para o Mapeamento e Caracterização de Assentamentos Precários (BRASIL, 2010). Segundo Brasil (2010) a Política Nacional de Habitação (PNH) adotou a expressão assentamentos precários com o intuito de ter uma abrangência nacional do conceito. Enquadram-se nessa terminologia assentamentos urbanos inadequados, sendo esses ocupados por moradores de baixa renda. Nessa terminologia também é incluída as tipologias que são consideradas tradicionais ao que se refere à utilização por políticas públicas de habitação, como cortiços, loteamentos irregulares de periferias, favelas e assemelhados, se inclui também conjuntos habitacionais em situação de degradação.

Os assentamentos precários são caracterizados como sendo porções de um determinado território urbano com variações de tipologias e dimensões. Para a construção do segundo princípio de análise tomou-se como base o quadro de variáveis relevantes para caracterização dos assentamentos precários (BRASIL, 2010, p. 43), com 13 Variáveis. Para esse estudo foram utilizadas 11 variáveis de (BRASIL, 2010, p. 43), portanto a categoria renda domiciliar da bibliografia citada fora substituída pelo conceito de família de baixa renda descrito no Art 4, Incisos I, II e III do DECRETO Nº 6.135, DE 26 DE JUNHO DE 2007 que dispõe sobre o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal:

Art. 4º Para fins deste Decreto, adotam-se as seguintes definições: I - família: a unidade nuclear composta por um ou mais indivíduos, eventualmente ampliada por outros indivíduos que contribuam para o rendimento ou tenham suas despesas atendidas por aquela unidade familiar, todos moradores em um mesmo domicílio. II - família de baixa renda: sem prejuízo do disposto

no inciso I: a) aquela com renda familiar mensal **per capita** de até meio salário mínimo; ou b) a que possua renda familiar mensal de até três salários mínimos; III - domicílio: o local que serve de moradia à família. (BRASIL, 2007b).

A variável renda familiar da bibliografia (BRASIL, 2010, p. 43) não fora utilizada pelo fato de estar pautada em uma metodologia quantitativa, diferente do presente estudo. A variável população foi instigada pelo fato de não ser citada pelas profissionais, e de também tratar-se de uma metodologia quantitativa. Para esse estudo então, constam 12 princípios de análise (APÊNDICE 3).

Tabela 2<sup>10</sup>:

Indicadores habitacionais de acordo com a representação social das profissionais do CRAS Tereza Cristina.

1º Princípio de análise <sup>11</sup>	Indicadores de vulnerabilidades socioambientais ligadas à habitação a partir da representação social do ambiente de vida estruturada na categoria habitação									
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g)	(h)	(i)	(j)
I										
II										
III										
IV										
V										
VI										
VII										
VIII										
IX										
X										
XI										
XII										
2º Princípio de análise <sup>12</sup>										

<sup>10</sup> Para avaliar a Tabela 2, olhar o APÊNDICE 3.

<sup>11</sup> Características restritivas segundo o Art. 177 da LEI COMPLEMENTAR Nº 095, de 28 de dezembro de 2012 que institui o plano diretor municipal, de Criciúma/SC.

<sup>12</sup> Variáveis para caracterização de assentamentos precários



é o fato de os pontos mais importantes que se configuram como tema, ou seja, o que aparece como mais enfático para os profissionais não contemplarem as irregularidades prevista nos incisos do primeiro princípio de análise. Nesse sentido vê-se que o que é mais importante para os profissionais em termos de habitação não necessariamente contempla todos os quesitos da legislação vigente. Porém se tem que levar em conta a visão das profissionais, pois são seres políticos, históricos e sociais, que vivem seu dia a dia vivenciando questões relacionadas ao território de atuação da instituição. Nesse sentido a visão de mundo delas sobre o território de atuação determina suas práticas para com a comunidade. Segundo Jovchelovitch (2008) a formação da representação se coloca como uma tarefa pública, a qual se instaura em um processo contexto-dependente ligado às condições sociais, assim como às condições políticas e históricas.

A segunda problemática vem explicar esse fato da primeira, ou seja, existe um outro quesito para a não contemplação de todos os incisos, além do fato de que os pontos citados pelos profissionais serem os mais enfáticos na visão deles. Tal quesito diz respeito às restrições citadas nos incisos não estarem presente no campo de inteligibilidade deles. Diz-se então que os incisos não contemplados pelos indicadores estarem permeando o universo reificado de outras ciências desconhecidas das que os profissionais fazem parte, não permitindo a sistematização do conhecimento e uma possível leitura do fenômeno.

Quando uma pessoa ou grupo estrutura a sua representação a partir do universo consensual, sua representação está dentro do seu campo de ineligibilidade, com seus conceitos, sentimentos que construiu durante sua história de vida. Assim, quando é pontuado a partir de representações, que determinado local não possui saneamento e a “casa está caindo na cabeça”, esse é um instrumento para indicar que a qualidade de vida da população não é satisfatória.

Muitas realidades que entram em contato com os sujeitos, as quais são materilizadas por formas variadas de apropriação, transformações, bem como em alguns casos interiorização sem a ocorrência da apropriação dos conteúdos. A não apropriação dos conteúdos, faz com que estes não se tornem funções psicológicas superiores. Quando isso acontece os elementos transmitidos culturalmente, mesmo interiorizado pelo sujeito não terão significação considerando sua total complexidade, e tais produção não orientarão o indivíduo em sua atividade existencial. (SANTOS; LEÃO, 2012).

Vê-se a partir do segundo princípio de análise que apenas uma variável não contempla nenhum indicador elaborado a partir das

representações sobre habitação no território do CRAS. O princípio 5 não compreende nenhum indicador pelo fato de as profissionais não terem como tópico enfático as ruas, quando se trata de habitação. É importante a análise dos indicadores referentes ao segundo princípio de análise pelo fato de que, caracterizar um acatamento como precário em meio a uma cidade com geração de renda através dos polos comerciais e industriais, ainda mais Criciúma sendo pólo regional, é sinal de uma distribuição de renda, ou geração de renda ineficiente, ou seja, uma segregação socioespacial.

Assim como o primeiro princípio de análise que mostra as irregularidades fundiárias, sendo impedimento para que o município participe de revitalizações com benefícios do governo federal, o segundo princípio vem confirmar as irregularidades. Ainda que sendo uma representação social, caracterizada por um panorama inteligível dentro do universo consensual, mostra que as profissionais, como seres humanos que atendem a população das áreas ZEIS estão insatisfeitos com tal condição. Tais condições não cumprem o que é estabelecido para uma vida saudável, segundo as representações das profissionais.

Segundo Brasil (2010) os acatamentos precários não são áreas com características homogêneas, tendo variações. Pode-se então a partir da citação precedente fazer a seguinte reflexão: tais acatamentos como esses, caracterizados nas áreas ZEIS citadas nesse capítulo, surgem sem planejamento. No entanto, para uma possível revitalização dessas áreas é necessário uma reestruturação total, ou seja, um planejamento que faça jus às pessoas que habitam estas localidades. Segundo Souza (2003) o planejamento é a preparação para a possibilidade de uma gestão futura, pois é a partir do planejamento é que se busca evitar ou até minimizar problemas futuros. Com o planejamento é possível a margem de manobras para evitar problemas. A gestão se mostra como a execução de condições já arquitetadas pelo planejamento.

Para um ambiente de vida urbano adequado com condições habitacionais mínimas é necessário um bom planejamento para a efetivação de políticas públicas, e conseqüentemente uma boa gestão com base em um sólo firme estabelecido pelo planejamento.

## 9.2 INFRAESTRUTURA

A viabilização de condições de vida no ambiente urbano depende da infraestrutura que inexoravelmente tem que ser planejada por técnicos com visão temporal ampla. Tais visões devem considerar aspectos como, por exemplo, o crescimento populacional, mobilidade,

áreas destinada a moradia, comércio, indústria, lazer, cultura, áreas de preservação permanente, etc. Após um bom planejamento, uma gestão otimizada é essencial. Para uma boa gestão é necessário que o poder executivo de uma cidade esteja bem organizado, com suas secretarias ou fundações de, por exemplo, infraestrutura, saúde, educação, esportes, cultura, social, ambiental, e outras que se fizerem necessárias.

A organização das instituições do poder executivo é a “coluna vertebral” do sistema municipal. A equipe técnica de secretarias e fundações de uma cidade tem que ter competências relacionadas a gestão de políticas públicas federais, estaduais e municipais, assim como para a elaboração, gestão e execução de planos municipais baseados nessas políticas.

O planejamento e gestão de uma cidade não pode seguir uma lógica compartimentada entre secretaria e fundações, mas sim deve se paltar em uma lógica compartilhada interinstitucionalmente. Uma vez que a coleta do lixo é interrompida, ineficiente ou inexistente, esse fator pode gerar um problema de saúde pública, cultural, ambiental, bem como causar problemas de outra monta, por exemplo.

João Marino Vieira, ambientalista criciumense, integrante da ONG Movimento Pela Vida coloca a responsabilidade nas mãos da sociedade como um todo (governo e sociedade civil), mudando o discurso geralmente abarcado no senso comum, o qual responsabiliza sempre os órgãos governamentais:

Porque as construtoras arrasam terreno, eliminando toda a vegetação para depois de construído o prédio ou o condomínio trazer com guindastes as árvores e palmeiras adultas para replantar? [...] Porque as pessoas, entendidas da cidade, estão indo em busca de pequenos terrenos rurais às margens de algum rio e para lá carregam seus conceitos de moradia, aterram banhados e deixam bem limpinhas a margem do rio e colocam bem perto o “sumidouro” do esgoto do tão sonhado paraíso? [...] Porque ainda não há tratamento dos esgotos das cidades? Porque o lixo da cidade ainda continua sendo um grande problema e ainda não chegou nem a ser caso de polícia? (VIEIRA, 2011, p. 281).

Segundo Staniunas; Burinskiene & Maliene (2012) o modo de alcançar a sustentabilidade em uma cidade, é uma simples e adequada

política de planejamento, bem como sua implementação. No entanto, quando se fala em uma política adequada, se está a falar de uma escala abrangente que se constitui de questões como economia, desenvolvimento social e meio ambiente.

Criciúma, uma cidade que veio a ser conhecida como capital do carvão, se tornou um território onde a função social da cidade e a qualidade ambiental foram relegadas à condição de menos significante, se comparado ao desenvolvimento econômico da cidade. Segundo Nascimento (2012) a representação social da cidade de Criciúma nas décadas de 1950 e 1960 permeava sob o discurso do desenvolvimento econômico através da atividade carbonífera sob o domínio da imagem de desejo.

Uma cidade que prevê o futuro tem como um dos seus objetivos, ao que se refere ao planejamento urbano, a função social, para que não se produza segregação relegando parte das pessoas à estarem às margens da sociedade. Uma forma de pensar o planejamento e a gestão urbana de forma coerente, é fazendo com que a infraestrutura urbana chegue a todos os “cantos” da cidade.

Na categoria infraestrutura, os temas (subcategorias) abordados pelas profissionais do CRAS foram: ruas; coleta de lixo; fornecimento de água; iluminação; saneamento básico; espaços públicos; transporte coletivo.

Ao que se refere às ruas verifica-se as seguintes falas:

Calçadas acho que é um problema em quase toda a cidade; Rua lajotada; Asfalto; (Entrevistada (1)).

A gente pediu agora uma faixa de segurança; Se as crianças não atravessarem na faixa pelo menos tem a faixa. (Entrevistada (3)).

As ruas elas são muito mal; Tem ruas que não tem nem a questão do saneamento básico; Ruas que não são nem calçadas. (Entrevista (4)).

Tem bastante ruas pavimentadas; Eu percebo que não é ruim; A infraestrutura das ruas é boa. (Entrevistada (6)).

Ali é uma rua sem saída. (Entrevistada (7)).



As calçadas são citadas como um problema das ruas, mas são qualificadas como um problema geral, e não somente como um problema que se mostra sendo só do território do CRAS. Ou seja, calçada nesse contexto é um problema geral do município de Criciúma. Outro problema relacionado às ruas que é citado é a questão da sinalização. Sinalização horizontal, ou seja, mais especificamente, a faixa de segurança, pois mesmo as crianças não passando na faixa, elas devem estar lá para propiciar qualidade ao transeunte, se assim o desejar. Também são citadas ruas sem saneamento e sem calçamento e sem saída, porém as representações tem um contraste pois também fora citada ruas bem calçadas. Quando se refere as ruas com calçamento a profissional está pontuando regiões foras das zonas especiais de interesse social, ou seja, aquelas ruas que ficam longe das áreas de aglomeração residencial, das margens do rio e da faixa de domínio, como se pode ver na Imagem 10. Porém vê-se por parte dos profissionais uma infraestrutura de rua deficitária.

Embora as profissionais quando se referem ao território de atuação do CRAS se concentrem nas proximidades (Boa Vista, Tereza Cristina e Paraíso), fazem uma observação ao que se refere às calçadas. Ou seja, para elas é deficitária a infraestrutura de calçadas mas dentro de uma comparação com toda a cidade as condições estão justas. Cognitivamente os profissionais ancoram os modelos de calçadas que existem em Criciúma e fazem a observação de que o déficit não é somente local, mas é uma característica urbana do município. Porém ruas mal cuidadas, sem saneamento e ruas sem saídas, são problemáticas observadas de forma fenomenológica e vivencial, transcendendo concepções meramente cognitivas. Nesse sentido pode-se dizer que esses aspectos são ancorados em conceitos mentais relacionados a experiências que eles tem do que lhes causa certa restrições socioespaciais. Ou seja, não se sentem bem estando em ruas sem drenagem pluvial, sem calçadas, ou enlameçadas, como demonstrada na Imagem 9.

A construção social da realidade é acometida por fluxos que se expressam pelas formas de afetos, imaginários e estilos cognitivos. Esse fluxo se configura tendo como base processos sociais que ao mesmo tempo são também psicológicos, condição essa, para que se produza a representação social. (ARRUDA, 2009). Baseadas em condições que se colocam no cotidiano, as profissionais do CRAS consideram a infraestrutura de rua não adequadas, com excessão de algumas ruas que se afastam das áreas ZEIS.

A percepção que as profissionais tem do espaço onde o CRAS Tereza Cristina atua tem uma importância, pois partindo do pressuposto de que seja um espaço - nesse caso a infraestrutura de ruas – deficitário, exerce influência de forma não positiva sobre os moradores. Segundo Moser (1998) falando de espaço sobre o ponto de vista da psicologia ambiental, as pessoas se comportam de maneira diferente de acordo com o espaço onde estão. Ou seja, um exemplo se dá quando os indivíduos estão em espaços restringidos ou amplos, comportando-se e interagindo de forma diferente dependendo do espaço em que estão. Partindo do ponto de vista de Moser (1998) ao fazer uma reflexão sobre as ruas sem saída, muitas vezes sem calçadas e com poças d'água, pode-se dizer que muitas vezes a comunidade dos locais pontuados pelos profissionais tem seu espaço restringido.

Imagem 9:

Rua sem saneamento, sem calçamento e sem saída, onde se localiza o posto de saúde do bairro Paraíso.



Fonte: (NUNES, 2013).

Imagem 10:

Rua pavimentada, onde se localiza o Centro de Referência de Assistência Social, no bairro Tereza Cristina, porém, sem saída.



Fonte: (NUNES, 2013).

Lugares que o caminhão do lixo passa também é preocupação dos profissionais, porém quando se fala de áreas tomadas pelo tráfico e/ou de difícil acesso, a coleta dos resíduos sólidos se complica. Em lugares que o caminhão do lixo não passa a população acaba tendo dificuldades, e acaba tendo que se deslocar com o lixo até o local de acesso da coleta.

Passa caminhão do lixo. (Entrevistada (1)).

Muitos lugares o caminhão não passa; Tem que levar o lixo para um outro local; Caminhão para mais é lá; O caminhão não chega ali. (Entrevistada (3)).

Siqueira & Moraes (2009) associam a degradação do ambiente natural, através da disposição inadequada de resíduos sólidos, à comprometimentos para com a saúde física e mental. Para o autor transtornos psicológicos e psiquiátricos, desintegração social, exacerbação da violência, bem como doenças físicas, como por exemplo, doenças infecciosas, cardiovasculares, degenerativas

compõem o mesmo fenômeno. Pois o homem sendo parte da natureza, segundo a concepção de Siqueira e Moraes (2009), também sofre com as intervenções danosas contra ela.

No olhar de Mello (2001) a cidade reúne renda e trabalho, mas também reúne miséria e opulência, nesse ponto de vista a riqueza e a pobreza convivem uma de frente com a outra, onde não se pode ignorar tal realidade. Assim como a riqueza ostenta e exhibe o seu luxo, a pobreza também não se esconde, pois terrenos à beira de rios e de estradas são habitados e se transformam em favelas grandes, se tornando tão visível quanto a riqueza.

Os lugares onde não há coleta de resíduos sólidos mostram ao que a pobreza (comunidades de baixa renda) é relegada. Se tenta escondê-la no caos urbano, mas mesmo assim ela se mostra através dos restos inconsumíveis que a humanidade do lugar amontoa. Metaforicamente tal comunidade é tratada como o lixo da cidade, os que estão fora do mercado de consumo, sem renda. A visão do pesquisador corrobora com os escritos de Zigmunt Bauman:

A história em que e com que crescemos não tem interesse no lixo. Segundo essa história, o que interessa é o produto, não o refugo. Dois tipos de caminhões deixam todo dia o pátio da fábrica – um deles vai para os depósitos de mercadorias e para as lojas de departamentos, o outro, para os depósitos de lixo. A história com que crescemos nos treinou para observarmos (contarmos, valorizarmos, cuidarmos) tão-somente o primeiro tipo de caminhão. No segundo só pensamos nas ocasiões (felizmente ainda não cotidianas) em que uma avalanche de dejetos desce pela montanha de refugos e quebra as cercas destinadas a proteger nossos quintais. Não visitamos essas montanhas, seja fisicamente ou em pensamento, da mesma forma como não nos aventuramos em bairros problemáticos, ruas perigosas, guetos urbanos, campos de refugiados em busca de asilo e outras áreas interdidas. Nós as evitamos com cuidado (ou somos afastados delas) em nossas escapadas turísticas compulsivas. Removemos os dejetos da maneira mais radical e efetiva: tornando-os invisíveis, por não olhá-los, e imagináveis, ou não pensarmos neles. Eles só nos preocupam quando as defesas elementares da rotina se rompem, e as

precauções falham – quando o isolamento confortável e soporífero de nosso *lebenswelt*, que elas deveriam proteger, está em perigo. (BAUMAN, 2005, p. 38).

Na verdade a questão da organização socioespacial e territorial de uma comunidade, além da falta de infraestrutura em relação a coleta de lixo, “pode levá-la a ser o próprio lixo”. Os fatores culturais que permeiam o cotidiano, o que faz algo que em outras comunidades é inadmissível ser admissível se constrói em meio a condições que se estabelecem em uma cultura da exclusão, da segregação, tornando-se um tipo de cultura dos “marginais”, dos que estão à margem da sociedade das condições lícitas. A questão do lixo aparece nas falas dos profissionais da seguinte forma:

Onde tu vai tem lixo espalhado por tudo quanto é lado; Reciclagem; Com as crianças a gente faz bastante trabalho de valorização da limpeza; Cuidados com o lixo; Não se importam de jogar lixo. (Entrevistada (2))

Concentração do lixo; O lixo é descartado em todos os lugares aqui; O lixo está no meio do caminho; Na beira do trilho; Os cachorros estouram; Um monte de lixo; Jogado nos terrenos; Jogado na beira do rio; As famílias descartam. (Entrevistada, (3)).

Amarzenamento de material reciclável; Tinha mais lixo dentro de casa do que fora. (Entrevista (4)).

Uma bala que chupam eles chogam não no lixo, mas no chão; vocês sabiam que a enchente é causada por esse papelsinho de bala que vocês jogam no chão?; A questão do lixo não tem muito limite; Tem esse rio do lado que o pessoal joga lixo ali (Entrevistada (5)).

Até chegar na Boa Vista tem bastante lixo; Bastante lixo; Roupas que eles ganham e não gostam da roupa, não tem o que fazer e eles jogam ali mesmo. (Entrevistada (6)).

Muito lixo; Muita coisa jogada; Os espaços onde as crianças ficam é sujo. (Entrevistada (7)).

A representação de uma comunidade associada ao acúmulo do lixo, bem como com a criminalidade, do ponto de vista do senso comum, das pessoas comuns, pode ser colocada como um território inimigo, quase que um campo de guerra. Por exemplo, as pessoas logo associam o nome do bairro, ou seja, ancoram em aspectos que se encontram em seus esquemas mentais ligados a degeneração humana, perigo, insalubridade, risco de vida, morte. Essa imagem do ponto de vista dos profissionais do CRAS é reconhecida como um sinal de que essa comunidade necessita dar um ‘grito de guerra’ chamado empoderamento, que os trará potência de ação para alcançar a cidadania.

Segundo Alexandre (2004) a estrutura social é um dos elementos fundamentais da realidade que se mostra na vida cotidiana. Tomando como ponto de reflexão os escritos do autor, pode-se então levantar a hipótese de que a visão de mundo das profissionais que vivenciam integralmente a realidade da comunidade próxima ao CRAS, mostra e se preocupam com as condições socioambientais das famílias que vivem no lugar. As profissionais acabam a partir de uma atitude natural, a qual compartilham intersubjetivamente, mostrando um mundo que é comum à elas, tomando como base os escritos de Alexandre (2004, p. 134) sobre representações sociais: “No compartilhar da intersubjetividade, o indivíduo adquire a certeza da realidade vivida e diferencia a realidade da vida cotidiana de outras realidades de que tem consciência”.

A região também tem catadores de materiais recicláveis, sendo que suas atividades pressupõe o acúmulo de materiais recicláveis para possível venda em grandes quantidades. O trabalho autônomo dos catadores pressupõe a coleta seletiva pela cidade através de carroças puxadas por cavalos, e carrinhos, os quais são puxados pelos próprios catadores. Porém o fato de serem catadores de materiais reciclável não condiz com desorganizações quanto ao armazenamento dos materiais recicláveis, pois depende da própria organização de cada catador, ou seja, de forma individual. Outras questões relacionadas à jogar lixo pelo bairro, bem como jogar roupas que não apreciam mais, tem que ser analisado à luz da própria história do sujeito e da comunidade, da formação da subjetividade e cultura na qual estão inseridos.

A relação entre sujeito e meio ambiente faz com que a subjetividade se altere, nesse viés a consciência tem uma característica parcial, considerando os limites que é concebido pela existência

material. A questão da materialidade vai ao encontro dos fatores condicionantes na realidade, a qual resulta das variadas formas de atuação do homem. Pois o trabalho social que se estende ao longo do processo histórico, faz com que se construa um ambiente que vai além do que é determinado naturalmente. Continuando essa linha de raciocínio, pode-se então dizer que a materialidade se forma a partir de transformações práticas da realidade. A vida social do homem, bem como os tipos de relações no cotidiano é de grande importância no desenvolvimento do sujeito, pois entende-se que as alterações vindas da parte do homem seja na materialidade ou na subjetividade são realizadas para atender suas necessidades. (SANTOS; LEÃO, 2012).

Em Criciúma existe um movimento social iniciado pelo Projeto de Extensão Coleta Seletiva Solidária (Universidade do Extremo Sul Catarinense), o qual se chama Fórum Lixo & Cidadania, reunindo várias entidades, e teve o seu início em 2009. (JERÔNIMO; GUADAGNIN). O Fórum Lixo e Cidadania tem como foco a cidadania e o incentivos à formação de cooperativas e associações de catadores, se pautando em políticas públicas que incentivam e regulamentam essas ações. Em Criciúma há dois grupos de catadores, a Cooperativa de Trabalhadores de Materiais Recicláveis localizada no bairro Sangão e a Associação Criciumense de catadores que tem como sede provisória o CRAS até que o galpão seja viabilizado.<sup>13</sup>

A Coleta Seletiva Solidária (Gestão de resíduos sólidos com inclusão de catadores) é resguardada pela Política Nacional de Resíduos sólidos (LEI N° 12.305, de 2 de agosto de 2010), pelo DECRETO N° 7.404, de 23 de dezembro de 2010 que regulamenta a a Política Nacional de Resíduos Sólidos, pelo DECRETO N° 7.405, de 23 de dezembro de 2010 que institui o Programa Pró-Catador e o DECRETO N° 5. 940, de 25 de outubro de 2006, que institui a separação de resíduos recicláveis que são descartados por órgãos da administração pública federal, para serem destinados a cooperativas e associações de catadores

---

<sup>13</sup> O pesquisador participou, como bolsista de extensão do Projeto de Extensão Coleta Seletiva Solidária da Universidade do Extremo Sul Catarinense, durante o ano de 2010. Também fez estágio na área de psicologia organizacional e psicologia social na Cooperativa de Trabalhadores de Materiais Recicláveis e acompanhou a fundação do Fórum Lixo & Cidadania em 2009, bem como a formação do Estatuto e registro do grupo de catadores da Associação Criciumense de Catadores em 2010.

de materiais recicláveis. Tais leis estabelecem diretrizes para a gestão integrada de resíduos sólidos e coleta seletiva com inclusão de catadores.

Imagem 11

Casa de um catador de materiais recicláveis no bairro Tereza Cristina.



Fonte: (NUNES, 2013).

Imagem 12:

Lixos depositados ao ar livre em área de APP, na margem do Rio Criciúma, na divisa dos bairros Boa Vista e Paraíso.



Fonte: (NUNES, 2013).



O fornecimento de água é indispensável no meio urbano, e além de sua distribuição também tem que passar por tratamentos complexos acompanhados por profissionais com conhecimentos técnicos. Um fornecimento de água inadequado, torna-se um problema coletivo de saúde. Além disso é impossível fazer a higiene pessoal na falta de água. A nutrição humana também tem como uma de suas bases a água, por essa razão um fornecimento adequado de água, além de evitar insalubridade, também traz qualidade de vida.

Tem casa que não tem água (Entrevistada (5)).

O abastecimento de água é um aspecto da infraestrutura que está ligado intimamente com a preservação da vida humana, por esse motivo que o fato de alguém não ter água, seja pela falta eventual por decorrência de um serviço de abastecimento inadequado, ou pela razão de não constar em seu entorno nenhuma condição de abastecimento adequado, é preocupante. O ministério da saúde elaborou um manual de boas práticas no abastecimento de água, no qual consta:

Por boas práticas no abastecimento de água entende-se aqueles procedimentos adotados nas fases de concepção, projeto, construção, operação e manutenção de um sistema ou solução alternativa de abastecimento de água, que propiciam a minimização dos riscos à saúde humana advindos do uso daquela água. (BRASIL, 2006, p.15).

Vargas (2005) também dá ênfase a saúde humana quando fala de saneamento, denotando a importância que uma boa gestão do ambiente urbano tem para uma qualidade de vida adequada para as pessoas no espaço urbano. De acordo com Vargas (2005) o saneamento ambiental pode ser vislumbrado como estratégia para a viabilização da melhoria da saúde pública, porém coloca o desenvolvimento sócioeconômico como favorecido também pelo saneamento. Nesse ponto de vista o saneamento ambiental contribuirá para a diminuição da incidência de doenças assim como despesas provindas da assistência médica e hospitalar, aumentando a renda e o emprego na população de baixa renda.

O conjunto de serviços que garantem a infraestrutura urbana traz dignidade a uma comunidade, pois muito mais que ter saneamento na comunidade, é o valor do sentido de ter saneamento. Viver em uma

comunidade bem estruturada muda a condição estética, o ambiente muda. Então ao invés de os moradores olharem para uma vala de esgoto a céu aberto, irão olhar uma bela rua pavimentada, com sistemas de drenagem pluvial, iluminação, calçadas bem feitas, por exemplo. O indivíduo tem mais condições de posicionar-se como cidadão diante de um ambiente de vida que traz dignidade. Por esse motivo a falta de saneamento é um “espelho urbano”, ou seja, ao olhar para as condições do seu ambiente de vida, o morador estará observando o valor que é dado a ele enquanto habitante daquele espaço. As profissionais demonstram preocupação quanto ao saneamento básico no território. Gonçalves (2007) ao comentar as condições de vida dos moradores do bairro Renascer em Criciúma/SC, coloca o seu ponto de vista em relação às pessoas que moram em um espaço inóspito:

As pessoas sem poder aquisitivo não têm qualificação profissional, nem colocação. Com isso acabam sendo rejeitadas num espaço segregado, afastado, longe dos olhos, porque é um bairro afastado do centro. (GONÇALVES, 2007, p. 114).

Falta de saneamento; Bastante casa que não tem saneamento. (Entrevista (1)).

Tem ruas que não tem nem a questão do saneamento básico. (Entrevistada (4)).

Saneamento é bem complicado. (Entrevistada (5)).

Considerando a definição de espaço de Carlos (2004), onde afirma que este é produzido no tempo, este que por sua vez imprime a duração da ação, pressupondo dessa maneira, que espaço e tempo são indissociáveis da ação humana, pode-se pressupor que as condições em que a comunidade se encontra é uma construção temporal. No entanto a falta de saneamento em locais, no território do CRAS, por exemplo, que foram forjado através de apropriação indébita de terrenos, não condizendo com as normas urbanísticas, careceram de planejamento. Se não forem planejadas sua gestão será dificultosa.

A iluminação é preocupação de uma comunidade não só pelo fato de alternativa de visão noturna, mas também pelo sentido de segurança que supostamente possa advir com uma iluminação pública de

qualidade. A escuridão além do sentido simbólico que permeia o imaginário coletivo, ou seja, de uma “treva urbana”, também favorece de maneira real, do ponto de vista dos fenômenos humanos, a criminalidade noturna, por meio de assaltos, homicídios, tráfico e uso de intorpecentes. Sobre a iluminação surgiram falas do tipo:

Vejo fazendo manutenção; Eles sempre procuram fazer manutenção. (Entrevistada (3)).

Muito precária; Principalmente nessa região aqui que eu digo que é em volta do CRAS; A própria população depreda esse patrimônio; Fica muito escuro e é foco para a marginalidade mais uma vez. (Entrevistada (4)).

Lá no Paraíso não é muito Boa [...] não sei se eles quebram as lâmpadas;  
A própria rua aqui do CRAS, não tem iluminação nenhuma [...] a noite é tudo escura a rua. (Entrevistada (6)).

A iluminação é precária; Aí tu tem uma iluminação perto do poste, mas até chegar perto do outro ela fica escura; A lampada é fraca. (Entrevistada (7)).

A questão da iluminação assim como os outros aspectos da gestão urbana descritos nesse tópico pode se enquadrar em dois pontos de vista, o primeiro diz respeito a impossibilidade de se dar condições de formulação da infraestrutura em áreas sem regularização fundiária, e apropriadas de forma indébita. O segundo ponto de vista diz respeito ao próprio modelo de planejamento e gestão de infraestrutura, o qual não satisfaz as exigências para o estabelecimento da qualidade de vida.

Segundo Rolnik (2007) os assentamentos inseridos de forma imprópria nas cidades tem um poder enfático em engendrar formas de exclusão territorial, fazendo com que os mais pobres tenham dificuldade em acessar oportunidades econômicas e de desenvolvimento humano ofertadas pela cidade. Tal condição não só expressa a desigualdade social, mas também é um mecanismo de reprodução das desigualdades.

É provável que a participação popular no planejamento urbano não diminua os erros, assim como não garante acertos, porém é um controle ao que se refere ao estado desperdiçar tempo e recursos. Muitos políticos interpretam as necessidades de uma população de acordo com

valores pessoais, ignorando a diversidade de opiniões advindas de um grupo social. O favorecimento da participação das pessoas nas decisões que dizem respeito ao seus cotidianos, faz com que elas se preocupem e se sintam responsáveis ao que se refere ao rumo que a cidade toma, assim como favorece o sentido de preservação dos espaços urbanos. (SOUZA, 2006).

Para as profissionais, as pessoas da comunidade são responsáveis pela depredação do patrimônio público, ou seja, falta por parte da própria comunidade um ensejo de se colocar como cidadãos, de fazer a cidadania ser realidade concreta. Porém há relatos de realização de manutenção por parte do poder público, o que não caracteriza uma situação de abandono da gestão da infraestrutura pública. Embora, de acordo com o discurso da entrevistada (7), que fala sobre o bairro onde ela mora, São Francisco, que também faz parte do território do CRAS, poderia ter melhoramentos ao que se refere a iluminação pública.

Os espaços públicos e áreas de lazer em uma cidade levam as pessoas vivenciarem uma dimensão importante da vida, essa é a dimensão social. A socialização é importante, por exemplo, para reforçar um dos pilares conceituais do CRAS, que é muito importante, o qual é o fortalecimento de vínculos.

Espaço para esporte e lazer; Nenhuma quadra; Durante a semana tem o espaço do CRAS [...] tem as escolas; A marginalidade vem para a ocupação desses espaços clandestinos; A marginalidade fica bem a vontade para estar atuando na comunidade; Teria que ter uma reordenação desses espaços; Espaços que não são ocupados [...] são áreas da prefeitura; Quadras que estão abandonadas; Revitalização de muitos espaços que estão aí abandonados. (Entrevista (4)).

Os territórios, considerados espaços de vida, e também de relações, trocas, disputas, contradições, conflitos, expectativas, sonhos, bem como de construção e desconstrução de vínculos, se estruturam também como um espaço onde se dão as políticas públicas. Pois é nesse espaço que as manifestações sociais criam tensões, assim como as possibilidades para que sejam enfrentadas tais tensões. (BRASIL, 2008a). A importância de um espaço público adequado se dá pelo fato de os seres humanos serem seres políticos que se manifestam, e os espaços públicos tornam-se além de espaços de lazer, espaços para a manifestação política. Um território com quadras de esporte, praças,

jardins faz dele um espaço de alteridade, ou seja, onde se assegura um espaço para o corpo e a alma humana através do contato, através de atividades esportivas e das relações entre grupos e indivíduos.

O espaço é uma instância estabelecida na reunião entre materialidade e ação humana (SANTOS, 1997b), no entanto para que os espaços públicos se estabeleçam como locais de ações humanas não se tornando inativos, foco de apropriações indébitas e de apropriação por grupos de pessoas que cometam práticas ilícitas, tem que ter atrativos.

Os espaços públicos podem se tornar ambientes que se configuram como sendo um tipo de abrigo contra as intemperes da cidade. Pois muitas pessoas procuram espaços públicos para saírem de ambientes confusos, barulhentos e lotados. Nos espaços públicos há pessoas que se satisfazem olhando o movimento, enquanto outras preferem um maior contatos com o lugar e seus usuários. (WHYTE, 1988; CARR et al., 1992, apud SILVA, 2009).

Os espaços não ocupados se transformam em espaços marginalizados, ou seja, marginais pelo fato de expressar a “ferida da comunidade”, aquilo que a identifica através de um estereótipo negativo perante a sociedade. Espaços que se caracterizam dessa forma são espaços de exclusão da própria comunidade.

O transporte coletivo também é um tema abordado, ao que se refere a infraestrutura urbana. A mobilidade urbana é uma problemática bastante abordada quando se fala em questões urbanas. O direito de ir e vir, a qualidade do transporte, bem como a segurança e facilidade de deslocamento seja para lazer ou para trabalho é uma questão muito importante para os humanos.

Ônibus [...] tem toda hora [...] para ir para ao centro. (entrevista (5)).

De acordo com o psicólogo Hartmut Gunther é importante que se use transporte público ao invés de transporte individual, para tanto é necessário que o transporte público seja de qualidade. Portanto o transporte público exige do cidadão o compartilhamento de seu espaço pessoal, no entanto essa forma de mobilidade urbana se contrapõe à idéia de que a natureza humana vá de encontro à tendência ao individualismo. A mobilidade humana no olhar da geógrafa Amélia Luisa Damiani não é uma questão que deva ser naturalizada, mas sim, a

sua compreensão deve vir a partir da construção social que advém de um modelo de sociedade. (CFP, 2010).

Em Criciúma o transporte coletivo tem seu funcionamento dividido em duas linhas mais amplas, ou seja, a troncal que faz a ligação entre os terminais de três bairros importantes (bairro próspera, Centro e bairro Universitário), e a linha alimentadora que faz as ligações dos terminais para com os bairros e localidades da periferia da cidade. Esse modelo faz com que os bairros sejam alimentados de forma ampla ao que se refere ao transporte coletivo. As profissionais do CRAS não vejam o transporte coletivo urbano como deficitário em suas representações que se enquadram na categoria infraestrutura urbana.

A forma como as linhas de transporte urbano são organizadas em Criciúma, mostram a importância que é dada aos três bairros onde se localizam os três terminais da linha troncal. Mostra-se dessa forma que os locais que precisam ser alimentados pelas linhas alimentadoras se devem ao fato de eles serem locais de comércio e educação, bem como localidades que se mostram tendo maior facilidade para que as linhas alimentadoras se dispersem. Mesmo Santos (2004) se referindo a países subdesenvolvidos, pode-se fazer uma reflexão a respeito sobre os componentes espaciais na cidade de Criciúma a partir de seus escritos.

Segundo Santos (2004) os espaços de países subdesenvolvidos se caracterizam pelas diferenças de renda, as quais se mostram através da hierarquização das atividades ao que se refere ao nível de regionalização. Na escala de lugar as atividades de mesma natureza coexistem, porém são de níveis diferentes. Tais características fazem com que as possibilidades de consumo da população tenham uma grande variação. No entendimento de Santos (2004, p. 21) “o nível de renda também é função da localização do indivíduo, o qual determina, por sua vez, a situação de cada um como produtor e como consumidor”.

Pode-se pensar em termos da utilização de transporte público para chegar a setores espaciais que se qualificam pelo consumo e produção. Para ter acesso aos setores onde a renda é maior e se caracterizam pela oferta de serviços e atividades de mesma natureza, porém com níveis diferentes, os quais os moradores de baixa renda podem ter acesso é necessário boa mobilidade urbana.

Na Figura 5 estão as subcategorias citadas pelas profissionais ligadas à categoria infraestrutura. Quase todas as subcategorias da categoria infraestrutura são citadas como deficitárias, com exceção da subcategoria transporte coletivo. É importante pontuar que fora citado o acúmulo de lixo nesse tópico para fazer uma reflexão entre o fato de ter

lugares que o caminhão do lixo não passa e o comportamento cultural relacionado ao depósito de lixo no bairro pelos moradores.

Figura 8

Subcategorias de infraestrutura ligadas à categoria infraestrutura (núcleo central).



Em termos de antinomias, pode-se notar que a categoria infraestrutura é representada pelas profissionais do CRAS ligadas à aspectos deficitários, enquanto que somente a subcategoria transporte coletivo se relaciona à representação não deficitária em termos de infraestrutura.

Tabela 3:

Aspectos deficitários e não deficitários da infraestrutura urbana, com base na representação social dos profissionais do CRAS Tereza Cristina.

<b>Infraestrutura urbana baseado na antinomia (aspectos deficitários / aspectos não deficitários)</b>		
	<b>Aspectos deficitários</b>	<b>Aspectos não deficitários</b>
Coleta de Lixo		
Fornecimento de água encanada		
Iluminação pública		
Ruas		
Saneamento básico		
Transporte coletivo		
Espaços públicos		

“Já ficou estabelecido há muito tempo que processos como: perceber, pensar, saber, sentir e expressar significados, têm seu ponto inicial na capacidade de fazer distinções”. (MARCOVÁ, 2006, p.55). Parte-se do pressuposto que quando as profissionais do CRAS representam uma situação como sendo “ruim”, elas tem como base um modelo de perfeição segundo as características do objeto que estão analisando ou descrevendo. Mas, também se for analisar o fenômeno, por exemplo, da falta de saneamento, pode-se ver que as condições precárias leva os moradores a não ter condições mínimas para a manutenção da vida. Dessa forma, comparar tais condições degradantes com condições de vida urbana com infraestrutura adequada, cria uma disparidade enfática entre o que é deficitário e não deficitário.

O pesquisador faz as seguintes observações sobre as representações sociais do ambiente de vida, ao que se refere à infraestrutura de acordo com a visão das profissionais do CRAS: os aspectos negativos aparecem na representação do ambiente de vida, primeiramente pela observação do fenômeno, que não cumpre os pressupostos básicos para a qualidade de vida no ambiente urbano. Ou seja, quando um profissional vai até a casa de um morador e vê que todo o seu esgoto é depositado no rio ou a céu aberto, acessa seus esquemas mentais e compara aquilo que tem como ideal de residência para ele, e faz a observação e o juízo de que aquilo que ele vê não é adequado. A segunda observação diz respeito ao fato de as profissionais trabalharem cotidianamente com as pessoas, as quais vêm reclamar seus problemas individuais, comunitários e familiares, no entanto a representação que os profissionais tem se forma também, através das escutas dos indivíduos da comunidade.

A imagem mental que se forma na concepção das pessoas no cotidiano, sobre o dia a dia de uma comunidade com aglomeração de residências, falta de saneamento e água encanada, lixo nas ruas, se ancora aos aspectos mais negativos possíveis. O indivíduo objetiva essa realidade através de sua subjetivação, daquilo pelo qual conhece como negativo em suas vivências, através dos seus sentimentos e pensamentos. Segundo Spink (1993, p. 303) “o conhecimento estudado via representações sociais é sempre um “conhecimento prático”; é sempre uma forma comprometida e/ou negociada de interpretar a realidade”.

A partir desse ponto de vista é que esse trabalho valoriza a visão que os profissionais da instituição CRAS Tereza Cristina tem do ambiente de vida do território onde atuam, levando em conta aspectos do ambiente físico e do ambiente social.



### 9.3 O ESPAÇO COMO INSTÂNCIA SOCIAL

Esse tópico se norteará para uma possível reflexão crítica, por uma bússola sociológica. Esse modo de reflexão tomará como base a possibilidade de um posicionamento crítico em relação aos dados apresentados pelo estudo, de acordo com a representação social das profissionais do CRAS.

De acordo com Gramsci (1982, p. 7) “todos os homens são intelectuais, poder-se-ia dizer então: mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais.” Essa contribuição de Gramsci traz para esse trabalho uma proposta de considerar os “intelectuais do senso comum” como seres que constroem a sociedade possibilitando a reflexão sobre o empoderamento desses seres enquanto cidadãos e homens políticos. No entanto esse trabalho não isenta da condição de humanidade aqueles humanos que não exercem sua cidadania plenamente, pois a esses é necessário que se plante a semente da cidadania para que se possa germinar a qualificação de cidadãos. Segundo Castro (2009) a cidadania tem uma dimensão espacial potencialmente grande, o que torna uma uma questão para geografia. O direito e o acesso à cidadania se instaura em uma relação que se dá entre território e instituições sociais, bem como políticas que fazem a mediação entre as diferenças relacionadas ao espaço e a distribuição de riquezas e benefícios. (CASTRO, 2009).

Gramsci complementa seu posicionamento da seguinte forma:

Em suma, todo homem, fora de sua profissão, desenvolve uma atividade intelectual qualquer, ou seja, é um "filósofo", um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção do mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, contribui assim para manter ou para modificar uma concepção do mundo, isto é, para promover novas maneiras de pensar. (GRAMSCI, 1982, p. 7).

A concepção de bússola sociológica é dada por Brym et al., (2008), o qual defende que os sociólogos veem a globalização e o pós-industrialismo como uma vitrine de promessas que estimulam a qualidade de vida e a liberdade dos humanos, porém também defendem que também há barreiras estruturais para que esses propósitos se realizem. Por essa razão a bússola sociológica se divide em dois eixos. No eixo vertical a promessa de igualdade de oportunidades se contrasta

com barreira que se mostra sob as desigualdades de oportunidades, enquanto que no eixo horizontal é verificado a promessa de liberdade individual tendo como barreira a restrição da liberdade (ver o Apêndice 4).

Com esse modelo de análise pode-se fazer uma reflexão crítica das representações sociais do ambiente de vida a partir das profissionais do CRAS.

Figura 9:

Uma bússola sociológica (baseado no desenho original)



Fonte (BRYM et al, 2008, p. 28).

### 9.3.1 Os Vínculos Sociais

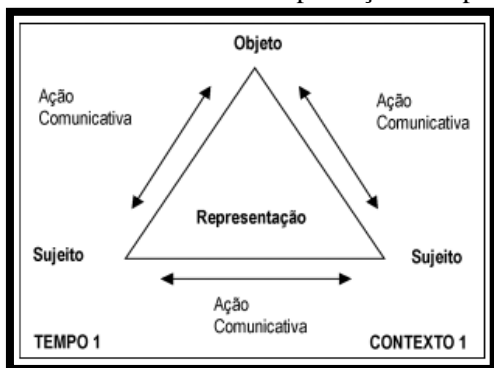
Ao falar de espaço enquanto físico e social, pode-se pressupor que o espaço enquanto instância social pressupõe uma rede de relações. Essas que se estabelecem a nível comunitário, familiar, entre membros de uma instituição do aparelho público e a comunidade, etc. Tais relações pressupõe a formação de vínculos que se estabelecem em um espaço que além de ser físico e social também é construído temporalmente.

A formação desses vínculos pressupõe relações de afeto fazendo com que os indivíduos se relacionem não só à nível intelectorracional, mas sim participem de uma rede de relacionamentos ideofetivos. Jovchelovitch (2004) ao falar de representações toca na condição da relação entre “os vínculos sujeito-sujeito-objeto-projeto-tempo-contexto-ação comunicativa como fenômenos constituintes do processo total do fenômeno representacional” (ver Figura 9). (JOVCHELOVITCH, 2004, p. 23).

Nesse ponto de vista o próprio processo representacional considera o vínculo, onde se diz que a representação não se dá nem de um lado nem de outro mais na relação, no meio, ou seja, através da mediação.

Jovchelovitch (2004) utiliza o termo estatuto da representação e diz que esse é polivalente. Essa polivalência segundo a autora se dá da seguinte forma: a representação se dá em um campo de construção, ontológico, epistemológico, psicológico, social, cultural e histórico. Então a representação é todas essas dimensões que se dão ao mesmo tempo, sendo assim deve ser entendida na relação entre essas dimensões.

Figura 10  
Os elementos constituintes e o modo de produção da representação <sup>1</sup>



Fonte: (JOVCHELOVITCH, 2004, p. 23).

De acordo com a entrevistada (1) os vínculos são bem formados, portanto é importante denotar que quando a profissional fala dos vínculos, diz que esses não são fragilizados por si só, mas sim, uma série de questões levam à fragilização dos vínculos como um todo. As questões que podem levar os vínculos a serem fragilizados podem ser,

por exemplo, violência intrafamiliar, alcoolismo, uso de drogas ilícitas, criminalidade etc. A profissional ressalta o trabalho que a instituição oferece para propiciar o fortalecimento de vínculos no território do CRAS.

O CRAS Tereza Cristina sendo uma instituição de proteção social básica segue os parâmetro segundo o SUAS para esse tipo de instituição. De acordo com Brasil (2008a) a proteção social básica engloba uma série de ações preventivas, como por exemplo, serviços de convivência, socialização, inserção e colhida, tais serviços destinam-se às famílias e indivíduos que se encontram em situação de vulnerabilidade social. As ações preventivas favorecem o desenvolvimento de potencialidades, bem como aquisição e fortalecimento de vínculos.

Vínculos são bem formados; Mas vejo que os vínculos são bons; Se vê isso nas famílias e na comunidade; Nos esforçamos para fazer um bom trabalho. (Entrevistada (1)).

A entrevistada (2) assume uma posição mais negativista ao que se refere aos vínculos, ou seja, do ponto de vista da profissional muitas pessoas assumem uma posição individualista. Para a profissional os vínculos familiares também são frágeis, e como trabalha mais com o público infantil, pontua que as crianças não recebem os cuidados necessários que deveriam receber dos pais. Porém, também reconhece que a fragilidade de vínculo não é predominante, ou seja, tem famílias que buscam possibilidades diferenciadas em meio as dificuldades e vulnerabilidades do território.

Um por um, cada um por si; Falta muita consideração, muita compaixão; Famílias que deixam as crianças jogadas; Simplesmente não estão nem aí; Tem muitas famílias que dão um banho. (Entrevistada (2)).

Essa é a nossa busca contínua; É uma coisa que a gente pensa e está em foco; Então eu vejo o vínculo, ainda um trabalho que a gente tem que exercer muito em cima; O vínculo formado aqui a gente acha que é bastante forte, são sempre bem tratados; São sempre bem recepcionados; Eles formam um vínculo bem forte com a gente;

Digamos que não seja o pior; Geralmente tem um relacionamento bem bom; Tem um bom relacionamento; E até eles tem um bom relacionamento. (Entrevistada (2)).

A entrevistada 7 relata uma fragilidade de vínculos na relação entre pais e filhos, porém diz que os avós cumprem muitas vezes o papel de pais. É observado também, a partir da representação da profissional (7), o modelo de relação familiar que ancora os seus conhecimentos do que é uma família bem estruturada. Ou seja, o modelo de família nuclear. A partir do relato da entrevistada (7) vê-se que esta relata comportamentos maternos pelo qual desqualifica, ou seja, a coisificação da natureza humana. Para a entrevistada (7) o modelo familiar de relação entre pais e filhos diz respeito ao cuidado e o zelo.

Pode-se então se fazer uma reflexão sobre a importância da formação da subjetividade dos indivíduos que compõem um determinado espaço, e a função e o tipo de relações que os indivíduos irão exercer futuramente no seu ambiente de vida.

Werres (2005) ao escrever sobre o complexo materno de Frida Kahlo, pintora mexicana, faz algumas pontuações sobre como era a relação familiar como um todo. A mãe de Frida é descrita como pouco afetiva, sendo que passava o dia cuidando da casa. Quando ganhou uma nova irmã Frida ficou sendo cuidada por uma ama de leite (KETTENMANN, 2001 apud WERRES, 2005). A relação que Frida teve com a ama de leite foi bastante relevante para ela, ao que se refere aos cuidados para com o corpo infantil. Porém não supriu o afeto, a troca de olhares que se estabelece na cumplicidade a qual intimidade constitui, necessidade essa que o bebê tem. (WERRES, 2005, p. 44). Werres (2005) também considera a importância do pai dizendo: “o pai é outra figura a desempenhar este papel na vida da criança. Ele é o primeiro estranho que a criança encontra ao sair do ventre materno. Ele é o terceiro elemento a participar dessa história”.

O menino incomoda a mãe, veio aqui para mandar o menino com a avó;

Há, o problema eu não consigo resolver, como se fosse um objeto sabe;

Eu acho que com alguns é fraco, não tem aquele amor de filho, de pai e filho; Eu acho bonito quando a mãe vem e traz o filho, o pai tem aquele

cuidado, mas infelizmente não é com todos; Tem muitos que eu acho até bonitinho, os pais vêm trazer o filho e diz, aí cuida do meu filho tá; Daí quando eu vejo a mãe vir trazer eu acho, eu fico assim.... por que é maravilho. Então quando acontece eu acho bonito. Mas eu acho que é muito fraco ainda.(Entrevistada (7)).

Eu falo de família; Eu penso essa questão da família; Ou então é a mãe e o filho e não tem pai, ou então é pai e filho e não tem a mãe, não tem aquela estrutura familiar assim; Se vê filho com o pai; Mãe que está com outra mulher; Tinha uma, ela chamava de papito para a outra mulher, é legal, mas não é o pai da criança entendeu. (Entrevistda (7)).

A entrevistada (2) valoriza os trabalhos que são realizados por meio da instituição, e segundo ela o vínculo da comunidade para com a instituição é bem estabelecido, porém reconhece que os trabalhos de fortalecimento de vínculos são muito importantes para que se possa alcançar bons resultados.

Em uma era conhecida por muitos teóricos das ciências humanas e sociais como sendo pautada pela liquidez, falar de vínculos sociais é um desafio grande. Os fenômenos pós-modernos se guiam pela imagem que vende melhor, mas todos querem indiscriminadamente vender a imagem do seu produto, seja do ponto de vista da indústria e seu stand de mercadorias, ou do ponto de vista dos humanos que querem se destacar e mostrar que são bons em algo, para tentar sobreviver na selva de pedras. Segundo Maia (2005, p. 62)

Na contemporaneidade, o coletivo não interfere no destino individual, é “cada um por si e todos contra todos”. Não é gratuito que a solidariedade, enquanto valor, encabece as diversas propostas éticas, em diversos campos discursivos. Esta sumiu das prateleiras do consumo e, no extremo desse processo, temos um Estado que não se desincumbiu de seus compromissos com seus cidadãos. (MAIA, 2005, p. 62).

Na verdade vê-se que os profissionais observam a fragilidade de vínculos como estando presente no território, e principalmente na proximidade da instituição CRAS. Mesmo sabendo das fragilidades e vulnerabilidades socioambientais, as profissionais acreditam que os seus trabalhos contribuem para com o ambiente de vida na medida do possível.

É importante estar atento à visão de que os sujeitos que ocupam um determinado espaço tem uma responsabilidade como utilizadores dele, e ao mesmo tempo que constituem esse espaço, são constituídos por ele. A partir dessa visão é possível fazer a observação de que conhecendo um determinado espaço, pode-se ter uma idéia de sua cultura predominante. Obviamente é impossível conhecer totalmente os sujeitos que habitam o espaço sem estar em contato com eles, porém é possível se ter uma noção da cultura local através da observação do ambiente. Ou seja, a observação de que o espaço contém ou não praças, áreas de lazer e de esporte que propiciem a convivência e a formação de vínculos já é um bom indicador para conhecer a cultura local. Bem como a observação da limpeza do ambiente, se possui ou não resíduos sólidos ou líquidos depositados nas ruas, também podem ser indicadores da cultura local.

Para Soja (1993) o espaço que se configura como socialmente produzido se mostra como uma estrutura criada, assemelhando-se a outras construções sociais, às quais resultam de condições que são tratadas como inerentes ao que o autor denomina “estar vivo”. Esse modelo também se reproduz na forma como a história humana representa uma transformação social no tempo.

De acordo com a entrevistada (3) as vulnerabilidades presentes no território do CRAS, especificamente nas proximidades, contribuem para a fragilização dos vínculos. Quando tocam no assunto vulnerabilidade, geralmente estão direcionando as suas atenções especificamente para a violência, o tráfico e o uso de drogas, dentre outras questões. Ao falar dos indivíduos que o Centro de Referência de Assistência Social atende pode-se dizer que “as vulnerabilidades são, em grande parte, decorrentes do lugar social que ocupam”. (Brasil, 2009c, p. 21). De acordo com os escritos do Conselho Nacional de Assistência Social o CRAS é uma instituição que recebe cotidianamente grande número de pessoas em condições sociais deficitárias:

[...] os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) recebem, em profusão, cotidianamente, legiões de pessoas pobres, sem

rendimento regular, sem profissão que os credencie a disputar vagas na classe social que integram, além de enfrentarem as piores e mais frequentes circunstâncias de riscos sociais. Estes nascidos das relações humanas, em geral, que afetam com maior severidade os segmentos sociais, vitimados pela pobreza em suas variadas expressões. (BRASIL, 2009c, p. 22).

Os vínculos são fragilizados a partir de fenômenos sociais que engendram vulnerabilidades diversas, que vão desde a violência intrafamiliar, violência comunitária, uso e tráfico de drogas até aos déficits de renda e a fome, causando riscos sociais enfáticos.

Muita fragilidade de vínculo; As pessoas estão dentro de uma área com muita vulnerabilidade; Uma família que vive uma vulnerabilidade muito grande; Essas vulnerabilidades vão provocando uma fragilidade dentro daquela família; Vai provocando fragilidade no vínculo dos membros da família. (Entrevistada (3)).

Como observado anteriormente nesse trabalho, o ambiente urbano pressupõe a relação entre ambiente construído e ambiente natural, ainda assim acrescentando as relações sociais que formam e são formadas pelo ambiente. Dessa forma é importante atentar-se para o ambiente físico e as disposições dos aparelhos urbanos, os quais influenciam o comportamento, cultura e relações sociais. No entanto, no ambiente urbano vulnerabilidade ambiental pode pressupor vulnerabilidade social. Ainda assim quando se fala no conceito de espaço considerando a tríade materialidade, sociedade e temporalidade, se pode ter noção da implicação que se é falar de vulnerabilidade no ambiente urbano.

De acordo com Deschamps (2008) a vulnerabilidade implica em risco, bem como fragilidade ou dano:

Três situações são necessárias para que se produza um dano: um evento potencialmente adverso, ou seja, um risco, que pode ser exógeno ou endógeno; incapacidade de responder positivamente diante de tal contingência; e impossibilidade para adaptar-se ao novo cenário



gerado pela materialização do risco.  
(DESCHAMPS, 2008, p. 194).

Deschamps (2008) ainda faz uma complementação sobre o assunto vulnerabilidade, a qual corrobora com esse trabalho. Pois de acordo com o autor há uma relação direta entre vulnerabilidade social e grupo socialmente vulneráveis, no sentido de que existem indivíduos que por determinadas características tem menos disposição a dar uma resposta de maneira positiva às adversidades que possam advir de um evento. Dessa forma em um estudo de vulnerabilidades a noção de risco se torna categoria fundamental.

A entrevistada (3) relaciona o fato de entre os moradores da comunidade local um saber o que se passa na particularidade do outro, além de conversarem e falar da vida particular de outras pessoas, por isso existe uma possibilidade de uma manutenção de uma tipologia de vínculo. Tipologia essa que demonstra um certo interesse pela vida que se mostra de forma comunitária.

Um sabe o que está acontecendo na vida do outro;  
Um fala da vida do outro; Elas conversam muito;  
Acontece uma coisa e todo mundo fica sabendo;  
As pessoas se conhecem; As pessoas conhecem  
uns aos outros. (Entrevistada (3)).

O CRAS sendo uma instituição que atende um território composto de vários bairros - no caso do território do CRAS Tereza Cristina são 10 bairros - intervêm de forma grupal. Dessa forma trabalha com uma variedade de grupos que abordam diferenciados temas para fortalecer os vínculos no território, além de possibilitar a autonomia e a cidadania dos indivíduos. Essa afirmação está de acordo com as falas da entrevistada (4).

Trabalhar em grupos: Gestantes; Grupo de famílias; De idosos; Serviço de convivência de seis a quinze; De quinze a dezoito; Grupo também de cuidadores; Grupos de pais; Crianças de zero a seis. (Entrevistada (4)).

O trabalho com grupos é muito importante pelo fato de favorecer a troca de experiências entre as pessoas, tanto para partilhar dos sofrimentos quanto para buscar estratégias adaptativas para ir em busca da autonomia e da cidadania. CFP (2007 apud CFP, 2011, p. 16) tem o

seguinte norteamento sobre o trabalho com grupos a partir da diretrizes da Política Nacional de Assistência Social:

O trabalho com grupos tem um papel importantíssimo nessa política, pois possibilita o reconhecimento da igualdade de situações sofridas, a percepção de formas diferentes de reagir e resolver problemas, possibilidades de refletir sobre si mesmo, família, sonhos, desejos e objetiva atuar nas situações de vulnerabilidade por meio do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições pessoais e coletivas. (CFP, 2007 apud CFP, 2011, p. 16).

Fortalecimento desses vínculos; Não tem como a gente fazer isso individualmente; Não é objetivo do CRAS trabalhar individualmente; De acordo com a nossa realidade. (Entrevistada (4)).

O trabalho em grupo além de fortalecer os vínculos, favorece a criação de novos vínculos contribuindo para as relações sociais e saúde mental da população. O espaço enquanto instância social com o fortalecimento e formação de novos vínculos é favorecido, pois uma comunidade que se une, cria uma identidade pautada por considerações positivas em relação ao enfrentamento das adversidades. Contudo possibilita-se a construção de um ambiente de vida mais adequado. Uma comunidade que pensa sobre as condições de vivência tem mais subsídios para buscar reivindicações.

Em seu livro intitulado *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*, Zigmunt Bauman sugere um ideal de comunidade onde as pessoas não riem uma das outras, se ajudam umas às outras quando caem, tal lugar sempre tem alguém para estender a mão. A comunidade que Bauman relata é um lugar confortável e aconchegante, com um bom teto que protege os habitantes de uma chuva forte e uma lareira que protege do frio gelado. Tal comunidade é como um paraíso perdido pelo qual as pessoas esperam ansiosamente retornar. (BAUMAN, 2003).

A comunidade ideal no contexto do CRAS, onde foi realizada essa pesquisa poderia ser aquela onde os vínculos são bem estáveis e não há negligência para com idosos ou contra mulher, e nem para com crianças. Tal comunidade seria também aquela que não haveria tráfico

nem uso de drogas, umas comunidade sem vulnerabilidades em todos os sentidos.

São quebrados por vários motivos: Negligência contra idoso; Violência contra mulher; Contra criança; Uso de drogas. (Entrevistada (4)).

O que tu imaginar tem aqui no bairro; Tem muita fragilidade de vínculo no nosso território. (Entrevistada (4)).

Bauman (2003) em contraponto ao paraíso perdido, à comunidade dos sonhos, faz uma reflexão sobre o que seria a comunidade realmente existente, a qual exigiria uma obediência rigorosa em troca dos serviços prestados. Porém essa configuração de comunidade teria um preço a ser pago: “não ter comunidade significa não ter proteção; alcançar a comunidade, se isto ocorrer, poderá em breve significar perder a liberdade”. (BAUMAN, 2003, p. 10). Bauman escreve o seguinte:

Você quer segurança? Abra mão de sua liberdade, ou pelo menos de boa parte dela. Você quer poder confiar? Não confie em ninguém de fora da comunidade. Você quer entendimento mútuo? Não fale com estranhos, nem fale línguas estrangeiras. Você quer essa sensação aconchegante de lar? Ponha alarmes em sua porta e câmeras de tevê no acesso. Você quer proteção? Não escolha estranhos e abstenha-se de agir de modo esquisito ou de ter pensamentos bizarros. Você quer aconchego? Não chegue perto da janela, e jamais a abra. O nó da questão é que se você seguir esse conselho e mantiver as janelas fechadas, o ambiente logo ficará abafado e, no limite, opressivo. (BAUMAN, 2003, p. 10).

De acordo com a entrevistada (5) o modo como as pessoas que participam dos grupos de convivência do CRAS se comportam, difere, por exemplo, dos grupos de convivência com idosos – denominado projeto vida – e da educação que teve em sua família. Esse ancoramento que a profissional do CRAS faz, ressalta a diferença cultural que se mostra tanto entre fatores geracional quanto em vivências em grupos sociais, comunidades, etc. diferentes.

Entre eles tem muito vínculo; Eles tem muito vínculo entre si; Liberdade para conversar; Para falar; Na mesma hora que eles estão bem, eles já estão de briga; Se toca em alguma coisa que o outro fique ofendido já na mesma hora Eles se brigam; São pável curto; Não há um respeito; Educação com o próximo; Se tu ser querido comigo, também vou ser querido contigo; Se você me faltar com o respeito também vou faltar com o respeito; Se é mãe ou pai; Se é criança; Não importa se é filho. (Entrevistada (5)).

Eu tiro pelo projeto vida; Idosos; Os antigos ainda tem principios; É como a educação que eu ganhei dos meus pais; Uma pessoa me responde eu fico quieta na minha. (Entrevistada (5)).

As diferenças, culturais se mostram até mesmo nas relações familiares onde os vínculos de mãe, pai e filhos são diferenciados dos que correspondem ao modelo de família nuclear. Como já ressaltado anteriormente, sabe-se também que nos tempos contemporâneos existe

uma liquidez ao que se refere às relações, por conta dos modelos sociohistóricos que vem se estabelecendo desde a segunda metade do século XX.

As formas de afetação são pontos chaves a serem observados, pois desde o início do século XX se vem estudando através das escolas psicodinâmicas que a relação mãe/bebê é crucial para a saúde mental. As relações, o campo de afetação do mundo para com o sujeito ou do sujeito para com o mundo começam antes mesmo do período gestacional. O próprio plano de ter um filho já faz com que o casal idealize os processos de socialização primária, bem como a socialização secundária através de instituições, cria-se uma forma de pré identidade de um sujeito que ainda não está no mundo. Imagina-se como esse vai afetar o ambiente de vida, e como será afetado por ele.

Em um ambiente de vida onde, segundo relatos dos profissionais do CRAS Tereza Cristina, existe muitas mães que criam seus filhos sozinhas por que os pais estão na condição de internos do sistema prisional, ou os pais estão cuidando dos filhos enquanto as mães estão como internas dos sistema prisional ou estão com outro conjugue. Ou ainda, muitas vezes vários membros da família tem passagem no sistema

prisional, dessa forma os modos de afetação são um tanto quanto confusos em termos de subjetivação.

No entanto quando se fala em vínculos, em condições sociohistóricas inóspitas, pode-se se pressupor condições não saudáveis ao que se refere à subjetivação, à socialização, à produção de sentidos. No cotidiano procura-se causas imediatistas para os problemas individuais, sociais e ambientais, porém é esquecido o fator sociohistórico.

Maia (2005) descreve um caso de uma criança que fora afastada da mãe após alguns dias de seu nascimento. Nesse relato é possível observar a importância do vínculo para o sujeito ainda infante, o qual irá se constituir um sujeito adulto no futuro, tendo o vínculo a mesma importância:

Françoise Dolto relata o caso de Agnès: uma menininha que teve sua mãe hospitalizada após cinco dias de nascida e de amamentação normal. Após afastamento da mãe, o bebê não aceitou qualquer tipo de alimentação, o que fez com que o pediatra aconselhasse o pai a procurar ajuda de um psicanalista. Pelo telefone, já que residiam em cidades diferentes, Dolto orientou-o a trazer do hospital uma roupa de sua mulher, mas de tal forma que essa conservasse o seu odor. Depois deveria enrolar a roupa em Agnès e só então lhe oferecer a mamadeira. O resultado dessa conduta foi a ingestão imediata do leite pelo bebê. (DOLTO, 1992 apud MAIA, 2005, p. 119).

Como ressalta a entrevistada (6), as pessoas tem um bom vínculo com a instituição CRAS, mais diretamente com os profissionais que representam a instituição.

Esse fenômeno se mostra como um tipo de “maternagem institucional”, criando um tipo de dependência da comunidade assistida, dificultando o processo de cidadania e autonomia dos sujeitos.

Eles tem bastante vínculo com o CRAS; Tem uma certa dependência; Eles ficam dependendo daquele benefício e não acabam se emancipando; Eu acho que a gente forma um vínculo muito grande com as pessoas que passam aqui pelo CRAS, e até chega um ponto que vira uma certa

depedência; Eles não dão um passo sem vir consultar; Ela fica ali estagnada com o Bolsa Família dela, ou com o Renda Mínima que em um ano e dois meses vai terminar e a pessoa não arrumou um trabalho, não tem um outro meio de subexistência. (Entrevistada (6)).

No olhar de Egler (1996) o risco social é consequência de deficiências sociais que impedem que o desenvolvimento humano se constitua integralmente, esse fenômeno faz com que as condições de vida do ser humano entrem em um processo de degradação.

Drogas, álcool e violência impedem o desenvolvimento de forma integral, fazendo dos indivíduos vítimas de suas próprias condições sociais. Vivem em uma sociedade onde se engendram formas de existir que fogem, algumas vezes, a possibilidade de escolha de novas formas de existir no mundo.

Os vínculos entre as famílias estão em ponto de serem fragilizados dentro da própria família; Acabam se fragilizando um pouco; Várias questões: Droga; Violência; Álcool. (Entrevistada (6)).

Muitos indivíduos são confundidos com a imagem coletiva, essa que por sua vez se estabelece em um estereótipo negativo. Muitas pessoas são confundidas com as situações do território. Ser confundido com um estereótipo impede de uma pessoa se colocar como indivíduo, porém há fatores identitários ao que se refere aos bairros. Muitos indivíduos se identificam, se apropriam do bairro de tal forma que o defendem quando esse é tratado de forma negativa. Segundo Mourão & Cavalcante (2006) a apropriação é um processo onde o indivíduo se sente identificado ou pertencente a um entorno, entende-se que na apropriação há uma interação de forma dialética com o entorno, resultando em uma transformação recíproca. Em termos de identidade pode-se dizer que esta é um processo que se caracteriza por sua complexidade e se dá em vários níveis, sendo insuficiente expressá-la através de um só aspecto. Portanto a identidade é receptáculo de um variado sistema identificatório que se apresenta em um sistema caracterizado como dinâmico e mútavel. (MOURÃO; CAVALCANTE, 2006).

Arendt (2007) afirma que a alteridade pode estar presente em objetos inorgânicos através da mera multiplicação. A vida orgânica

também tem suas variações, até mesmo entre indivíduos que são da mesma espécie, “só o homem, porém, é capaz de exprimir essa diferença e distinguir-se; só ele é capaz de comunicar a si próprio e não apenas comunicar alguma coisa – como sede, fome, afeto, hostilidade ou medo”. (ARENDDT, 2007, p. 189).

Com o território o vínculo deles é muito grande; Esquecem que aqui no território está os vínculos deles; Eles gostam do território; Eu percebo que eles tem um vínculo muito grande com o território; Mas eu percebo que tem mais questões positivas do que negativas ao território, às questões dos vínculos; Eu posso chamar de baixada, mas eu não aceito que a Mina Quatro chame o Paraíso de Baixada; O pessoal da Mina Quatro não pode chamar de Baixada, e nem aqui de pedrega; Eu percebo que eles defendem bastante o Território que eles vivem, quando se trata de intimidar gostam de dizer que são do Pedregal, gostam de dizer que são da Baixada, mas quando vão fazer uma ficha lá no centro falam que moram no pinheirinho, quando é para arrumar um serviço. (Entrevistada (6)).

A entrevistada (6) identifica o sentimento de pertença e a apropriação do espaço pelos indivíduos como sendo vínculo dos indivíduos para com o território. Porém também é possível identificar através da fala dos indivíduos, processos de territorialização e desterritorialização através dos nomes dos bairros. Assim, por exemplo, o bairro Tereza Cristina antes era chamado de Pedregal, bem como o bairro antes chamado de Mina Quatro, - que se localiza também em Criciúma/SC, e não faz parte do território do CRAS – hoje é chamado de Renascer. O bairro Paraíso anteriormente era chamado de Baixadinha, esse que também faz parte do Território do CRAS.

Sobre o sentimento de pertença pode-se dizer que

[...] “o sentido de pertença a determinadas categorias sociais inclui também o sentido de pertença a determinados entornos urbanos significativos para o grupo” [...]. E, ainda, que “os conteúdos dessas categorizações são determinados pela interação simbólica que se dá entre as pessoas que compartilhem um determinado espaço e

que se identificam com ele através de um conjunto de significados socialmente elaborados e compartilhados” [...]. (VALERA; POL, 1994 apud MOURÃO; CAVALCANTE, 2006, p. 146).

Tabela 4:

Exemplo de bairros citados pelos profissionais do CRAS Tereza Cristina que passaram pelo processo de desterritorialização/territorialização.

<b>Processos de desterritorialização/territorialização</b>	
<b>Antes</b>	<b>Atualmente</b>
Pedregal	Tereza Cristina
Baixadinha	Paraíso
Mina Quatro	Renascer

As mudanças de nomes dos bairros pressupõe um ensejo de mudança, de troca de identidade e quebra das correntes de estereótipos negativos. No entanto os nomes foram associados à sentidos que possam trazer uma outra concepção de identidade de lugar. Tereza Cristina associa-se a estrada de ferro Tereza Cristina, Paraíso é associado a um sentido simbólico referente ao lugar dos sonhos, e Renascer também está associado a uma perspectiva de mudança de condição social.

Viniciu Giuliane em um livro intitulado *“Bairro Paraíso, Criciúma: da importância de ouvir o outro – histórias de vida da comunidade”*, relata o seu ponto de vista sobre alguns aspectos da história do bairro Paraíso:

Naquela época também tinha bastante mulheres que faziam programas, que na época se instalaram aqui, porque o bairro aqui é um dos mais velhos de Criciúma. Então surgiu o nome de Baixadinha, porque aqui era uma baixada e na época de “mulher de vida fácil”. E o bairro começou a ser mais conhecido por isso. Depois, em 1960 é que veio um cara candidato a vereador, que botou esse nome de Paraíso, e na época foi aprovado. Eu na época era guri e eu não aceitava isso. Porque não continuar Baixadinha, por que não ser Baixadinha, se realmente era uma baixada? (VALDEZ; BENEVIDES, 2009, p. 61).

A partir do relato acima pode-se perceber um movimento de territorialização/desterritorialização/territorialização. O bairro



Baixadinha foi denominado assim através das características que apresentava, e então ganhou uma identidade. Logo foi mudado o nome, verificando-se um processo de desterritorialização, gerando um novo nome, Paraíso, reterritorializado novamente.

Guadagnin (2001) afirma que as transformações ocorridas nas relações sociais tem o poder de exigir refuncionalizações, bem como reestruturações. Para o autor, o que determina a mudança ocorrida por meio da reestruturação e refuncionalização do espaço é a intensidade da ruptura nas relações sociais.

Vê-se que atualmente na visão dos profissionais do CRAS o bairro Paraíso não é mais identificado como lugar de “mulheres de vida fácil”, mas sim de intenso tráfico e uso de drogas, e de criminalidade. Existe um poder que se sobrepõe ao poder do estado, ou seja, o poder daqueles que cometem às práticas ilícitas. Os traficantes exercem poder sobre o território.

Ao fazer um ponto de reflexão segundo a bússola sociológica (BRYM et al, 2008), ao que se refere ao eixo vertical (igualdade versus desigualdades), é importante trabalhar com a comunidade o empoderamento a partir de uma perspectiva dos vínculos familiares, e comunitários. O trabalho com vínculos faz do indivíduo alguém que tem um espaço social fortalecido, com pessoas que possam lhe ajudar nos momentos de fragilidade, sem suprimir a autonomia. O vínculo comunitário pode vir a ajudar a comunidade a formar representações políticas através de associações de moradores. O CRAS já faz um belo trabalho em relação ao fortalecimento de vínculos, é importante que se agregue outras instituições que possam vir planejar novas formas de intervenção. Observa-se a desigualdade de oportunidades não diretamente a partir da fragilidade de vínculo, mas sim a partir dos fatores que levam à fragilidade de vínculo.

Ao que se refere ao eixo horizontal (liberdade individual versus coerção individual), pode-se notar que as relações primárias da comunidade próxima ao CRAS Tereza Cristina, segundo as representações dos profissionais, estão fragilizadas. Em meio a muitas famílias com fragilidade de vínculo existe as famílias que contrastam esse fenômeno, porém a destruturação familiar é um empecilho para o fortalecimento do indivíduo enquanto cidadão político. É importante estimular a população com programas de cidadania, educação ambiental, projeto de vida, relações familiares, etc., porém é importante que se estimule a pensar seus projetos de vida, além de buscar alternativas de políticas públicas para localidade.

O CRAS Tereza Cristina faz um belo trabalho, porém é importante que se amplie as ações através de uma gestão compartilhada entre secretarias do município de Criciúma em conjunto com ações com lideranças comunitárias e outras instituições que cumprem papéis sociais importantes. Observa-se fatores coercitivos, pois a fragilidade de vínculo muitas vezes leva as famílias a viverem com rendas ínfimas, devido ao número de pessoas que dependem dos adultos, buscando recursos através do tráfico de drogas para a subexistência, considerando a dificuldade de acesso ao mercado de trabalho.

De acordo com Alves (2006, p. 19) “as representações sociais construídas ao longo do tempo e transmitidas de geração em geração têm também a função de prescrever tradições”. É importante pontuar esse fator, também pela importância que a figura dos profissionais do CRAS têm para com a transmissão de suas visões de mundo sobre a daqueles que cometem às práticas ilícitas. Os traficantes exercem poder sobre o território.

Ao fazer um ponto de reflexão segundo a bússola sociológica (BRYM et al, 2008), ao que se refere ao eixo vertical (igualdade versus desigualdades), é importante trabalhar com a comunidade o empoderamento a partir de uma perspectiva dos vínculos familiares, e comunitários. O trabalho com vínculos faz do indivíduo alguém que tem um espaço social fortalecido, com pessoas que possam lhe ajudar nos momentos de fragilidade, sem suprimir a autonomia. O vínculo comunitário pode vir a ajudar a comunidade a formar representações políticas através de associações de moradores. O CRAS já faz um belo trabalho em relação ao fortalecimento de vínculos, é importante que se agregue outras instituições que possam vir planejar novas formas de intervenção. Observa-se a desigualdade de oportunidades não diretamente a partir da fragilidade de vínculo, mas sim a partir dos fatores que levam à fragilidade de vínculo.

Ao que se refere ao eixo horizontal (liberdade individual versus coerção individual), pode-se notar que as relações primárias da comunidade próxima ao CRAS Tereza Cristina, segundo as representações dos profissionais, estão fragilizadas. Em meio a muitas famílias com fragilidade de vínculo existe as famílias que contrastam esse fenômeno, porém a desestruturação familiar é um empecilho para o fortalecimento do indivíduo enquanto cidadão político. É importante estimular a população com programas de cidadania, educação ambiental, projeto de vida, relações familiares, etc., porém é importante que se estimule a pensar seus projetos de vida, além de buscar alternativas de políticas públicas para localidade.

O CRAS Tereza Cristina faz um belo trabalho, porém é importante que se amplie as ações através de uma gestão compartilhada entre secretarias do município de Criciúma em conjunto com ações com lideranças comunitárias e outras instituições que cumprem papéis sociais importantes. Observa-se fatores coercitivos, pois a fragilidade de vínculo muitas vezes leva as famílias a viverem com rendas ínfimas, devido ao número de pessoas que dependem dos adultos, buscando recursos através do tráfico de drogas para a subexistência, considerando a dificuldade de acesso ao mercado de trabalho.

De acordo com Alves (2006, p. 19) “as representações sociais construídas ao longo do tempo e transmitidas de geração em geração têm também a função de prescrever tradições”. É importante pontuar esse fator, também pela importância que a figura dos profissionais do CRAS têm para com a transmissão de suas visões de mundo sobre a comunidade onde atuam, tanto para as pessoas que não fazem parte da comunidade, quanto para os moradores da comunidade.

Os profissionais veem a comunidade como tendo muita fragilidade de vínculo, porém existem outros fatores que contribuem para isso, e esses são violência, tráfico e usos de drogas, desemprego, renda precária, habitação deficitária, desestruturação familiar. A representação social do território através dos profissionais se dá como sendo um ambiente de vida com uma alta vulnerabilidade social em termos de vínculos. Os profissionais, não habitando a comunidade, conseguem fazer um parâmetro como quem vê uma comunidade que não é o ambiente de vida propriamente deles, porém nutrem um apeço pelo território considerando a sensibilização para com as pessoas que vivem na comunidade, e suas dificuldades.

Alves (2006) considera que as pessoas tem como influência a cultura onde nascem e crescem. “os hábitos familiares, a crença religiosa, os costumes e o contexto de vida levam os seres humanos a herdarem uma tradição que mostra o que já foi pensado e aponta para o que deve ser transmitido”. (ALVES, 2006, p. 19). Ainda no olhar de Jovchelovitch (2008) a representação se constrói de maneira ativa através de atores sociais. Nesse ponto de vista pode-se fazer uma reflexão a partir das atividades das profissionais do CRAS e suas relações diretas com a população e o território como um todo. As representações sociais expressam a complexidade de interações entre o mundo interno e o mundo externo, assim como sujeitos individuais e a coletividade de onde os indivíduos fazem parte. (JOVCHELOVITCH, 2008).

É importante denotar as representações ao que diz respeito aos vínculos através das profissionais do CRAS, pois estão em meio a cultura local, e compartilham da vivência da população. Tal visão traz uma contribuição para melhor entender os processos sociais e a relação com o ambiente de vida.

### 9.3.2 O Território como Lugar de Práticas Ilícitas

Segundo as profissionais do CRAS, a violência e o tráfico de drogas, contribuem significativamente para a ocorrência de vulnerabilidades sociais no território de atuação da instituição. Como comentado no decorrer da análise de dados, o entorno da instituição concentra o maior número de vulnerabilidades socioambientais de acordo com a representação das profissionais.

Em termos de territorialidade pode-se dizer que há nas proximidades do CRAS, principalmente na áreas ZEIS, o que pode-se chamar de sobreposição de territórios. Ou seja, é verdade que o Estado de direito tem poder sobre o território, é um espaço demarcado e regulado pelo Estado, fazendo parte do município de Criciúma. Porém há um outro grupo social que exerce poder sobre o espaço, e esse é o poder do narcotráfico. Haesbaert (2006, p. 54) afirma que “o território, de qualquer forma, define-se antes de tudo com referência às relações sociais (ou culturais, em sentido amplo) em que está mergulhado, relações estas que são sempre, também, relações de poder.”

O poder que o narcotráfico exerce sobre o espaço é regulamentado por suas próprias leis, pois tem seu próprio código de ética. Há uma logística própria, um sistema de códigos e sinais que definem uma linguagem própria, um sistema de varejo e atacado que define as formas de venda e revenda de narcóticos. Dessa forma os traficantes transitam e regulam uma economia que não é a regulamentada pelo Estado, mas que interfere diretamente na sociedade como um todo.

#### Imagem 13

Retrato da comunidade que convive com a realidade do trilho que faz divisa entre o bairro Tereza Cristina e Paraíso.



Fonte: (NUNES, 2013).

Em termos de territorialidade pode-se dizer que há nas proximidades do CRAS, principalmente na áreas ZEIS, o que pode-se chamar de sobreposição de territórios. Ou seja, é verdade que o Estado de direito tem poder sobre o território, é um espaço demarcado e regulado pelo Estado, fazendo parte do município de Criciúma. Porém há um outro grupo social que exerce poder sobre o espaço, e esse é o poder do narcotráfico. Haesbaert (2006, p. 54) afirma que “o território, de qualquer forma, define-se antes de tudo com referência às relações sociais (ou culturais, em sentido amplo) em que está mergulhado, relações estas que são sempre, também, relações de poder.”

O poder que o narcotráfico exerce sobre o espaço é regulamentado por suas próprias leis, pois tem seu próprio código de ética. Há uma logística própria, um sistema de códigos e sinais que definem uma linguagem própria, um sistema de varejo e atacado que define as formas de venda e revenda de narcóticos. Dessa forma os traficantes transitam e regulam uma economia que não é a regulamentada pelo Estado, mas que interfere diretamente na sociedade como um todo.

Na concepção de Haesbaert (2006) o ordenamento, bem como a gestão do espaço são questões centrais quando se toca no assunto território. Porém tal concepção se restringe ao que se refere à relação com o Estado, incluem-se o papel de gestores empresariais, comércios e serviços de finanças. Nesse sentido trabalha-se a noção de território a partir de diversificadas dimensões sociais.

É importante, no caso de comunidades que o tráfico de drogas predominam, como no caso do entorno do território do CRAS, que se pense a questão do poder que os traficantes tem sobre o território, além do estado e outras instituições.

É difícil saber em termos, quem realmente exerce o poder, se é definitivamente o estado ou os traficantes. A sobreposição de poder territorial interfere muito na rotina da população, seja pela coação e pelo medo, seja pela forma da busca de renda, seja pelo dano à saúde e a integridade. O ambiente de vida, o qual se define por dimensões sociorelacionais e físicas, de acordo com a representação dos profissionais, é agredido. A agressão ao ambiente de vida atinge diretamente os moradores do entorno do CRAS, pois esses são coagidos pelo medo tanto da polícia, quanto dos traficantes. Em um relato de uma profissional, essa diz que fora feita uma incursão no trilho na qual o policial atingiu com um tiro um cachorro de um garoto, esse que por sua vez ficou “espantado”. Segundo Adorno (2002, p. 88):

Em especial, a emergência do narcotráfico, promovendo a desorganização das formas tradicionais de socialidade entre as classes populares urbanas, estimulando o medo das classes médias e altas e enfraquecendo a capacidade do poder público em aplicar lei e ordem, tem grande parte de sua responsabilidade na construção do cenário de insegurança coletiva. (ADORNO, 2002, p. 88).

No entanto as classes baixas não podem ser relegadas como agentes de impulsionamento de atos ilícitos, e nem se deve naturalizar situações de violência, uso e tráfico de drogas e desorganização socioespaciais nas classes de baixa renda.

Os policiais como pessoas comuns têm certo receio de entrar no trilho e serem surpreendidos com tiros advindos dos traficantes. Os moradores tem medo da retaliação dos traficantes e da agressividade dos policiais que adentram seu espaço, suas casas, seu ambiente de vida. Os traficantes tem receio da perda do poder sobre o espaço para o estado . No olhar de Rosa; Souza; Oliveira & Coelho (2012) a violência urbana afeta o cotidiano de um número grande de pessoas, porém o debate sobre as possibilidades de soluções tem sido insignificante, e conseqüentemente tem havido pouca mobilização por parte dos organismos sociais legitimados que pertencem ao governo e por parte dos que não pertencem.

Bastante adolescentes que fazem uso de drogas.  
(Entrevistada (1))

Exploração de menores; Bem cedo; Tráfico de drogas com crianças. (Entrevistada (2)).

Por que o grande problema aqui não são mais os adolescente de quinze, dezesseis anos como era a um tempo atrás. Nosso problema no ano passado foi dez, onze, doze. Doze mesmo, era um enchurrada de meninos de doze anos envolvidos com o tráfico; Sinceramente eu não sei assim, não sei porque que está ficando cada vez mais cedo; Eu não sei se é porque eles se apoiam na questão do estatuto, das leis, porque com eles não acontece muita coisa; E daí os adultos sabem disso, então colocam os adolescentes; E esses de doze, treze; Ficam muito na rua; Na rua eles encontram outros amiguinhos que estão envolvidos com isso, muitas vezes eles vão para a escola e acabam sendo expulso por alguma coisa e ficam na rua, aí não estão no CRAS; Ficava meio período aqui, mas estava fazendo os corres; Nosso grande desafio que a gente percebeu era os meninos de dez, doze anos que estavam envolvidos com o crime; E talvez porque assim, hoje os adolescente com dezesseis anos até que estão com uma perspectiva bem boa, tão indo para o mercado de trabalho com essa idade, os mercados tem pego muitos adolescentes com quinze, dezesseis anos (Entrevistada (6)).

As profissionais do CRAS relatam que a idade das pessoas que se envolvem com a criminalidade ligada ao tráfico de drogas vem diminuindo através do tempo. Se anteriormente adolescentes de quinze, dezesseis anos faziam o trabalho de venda de intorpecentes, atualmente a preocupação dos profissionais são os meninos entre dez e doze anos de idade.

O tráfico de drogas, mesmo sendo ilegal, torna-se uma opção entre alternativas de vida, escassas. Esse discurso entra em contradição com o discurso que defende a igualdade de condições entre os cidadãos. Pois o discurso que diz que existe igualdade de oportunidade de estudar, ter uma profissão e sustentar-se e sustentar a família através de trabalhos

dentro da legalidade não vai ao encontro da realidade de quem entra para o tráfico. (FARIA; BARROS, 2011).

#### Imagem 14

Casa abandonada no bairro Paraíso com a inscrição “FAVELA”, aludindo à representação que as pessoas tem do espaço. Logo a baixo está a inscrição “Menor apetitoso com uma maquina”, aludindo o uso de armas por menores de idade, além de uma conotação de liguagem erotizada que alude a arma como instrumento fálico e de poder. Ainda abaixo uma frase difícil de ser identificada com conotação erótica.



Fonte: (NUNES, 2013).

Faria e Barros (2011) retratam a história de um indivíduo que teve desde criança convivência com traficantes, quando aos treze anos iniciou sua “carreira” no tráfico de drogas fazendo pequenos favores para os traficantes, como por exemplo, levar recados e esconder armas. Mesmo com seu pai tendo o tirado do convívio dos traficantes este indivíduo continuou tendo contato com traficantes onde fora morar, e então subiu rapidamente na hierarquia do tráfico chegando ser dono de uma boca. De acordo com Faria e Barros (2011) desde cedo os indivíduos participam de um tipo de sociabilidade que ao mesmo tempo que idolatra o traficante de drogas o teme e também protege. Isso ocorre porque há uma exposição a um contexto que anseia um tipo de sucesso financeiro que o tráfico possa trazer onde se admira os que conseguem



chegar ao tal sucesso, mesmo sendo de forma ilegal. Esse tipo de atividade vem a calhar como um meio de se sobressair em meio ao sistema excludente e nele serem inseridos, ainda assim mesmo que de forma marginal.

As profissionais associam a diminuição da idade das pessoas que estão se envolvendo com o tráfico de drogas com o trabalho que fazem com os adolescentes do Prójuvem, e da ascensão das vagas no mercado de trabalho para adolescentes. De acordo com as profissionais, o período que as crianças e dolescentes passam na instituição CRAS, bem como a participação em projetos elaborados pela instituição ajudam no afastamento da criminalidade.

Violência [...] definitivamente ligada ao tráfico; O medo; Ao mesmo tempo existe a lei do silêncio; Eu sei quem foi, eu sei quem fez, mas se me perguntarem eu não sei, eu não vi; Tu pode ter certeza quem viu o fulano matar o beltrano não vai falar; A policia vai chegar e vai perguntar e ele vai dizer que não sabe de nada; Sabem de todas as coisas que acontecem, ao mesmo tempo não vão falar; Por que ele tem medo que a policia vá embora e o cara vá atacar a casa dele; Ao mesmo tempo se protegem; Uns se mudam; Uma época que teve, o que, umas dez mortes, só aqui ao redor num mês; Andaram fazendo uma limpa aí, depois a coisa deu uma acalmada; Quantidade de adolescentes envolvidos com a questão da droga. (Entrevistada (3)).

Os homicídios, de acordo com as profissionais do CRAS, estão associados com o tráfico de drogas. Essas condições geram vulnerabilidades e ricos sociais. Nesse sentido a população vive uma tensão cotidiana, pois estão em meio a um contexto de medo e coação. O medo na população não é somente por parte da população geral, mas também por parte dos profissionais da segurança pública, dos próprios traficantes, bem como dos profissionais do CRAS que conhecem a realidade do local.

Na análise de Lefebvre (2001) o urbano não é formulado somente como morfologia material, e nem como um aspecto que possa ser separado da morfologia material. Configura-se então, de acordo com Henry Lefebvre, como uma forma mental e social, ou seja, a forma dos encontros. Nesse sentido, a partir da análise de Lefbvre é importante

fazer uma reflexão sobre as relações que se formam no entorno da instituição CRAS Tereza Cristina, para então criar uma noção de como a morfologia material influencia as relações sociais, e como as relações sociais influenciam a morfologia material. Segundo a entrevistada (4) a marginalidade toma conta dos espaços clandestinos, como por exemplo, terrenos baldios e edificações abandonadas, e dessa forma ficam bem a vontade para atuarem nesses espaços. Ainda, de acordo com a entrevistada (4), seria necessário pensar um tipo de reordenação espacial na comunidade. Afirma-se dessa forma a importância da morfologia urbana em termos físicos e sociais, bem como as relações que formam a morfologia e a morfologia que formam os tipos de sociabilidade.

### Imagem 15

Conjunto de imagens que retratam a linguagem que a população utiliza para expressar o modo de vida e a cultura local. Nas imagens *a* ; *c*; e *d* a inscrição “*VIDA LOKA*” representando a construção de sentidos da forma de existir no espaço, mais especificamente na imagem *d* consta também os retratos icônicos de uma folha de maconha e uma arma. Na imagem *b* a inscrição da frase “*O CAIR É DO HOME [...] O LEVANTA É DE DEUS*”, aludindo ao fatalismo dos sujeitos, e a forma de espiritualidade como recurso que traz esperança.



Fonte: (NUNES, 2013).

Assim é gerada uma rede de autoproteção constante, todos desconfiam de todos, gerando o impedimento de uma forma de vida totalmente saudável. Houve situações em que a polícia teve que parar de

ir no CRAS, em decorrência de os traficantes ficarem apreensivos com a presença dos policiais na redondeza. Há relatos por parte dos profissionais que quando a polícia chega no trilho as pessoas surpreendidas logo se inquietam com tal ocorrência. Verifica-se nesse caso uma inversão de papéis dos policiais na comunidade, ou seja, quem deveria entrar na comunidade para proteger, torna-se uma ameaça. Essa forma de existir no espaço é dotada de uma autovigilância constante, como por exemplo, de forma metafórica, um panoptismo comunitário por assim dizer. Parafraseando Foucault (2000, p. 166) diz-se o seguinte:

Daí o efeito mais importante do Panóptico: induzir no detento um estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder. Fazer com que a vigilância seja permanente em seus efeitos, mesmo se é descontínua em sua ação; que a perfeição do poder tenda a tornar inútil a atualidade de seu exercício; que esse aparelho arquitetural seja uma máquina de criar e sustentar uma relação de poder independente daquele que o exerce; enfim, que os detentos se encontrem presos numa situação de poder de que eles mesmos são portadores. (FOUCAULT, 2000, p. 166).

Porém no entorno da instituição CRAS o poder é ocilante, hora está nas mãos dos traficantes, hora está na mão dos policiais. O poder de forma autêntica, nunca está com a comunidade, na forma de cidadania, autonomia, embora se tente buscar soluções com base em perspectivas intencionais, como por exemplo, conselhos de segurança. Dessa forma se faz com que “a vigilância seja permanente em seus efeitos, mesmo se é descontínua em sua ação”. (FOUCAULT, 2000, p. 166).

As vulnerabilidades aqui são as mais variadas [...]: Qualquer tipo de vulnerabilidade que tu for apresentar a gente acha aqui no nosso território; Vulnerabilidade emocional; Vulnerabilidade de estrutura familiar; Questões físicas (Doenças);

Vulnerabilidade de renda [...] por essa questão do narcotráfico que é muito presente aqui no nosso território; Tem criança que a gente atende aqui

com nove, oito, dez, usuários de droga. [...] servindo de laranja, [...] eles vendem muito cedo; É rotina dentro da própria casa deles, [...] os pais já fazem o tráfico; Nós perdemos uns meninos, [...] está preso hoje [...] por que matou; Mas a mãe já teve não sei quanto tempo presa; O exemplo vem de casa; É normal, [...] para eles é muito curriqueiro. (Entrevistada (4)).

As vulnerabilidades sociais do espaço do entorno da instituição tem como causa a dinâmica do tráfico, fazendo com que a comunidade se envolva direta e indiretamente com a criminalidade. Pois até as pessoas que não tem envolvimento direto com o tráfico sofrem pelo fato de estarem sempre em um estado de insegurança constante. A rotina constante do crime vira algo corriqueiro do ambiente de vida, no entanto há uma naturalização de certos aspectos sociais que seriam inadmissíveis em outra comunidade. Existem relatos por parte de profissionais de meninos que frequentavam a instituição que cometeram crimes e foram institucionalizados em regime educativo fechado, ou até mesmo mortos. Cunha; Jakob & Hogan (2012) fazem o reconhecimento de que o conceito de vulnerabilidade social necessita de maior discussão e também validação com base empírica. Além disso, segundo os autores o conceito de vulnerabilidade social deve ser confrontado com outros conceitos, como por exemplo, segregação socioespacial, pobreza e exclusão social.

É importante ao observar as representações das profissionais do CRAS, não fazer discursos fatalistas e não naturalizar os fenômenos socialmente destrutivos advindo da violência e do tráfico de intorpecentes. Pois só é possível fazer intervenções a partir de planejamento e gestão socioambiental fora de discursos fatalistas e naturalizadores, para então juntamente com a comunidade pensar formas de mudanças.

As vivências das profissionais do CRAS na comunidade faz dele parte intrínseca de tal espaço. E nas palavras de Jovchelovitch (2008, p. 127) “é uma comunidade que estrutura nossa experiências e nos ensina sobre a vida e como vivê-la”. E nesse processo mediativo entre as vivências comunitárias e seus processos subjetivos, as profissionais do CRAS constroem suas representações do ambiente de vida. E a partir desses processos mediativos fazem a observação de que o ambiente de vida em termos sociais consta de uma vulnerabilidade ligada à violência, a qual é desencadeada por fenômenos sociais ligada ao tráfico de drogas

gerando sofrimento, além de estar interligados com outros fenômenos sociais, como por exemplo, o déficit de renda, a impotência para o alcance da cidadania e autonomia e a exclusão social.

Segundo Moscovici (2011) o social se define na interação entre dois sujeitos e um objeto, esquema esse, que se caracteriza por ser capaz de explicar e também, sistematizar os processos de interação. Nesse sentido, se diz que o comportamento de um determinado organismo é visto como social na circunstância que é afetado por outros organismos. Se diz, por sua vez que a sociedade é possuidora de uma estrutura própria, a qual é determinada por rituais símbolos, instituições, normas, valores e processos de produção e consumo.

Portanto, tomando como base a afirmação de Moscovici, acima, se diz que as representações das profissionais do CRAS se constituíram, surgiram no social, na interação entre sujeitos. E é nessa mediação entre sujeito – sujeito, sujeito – objeto, que se define a representação do ambiente de vida das profissionais do CRAS, através de seus valores, crenças e processos simbólicos.

Ao que se refere a bússola sociológica (BRYM et al, 2008), (apêndice 4), vê-se que - considerando a perspectiva igualdade versus desigualdade de oportunidades, bem como o contexto e vivência dos indivíduos que habitam o entorno do CRAS, de acordo com a representação dos profissionais – existe desigualdade de oportunidades no entorno do CRAS. Chegou-se a essa conclusão a partir do relato das profissionais no sentido de existirem alguns déficits, como descrito anteriormente nesse trabalho, que são muito importantes para a qualidade de vida da população. O ambiente de vida inóspito com defasagem de renda tráfico de drogas, violência, homicídio e outras questões, contribui para a desigualdade de oportunidades.

Considerando o eixo liberdade individual versus coerção individual, pode-se dizer que a partir da representação das profissionais do CRAS, existem certas restrições ao que se refere às relações sociais e as escolhas de condições no espaço sociofísico. Mesmo sendo desconfortável, muitas pessoas tem que permanecer no tráfico para darem conta do sustento familiar, além de outros fatores associados, como falta de autonomia pessoal e cidadania. Considerando o espaço territorial dominado pelo tráfico verifica-se a diminuição da liberdade dos moradores, pois geralmente são acoados pelo medo tanto dos traficantes quanto dos policiais que fazem incursões na comunidade, de forma violenta.

Portanto as profissionais veem o entorno da instituição como socialmente deficitário, pontuando áreas, principalmente as áreas ZEIS,

como sendo inadequada para a habitação e convivência social. Também fazem observações sobre a violência no local associados ao tráfico, bem como homicídios. Dessa forma se tem um retrato qualitativo do espaço que circunda o entorno do CRAS.

### 9.3.3 A Importância das Instituições no Território do CRAS Tereza Cristina

As instituições se constituem com uma importância relevante para um determinado espaço sociofísico. Geralmente as instituições públicas atendem não somente um bairro, mas sim um conjunto deles. Muitas famílias são favorecidas com o funcionamento de uma instituição em um território. Um conjunto de instituições que atendem de diversificadas formas a população formam uma rede pela qual uma comunidade não pode viver sem ela.

Os conjuntos de instituições, aparelhos públicos, por assim dizer, em um território composto por bairros de periferia são formados por redes de educação que podem ser de ensino infantil, fundamental, ensino médio e superior, podendo ser administradas pela gestão municipal, estadual, federal, ou da iniciativa privada. Há também instituições de saúde de baixa e média complexidade, principalmente administradas pela gestão pública municipal. Instituições religiosas diversificadas também são comuns serem encontradas em bairros periféricos.

Conceituando instituição, pode-se dizer que esta se refere a algo que se tornou instituído. Ou seja, é algo pelo qual ganhou materialidade na vida social. Por conta disso então, sistemas de educação formais, de saúde, bem como as igrejas e o Estado são instituições que exercem uma regulamentação da vida em sociedade. Considerando a amplitude do conceito, também é correto afirmar que o “menino de rua”, é uma instituição, uma vez que é reconhecida pela sociedade civil e pelo Estado de forma oficial, sendo que há uma quantidade considerável de pessoas nessa condição no país. É coerente afirmar que, as instituições para serem consideradas como tal não necessariamente precisam de estabelecimentos para que seja comprovada sua existência, porém se estabelecem, assim como criam suas próprias leis, regras, códigos e ideologias. (NASCIUTTI, 2005).

De acordo com a entrevistada (6), há uma gama de igrejas nos arredores da instituição CRAS. Diversificadas formas de instituições existem em um município, considerando o zoneamento e a função social da instituição. Em muitas ocasiões as pessoas deixam de ir às reuniões

no CRAS para ir para os cultos religiosos. Nesse sentido, os profissionais quando tem que discutir algo importante com a população sempre tem que estarem atentos ao calendário de cultos religiosos. A entrevistada (6) relata que já trabalhou em seis territórios no município de Criciúma, porém o território do CRAS é a localidade que as pessoas estão mais ligadas às instituições religiosas.

Escolas; Postos de saúde; Igrejas evangélicas; Bairro da Juventude. (Entrevistada (1)).

Creche; Escolas; Postos de saúde. (Entrevistada (2)).

Postos de saúde; Escolas. (Entrevistada (3)).

Igreja; UNESC; CEI (Centro de Educação Infantil); Escolas municipais; Escolas integrais; Postos de saúde; Bairro da Juventude. (Entrevistada (4)).

A instituição religiosa tem uma função importante em um determinado espaço, pois se constitui como a ligação entre o profano e o sagrado. A natureza humana tem especialmente uma tendência a religiosidade, buscando no entanto um fator transcendente às possibilidades humanas terrenas. De acordo com Chauí (2000) o sagrado conduz ao encantamento do mundo, o qual é habitado por forças consideradas maravilhosas e poderes mágicos, nesse sentido toda cultura tem um vocabulário onde é possível a expressão do sagrado. O sagrado promove devoção e amor, mas também repulsa e ódio. Tais sentimentos conduzem a um outro, ou seja, o respeito feito de amor. Através dessa dinâmica surge o sentimento religioso.

As instituições religiosas nesse contexto, a partir das representações das profissionais do CRAS, tem uma função social que se expressa no espaço do entorno do centro de referência de assistência social. Elas contribuem para com a população carente, atuando nesse sentido, dentro de um espaço social, que se forma na relação comunitária.

“Sociedade e espaço social são dimensões gêmeas. Não há como definir o indivíduo, o grupo, a comunidade, a sociedade sem ao mesmo tempo inseri-los num determinado contexto geográfico, “territorial””. (HAESBAERT, 2007, p. 20). Nesse sentido as instituições religiosas como sendo, por assim dizer, sociais, estão inseridas em um espaço

geográfico. Dentre as práticas socioespaciais das instituições religiosas do território da instituição CRAS, estão, por exemplo, a distribuição de sextas básicas. De acordo com a entrevistada (4) esse tipo de trabalho, ou seja, distribuição de sextas básica, está mais próxima a um serviço de assistencialismo, que não contribui com a autonomia e cidadania dos sujeitos, do que propriamente um serviço de assistência social.

Segundo Brym et al (2008) a autoridade religiosa vem diminuindo em diversos países espalhados pelo globo terrestre, no entanto também se tem experimentado certo renascimento religioso em uma proporcionalidade crescente. Os autores destacam que a intensificação das crenças e práticas religiosas, se deve ao fato de que a religião vem sendo denotada como um veículo que tem sua importância ao que se refere à expressão política.

Imagem 16

Igreja Adventista no bairro Paraíso, em Criciúma/SC.



Fonte: (NUNES, 2013).

As profissionais do CRAS tem um relacionamento direto com as instituições educacionais, principalmente as que trabalham mais especificamente com as crianças. Além disso reconhecem a dinâmica das outras instituições educacionais pelos comentários que os pais fazem, bem como em atividades interinstitucionais quando mediam questões relacionadas às pessoas que se beneficiam dos serviços do CRAS e das instituições educacionais.

Nasciutti (2005) afirma que as instituições são importantes na relação com os indivíduos no cotidiano:



Falar da dinâmica Institucional é falar dessas relações que se tecem entre indivíduos e instituição e que, longe de serem estáticas, se movem em todas as direções. A relação individual à instituição se enraiza na identidade social, cultural e política, que se “realiza” na prática cotidiana, mobilizando nos atores sociais investimentos e representações, lhes permitindo assim se identificarem ao conjunto social. (NASCIUTTI, 2005, p. 110).

As instituições ocupam um espaço físico e social na comunidade, e fazem da dinâmica institucional um espaço de mediação da representação que as profissionais tem do ambiente de vida. É na instituição que se desvelam as formas de expressão cultural da comunidade.

É nas instituições que as pessoas vivenciam parte de suas experiências, e assim vivenciam um contexto social, as quais contribuem para a formação das suas subjetividades. Segundo Arruda (2009, p. 748) “Os contextos nos quais nos situamos nos constituem, e é nesta condição de seres contextualizados que elaboramos nossas representações”. As instituições são um palco onde as relações se interconectam em um jogo de interações entre o coletivo e o individual. Tais relações revelam a complexidade de uma rede que se interconecta entre os indivíduos, mostrando que a vivência dos indivíduos é composta de cognições e emoções que contribuem para representação de seus ambientes de vida. Barbeier (2010) explica essa complexidade da seguinte forma:

A “entrada pelas representações sociais” revela com toda evidência grandes virtudes heurísticas na compreensão das atividades humanas. Permite sobretudo: pensar a elaboração das representações em relação direta com os engajamentos dos sujeitos individuais e coletivos em suas atividades de transformação do mundo; verificar as relações existentes entre os sujeitos, seus contextos de ação e as representações que fazem para si mesmos desses contextos; descrever as relações entre sujeitos individuais e coletivos ao mesmo tempo em suas atividades de transformação do mundo e nas representações que acompanham essas atividades; ligar estreitamente

atividades mentais, individuais e coletivas a interações discursivas e, mais amplamente, a atividades comunicacionais. (BARBIER, 2010, p. 352).

As escolas de educação de ensino integral também são alternativas para o território, segundo as profissionais da instituição CRAS, pois não sobrecarrega a instituição ao que diz respeito ao número da demanda de crianças que a instituição tem que atender. Com isso, é mais um atributo para diminuir o número de crianças com tempo ocioso, com que se dificulte a inclusão de jovens no tráfico de drogas. De acordo com a entrevistada (4), há perspectiva para o funcionamento do ensino integral em duas escolas próximas, a E.M.E.I.E.F. Eliza Sampaio Rovaris localizada no bairro Tereza e Cristina e a E.M.E.I.E.F. Linus João Rech no bairro Paraíso.

A Universidade do Extremo Sul Catarinense é uma instituição referência para as profissionais do CRAS, pois participa com seus professores e acadêmicos, muitas vezes fazendo contribuições, como por exemplo, palestras, além de projetos de extensão universitária. Porém, segundo a entrevistada (4), seria importante que a universidade estivesse um pouco mais presente.

Considerando o conceito de instituição estabelecido por Nasciutti (2005), a qual diz que uma instituição não precisa de um estabelecimento para ser considerada como tal, pode-se então fazer um parametro da instituição educação como sendo importante para a sociedade. De acordo com Turner (2000) a educação como instituição dominante surge com o contexto da industrialização, por tanto na contemporaneidade a educação em massa serve para o encorajamento de um modelo de industrialização em países subdesenvolvidos e em desenvolvimento.

Imagem 17:

E.M.E.I.E.F Linus João Rech, em Criciúma/SC



Fonte: (NUNES, 2013).

As instituições escolares com suas normas, institucionais, são bases para a instituição educação. Portanto verifica-se que a educação contemporânea é um símbolo de ascensão social, por assim dizer, de mobilidade social. Porém, também, é sensato pontuar que a educação como instituição por si só não é uma forma de “salvação” patriótica. Turner (2000) faz a observação de que os sistemas educacionais tem funções variadas na sociedade. Entre as funções estão: a socialização de jovens, introdução das pessoas no sistema econômico, culturalização e inovação. Entre as funções descritas ainda estão as que o autor chama de funções menos óbvias:

(1) gerar garantias à ordem existente definida pelas elites, (2) culpar as pessoas e não a instituição pelos fracassos, e (3) manter as pessoas em uma monótona rotina de trabalho garantindo a economia política da sociedade. Além disso, quando a educação se torna uma instituição dominante, também se torna uma força poderosa em seu próprio interesse, e começa a definir *quais* títulos, conhecimento e status uma sociedade *deveria* ter. (TURNER, 2000, p. 155).

Escolas; Postos de saúde; ACRICA. (Entrevistada (5)).

Escolas; Igrejas; Escolinhas de futebol; Bairro da Juventude; Presídio; Delegacia; Cruz Vermelha; CONSEG; Postos de saúde. (Entrevistada (6)).

Bairro da Juventude; Polícia; UNESC; Postos de saúde; Associação de moradores. (Entrevistada (7)).

O CRAS é sede da Associação Criciumense de Catadores (ACRICA) e vem desempenhando um papel importante na consolidação da união de pessoas para a triagem de materiais recicláveis em associações. A instituição CRAS tem representatividade no movimento social que defende os interesses da gestão de resíduos sólidos com inclusão de catadores, não somente por ser sede da ACRICA, mas também por ser membro institucional do Fórum Lixo & Cidadania do Município de Criciúma representando a Secretaria do Sistema de Assistência Social do Município de Criciúma.

A ACRICA, por exemplo, tem como integrantes catadores de materiais recicláveis, bem como indivíduos que advêm de processos de exclusão sociais, com renda deficitária. Através da instituição ACRICA é possível reconhecer que tipo de condição social se estabelece no espaço que ela se situa através dos atores sociais que representam tal instituição. Bem como é possível ter um parâmetro das condições socioambientais, através dos indivíduos que formam a ACRICA, do espaço onde ela está inserida.

Nesse sentido Nasciutti (2005) afirma que é através das histórias dos indivíduos que participam de um mesmo grupo social, histórias essas que se encontram, é que o pesquisador consegue perceber a interrelação entre os fragmentos das informações coletadas. É possível também ao pesquisador perceber através de tais relatos, os contextos sócioeconômicos e culturais através da sintetização do discurso do grupo.

Pois é através do discurso das profissionais do CRAS Tereza Cristina que se percebe a realidade socioespacial do território. Relembrando o leitor que a perspectiva teórica desse trabalho se situa através da análise psicossocial. Nasciutti (2005) também afirma a perspectiva psicossocial através do seu discurso sobre instituições, relatando que

“À nível individual, ambas as lógicas (social e psicológica) da apreensão da realidade

(formalizada, representada e vivida) percebida pelo sujeito podem ser identificadas explicitando a relação deste com as situações sociais, com as quais se defronta". (NASCIUTTI, 2005, p. 114).

As profissionais pontuam como instituição importante também, o Bairro da Juventude, o qual é uma organização não governamental que atua na área de assistência social, bem como no ensino fundamental e cursos de formação profissional. Já consolidada temporalmente, o Bairro da Juventude atende uma demanda parecida com a do CRAS, ou seja, jovens em situação de vulnerabilidade social. Fazendo parte do território da instituição CRAS, porém localizado no bairro pinheirinho é referência ao que se refere a assistência social e educação de crianças e adolescentes.

Algo que é importante pontuar, é o fato de que as instituições, como por exemplo, escolas, instituições socioassistenciais bem como instituições como o Conselho de Segurança (CONSEG) são representados pelos profissionais do CRAS, como agentes de busca de soluções para vulnerabilidade social advinda do tráfico de drogas. Os profissionais do CRAS através de suas representações veem o território desprovido de maior atenção, de instituições, como por exemplo, o Estado.

Verificando a forma como as profissionais interpretam a realidade local também é possível levantar hipótese sobre como eles buscam possibilidades para agir em meio ao ambiente de vida desprovido de maior atenção institucional, ao que se refere às instituições públicas. Xavier (2002) destaca que as representações sociais são sistemas pela qual a realidade é interpretada, além de propiciar a organização do indivíduo com o seu contexto, e orientar suas condutas, bem como seus comportamentos na sociedade. Esse modo de entender as representações sociais, considera um indivíduo que interioriza as experiências, as práticas sociais e as condutas, ao mesmo tempo que tem o papel de construir e apropriar-se, de acordo com o autor, de objetos socializados. As representações sociais se tornam relevantes de forma sociológica, no sentido de fundamentarem as práticas e atitudes dos indivíduos, uns para com outros, considerando o contexto social. (XAVIER, 2002).

As instituições de segurança pública também são lembradas pelas profissionais pelo fato de fazerem parte da realidade local, primeiramente por decorrência da incidência da criminalidade nas proximidades da instituição, mas também pela a parceria que fazem para

a prevenção de atos ilícitos. Dentre as instituições ligadas a segurança pública, lembradas pelos profissionais do CRAS Tereza Cristina, estão a Polícia, principalmente ligada a instituição militar, a delegacia, o presídio, o Conselho de Segurança (CONSEG). O CONSEG, de acordo com a entrevista (6) é uma ação da comunidade em parceria com a polícia militar, e reúnem-se para pensar estratégias para estarem atuando na área de segurança nos bairros.

A forma como se elegem algumas instituições para executar certas práticas, ou pensar ações sociais em determinado espaço denunciam como o espaço é socialmente produzido. Soja (1993) define o espaço socialmente produzido como interpretação materialista da espacialidade. Nessa perspectiva teórica considera-se o espaço socialmente produzido, sendo que a sociedade existe como espacialidades concretas, levando em conta a relação entre os indivíduos e os grupos, como um tipo, segundo o autor, de corporificação, isso se configura como um meio da vida social. (SOJA, 1993).

De acordo com a entrevistada (7) a associação de moradores também é importante para organização comunitária. Para a entrevistada (6), as escolinhas de futebol fazem um papel importante no território, pois é um meio de lazer para crianças e adolescentes, e funcionam para diminuir o tempo ocioso dificultando o envolvimento com práticas ilícitas.

No olhar de Lefebvre (2001) há a necessidade de revisão das reflexões teóricas ao que se referem à redefinição das formas e estruturas da cidade, incluindo as necessidades sociais do ambiente urbano. Na visão do autor existe a necessidade, para os humanos, de atividades criadoras, de informação, simbolismos, assim como de imaginário e atividades que se mostrem lúdicas. A visão de de Lefebvre (2001), tira de cena as atividades que dizem respeito unicamente a produção, e os bens materiais consumíveis, e coloca como desejo fundamental humano o jogo, a sexualidade, bem como os atos considerados corporais como, por exemplo, o esporte, as atividades que levam em conta a criação, a arte e as manifestações populares.

A visão de Lefebvre (2001) contribui para a reflexão que esse trabalho faz sobre a importância das instituições no espaço urbano. Pois, no caso das instituições ligadas à atividades esportivas, como por exemplo, as escolas de futebol, contribuem para a dimensão humana ligada a expressão corporal, ao jogo, à manifestação popular e à criatividade.

Imagem 18  
Unidade de saúde 24 Horas no bairro Boas Vista,  
Criciúma/SC.



Fonte: (NUNES, 2013).

A instituição Cruz Vermelha também fora citada como pertencente ao território, a qual é localizada no bairro pinheirinho, porém são os posto de saúde os mais citados como instituição de saúde parceira. Pois os postos de saúde são instituições que as profissionais tem maior contato. O Centro de Atendimento de Saúde 24 horas, que tem a função de atender os casos de urgência e diminuir a sobrecarga nos hospitais do município de Criciúma também é próximo à instituição CRAS.

As unidades de saúde nas comunidades tem importância fundamental como instituição, pois estas são as instituições que possibilitam o primeiro contato para um atendimento ampliado nas redes de saúde. Brasil (2007c) identifica os postos de saúde, centros de saúde, unidades de saúde da família, dentre outras terminologias, como sendo a atenção básica de saúde. A atenção básica de saúde se apresenta como recepção ou porta de entrada do Sistema Único de Saúde (SUS). Sendo que é a partir da atenção básica em saúde que o cidadão é direcionado aos serviços de saúde de maior complexidade, como por exemplo, hospitais e clínicas especializadas. (BRASIL, 2007c).

O SUS trabalha também com o conceito de territorialidade, o qual é definido como espaço vivo. Além disso, se configura como geograficamente limitado e ocupado por uma população específica. Os

contextos que se engendram no território pressupõem identidades comuns. (BRASIL, 2009d). Pode-se dizer então que

Territorialização é um conceito técnico que tem sido utilizado no âmbito da gestão da saúde, consistindo na definição de territórios vivos com suas margens de responsabilização sanitária, quais sejam: áreas de abrangência de serviços, áreas de influência, etc. (BRASIL, 2009d, p. 371).

É considerável a importância que a relação entre instituições tem para o território, pois o SUAS conceitua o relacionamento entre instituições o chamando de articulação intersetorial. “A articulação intersetorial deve envolver escolas, postos de saúde, unidades de formação profissional, representantes da área de infraestrutura, habitação, esporte, lazer e cultura, dentre outros”. (BRASIL, 2009, p. 26). No entanto há um ponto de atenção sobre esse conceito, no sentido de que a articulação intersetorial não se configura como uma ação que está sob a governabilidade da Política de Assistência Social. Para que a articulação intersetorial tenha efetividade é necessário que o poder executivo municipal aja com efetividade, no sentido de ser o articulador político de tais ações. (BRASIL, 2009).

De acordo com a perspectiva da bússola sociológica (BRYM et al., 2008), é considerável que do ponto de vista da igualdade versus desigualdade de oportunidades, a representação social das profissionais do CRAS leva a considerar que existe desigualdade de oportunidade, no sentido de que as instituições nesse contexto servem como uma proposta de tirar os indivíduos de um contexto de exclusão socioambiental. Desse ponto de vista os indivíduos saíam de uma situação de exclusão que envolve poder estabelecido pelos traficantes, déficits de renda através das ações institucionais. No entanto não se engendraria uma situação de autonomia dos sujeitos sobre suas escolhas vivenciais, considerando a cidadania.

De acordo com a liberdade individual versus coerção individual, na verdade as possibilidades de escolha individual são reduzidas em um ambiente inóspito, onde as instituições são vistas como tendo possibilidade de tirarem as pessoas de situações de exclusão e de vulnerabilidades socioambientais, ao invés de serem instrumentos para a cidadania e autonomia política. É pautável também que existem participações comunitárias, mas existem mais pessoas em situações de vulnerabilidades extremas sem empoderamento político.



As instituições cumprem um papel importante segundo as profissionais do CRAS, porém também é considerável que é necessário o trabalho para o empoderamento, cidadania e ações políticas, considerando que tais instituições não devem ser somente um meio para sair de situações de exclusão, mas também um instrumento para as pessoas tomarem decisões e fazerem escolhas com autonomia política.

### 9.3.4 Renda e Trabalho

Pensar em renda e trabalho ao que se refere ao território do CRAS, onde se deu a pesquisa, é uma questão complexa pelo fato desse assunto envolver uma série de questões socioambientais, segundo o conceito de ambiente de vida estabelecido nesse trabalho. É importante atentar-se que quando os profissionais falam do ambiente de vida do território de atuação da instituição, eles têm a tendência à fazer uma leitura, segundo suas representações, do entorno da instituição.

As representações sociais tem exploração mais ampla através dos discurso público, pois é nesse âmbito que os discursos considerados problemáticos se tornam assuntos a serem debatidos. (MARCOVÁ, 2006). No contexto das profissionais do CRAS, considerando, acertivamente há espaço para o surgimento de debates que se guiam por problemáticas sociais importantes. Uma delas por exemplo, é a que está sendo tratada nesse tópico, ou seja, a renda e o emprego.

As oportunidades de emprego não dependem, nesse contexto, unicamente da qualificação profissional, mas também de fenômenos sociais, como por exemplo, o estigma. O fato de as pessoas morarem em bairros como Tereza Cristina e Paraíso, podem levá-las a serem “alvos” de estigmas que levam à desqualificação enquanto profissionais, cidadãos e humanos.

Sen (2000) vê o desenvolvimento como um processo que abre prerrogativa para a expansão das liberdades, as quais chama de reais. Por assim dizer, liberdades essas, que as pessoas possam desfrutá-las. De acordo com o autor essa liberdade depende de uma gama de determinantes, e dentre estes estão, como por exemplo: “as disposições sociais e econômicas (por exemplo, os serviços de educação e saúde) e os direitos civis (por exemplo, a liberdade de participar de discussões e averiguações públicas)”. (SEN, 2000, p. 17).

No entanto, através da representação das profissionais do CRAS, é observado um discurso que vai ao encontro de um aprisionamento da cidadania, não levando a comunidade à um processo de desenvolvimento pleno. Em meio a ética e a economia do tráfico uma

vida tem um valor ínfimo no mercado do tráfico. De acordo com a entrevistada (4) existe uma desvalorização da vida, e tal desvalorização é manifestada através do seu discurso, o qual diz: “*A vida aqui, ela não vale mais do que um chinelo, as vezes nem isso, as vezes não vale nem um chinelo, as vezes é nada*”. Tal discurso revela a facilidade que se tem de desafiar a vida através de homicídios no entorno da instituição.

Considerando o discurso acima, e se remetendo à teoria das representações sociais, é importante considerar que:

Comunidades constroem um repertório comum de saber que perdura temporalmente e dá aos membros da comunidade os referenciais e os parâmetros a partir dos quais os indivíduos dão sentido ao mundo ao seu redor e relacionam suas histórias individuais a narrativas mais amplas de vida comunitária. (JOVECHELOVITCH, 2008, p. 137).

Pode-se notar que no olhar da profissional, considerando o seu relacionamento com a comunidade, a vida valer menos que um chinelo foge dos padrões de referenciais que ela tem como ideal, ou seja, aquilo que ela aprendeu enquanto indivíduo, ao ser ancorado com o que acontece no contexto do entorno da instituição é algo incomum.

SEN (2000) conta um fato de sua vida, especificamente na infância, fato esse que pode ser parte de uma reflexão sobre os conflitos do território entre os moradores e os agentes do tráfico. Relata o autor:

Eu tinha uns dez anos. Certa tarde estava brincando no jardim de minha casa na cidade de Dhaka, hoje capital de Bangladesh, quando um homem entrou pelo portão gritando desesperadamente e sangrando muito. Fora esfaqueado nas costas. Era época em que hindus e muçulmanos matavam-se nos conflitos grupais que precederam a independência e a divisão de Índia e Paquistão. Kader Mia, o homem esfaqueado, era um trabalhador diarista muçulmano que viera fazer um serviço em uma casa vizinha - por um pagamento ínfimo - e fora esfaqueado na rua por alguns desordeiros da comunidade hindu majoritária naquela região. Enquanto eu lhe dava água e ao mesmo tempo gritava pedindo ajuda aos adultos da casa - e

momentos depois enquanto meu pai o levava às pressas para o hospital -, Kader Mía não parava de nos contar que sua esposa lhe dissera para não entrar em uma área hostil naquela época tão conturbada. Mas Kader Mía precisava sair em busca de trabalho e um pouco de dinheiro porque sua família não tinha o que comer. A penalidade por essa privação de liberdade econômica acabou sendo a morte, que ocorreu mais tarde no hospital. (SEN, 2000, p. 23).

A reflexão que pode ser feita através do discurso de Amartya Sen, é a que vai ao encontro da realidade de privação da comunidade dos arredores da instituição CRAS. Tal comunidade também vive condições em que por não ter outras formas de sobreviver vivem em situações de subexistência a ponto de cair em um fatalismo através de homicídios, pobreza e dependência em relação à renda que provem do tráfico de drogas.

Embora não sejam conflitos iguais ao que Amartya Sen descreve, são conflitos que envolvem segmentos sociais diferenciados, conflito entre dominante e dominado.

É importante atentar-se para as características de cada território. Pois no caso do território do CRAS, principalmente ao que se refere ao entorno da instituição há um fenômeno social considerado predominante. Afirma-se no entanto que não é unicamente um fenômeno isolado em particular, mas sim uma rede de fenômenos interligados que representam uma condição social. Essa rede de fenômenos é estabelecida por questões, como por exemplo, a violência, o tráfico de drogas, o déficit de renda, déficit de condições habitacionais adequadas, déficit de infraestrutura, falta de regularização fundiária, etc.

Segundo John Stuart Mill, no olhar de Mattos (2008) os arranjos institucionais moldam o homem, no entanto tem o papel de aprimorar os humanos.

É importante ter esse olhar de Mill no sentido de que as instituições sociais quando constam de necessidade de melhoramento devem ser vistas ao que se refere ao contexto social que estão envolvidas. Ou seja, quando fala-se em emprego, e em desqualificação profissional das pessoas, se tem que observar em que nível estão as instituições em relação as pessoas. Por assim dizer, um espaço onde consta de variadas empresas com cargos de nível técnico superior não vai favorecer uma comunidade com vulnerabilidade social intença em termos de empregabilidade.

De acordo com Mattos (2008) Mill coloca que o melhoramento da natureza humana diz respeito ao aumento da prudência, da responsabilidade, bem como das capacidades mentais e intelectuais, da sensibilidade estética de interesses que referem-se a si próprio, ao autocontrole, iniciativa e autonomia.

Nesse sentido para uma sociedade justa e equitativa tem que haver uma equiparação entre as instituições e os humanos levando uma maior participação referendada pela cidadania popular. No contexto desse estudo que se dá através das representações das profissionais do CRAS, vê-se que o que demarca a característica do espaço é uma dominação de poder do tráfico sobre a comunidade, gerando dessa forma, um espaço caracterizado pelo trabalho ilícito que se dá através da venda de intorpecentes. Assim pode-se dizer, referenciando Silva, Souza & Santos (2011) que o capitalismo tem como característica imprimir a criação de formas espaciais, as quais são complexas, do ponto de vista da demografia das cidades. No caso do entorno da instituição CRAS esse fenômeno se materializa na denominada área ZEIS, caracterizada por apropriações indébitas, falta de regularização fundiária, déficits habitacionais, dentre outras questões.

Castro (2009) faz uma reflexão importante para que nesse trabalho se possa atentar às oposições sociopolíticas que possam vir a existir em um determinado território.

[...] no meio urbano os moradores reagem à presença de poluidores do ar, como uma fábrica, ou de poluidores sonoros, como clubes ou igrejas. As fábricas poluem porque querem produzir para vender e lucrar, as igrejas colocam alto-falantes para propagar a fé, os jovens gostam de frequentar bailes com música em altos decibéis. Os moradores, por sua vez, querem empregos, ar limpo e silêncio. (CASTRO, 2009, p. 40).

Essa citação acima pode levar o leitor a perguntar: o que os moradores fazem para viver muitas vezes com o inimigo, o conflitante, principalmente quando está associado à própria família. Ou seja, esse inimigo é o tráfico de drogas. No entanto forma-se uma tensão que se instaura entre grupos conflitantes, e esses podem ser a própria comunidade e os traficantes, ou até mesmo os traficantes e o Estado.

Busca de ter uma condição melhor de vida;  
Adquirir mais coisas pra si; Falta de condições

financeiras; A criança não tem condições de quase nada; Sem direito a quase nada; Uma mãe que trabalha; Um pai na cadeia com oito filhos em casa; Geralmente a renda fica super baixa; Exploração de menores; Bem cedo; Tráfico de drogas com crianças; Simplesmente não quererem trabalhar; Querer o bolsa; Querer o renda mínima. (Entrevistada (2)).

Trabalho infantil; Vulnerabilidade econômica (Entrevistada (3)).

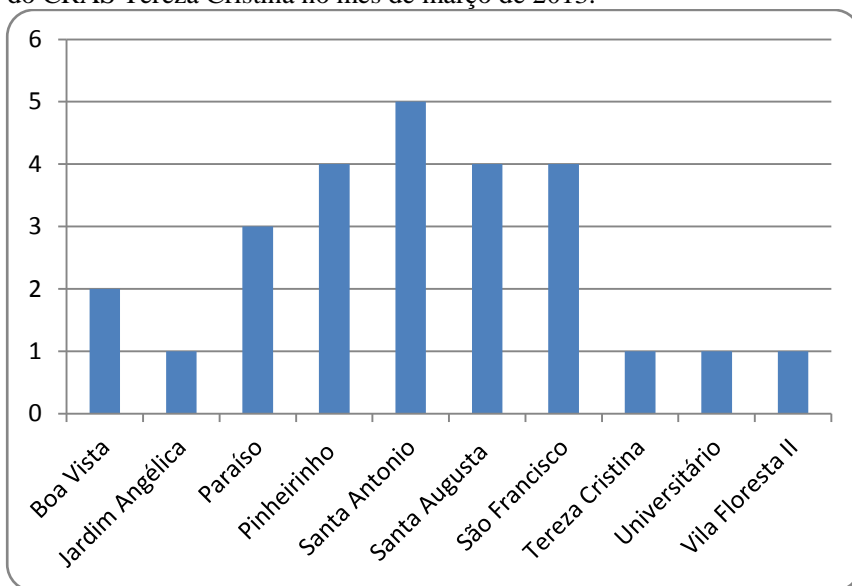
As entrevistadas (2) e (3) definem o déficit de renda através de falas que demonstram condições como famílias desestruturadas no sentido de terem membros como internos no sistema presidiário, ociosidade em relação à emprego, dependência de programas de auxílio a renda, trabalho e exploração infantil. O trabalho e exploração infantil, por exemplo, são concretizados a partir da confecção de ganchos de roupa e do tráfico de drogas de acordo com as falas das profissionais do CRAS.

Uma das alternativas para auxiliar na renda de famílias com vulnerabilidade social, é o bolsa família. Segundo Brasil (2010b, p. 8) “o bolsa família é um programa que transfere renda diretamente para as famílias como forma de garantir o direito humano à alimentação adequada, à educação e à saúde”. De acordo com Brasil (2008c) a criação do programa bolsa família se deu a partir de uma medida provisória N<sup>o</sup>. 132, de 20 de outubro de 2003, e somente em 2004 foi reconhecida como Lei (Lei N<sup>o</sup> 10.836 de 2004).

O bolsa família surgiu unificando outros diversos programas, como por exemplo, O bolsa escola, bolsa alimentação, cartão alimentação e auxílio gás. Também foi aderido o cadastro único (CadÚnico), esse se mostra como um instrumento essencial, o qual serve para a identificação das famílias, bem como os indivíduos em situação de pobreza no país, para então mapear suas características. (Brasil, 2008d). Resalta-se que para que a família possa participar do bolsa família tem que fazer a inscrição no CadÚnico. (BRASIL, 2010b).

Gráfico 1:

Bolsa Família: número de benefício concedidos em bairros do território do CRAS Tereza Cristina no mês de março de 2013.



Fonte: (CRICIÚMA, 2013).

O gráfico acima demonstra o número de benefícios concedidos do programa bolsa família no mês de março de 2013. Os números de benefícios concedidos ao que se refere aos bairros levam em conta as condicionalidades que o programa de renda impõe.

Brasil (2010b) define como condicionalidades, certos compromissos que a família tem que assumir, bem como o poder público. Nesse sentido as condicionalidades incluem (BRASIL, 2010b):

(1) Compromissos de educação

- A matrícula escolar de crianças e adolescentes de 6 a 17 anos;
- Frequência escolar de ao menos 85% ao que se refere a crianças e adolescentes de 6 a 15 anos, e frequência escolar de ao menos 75% para jovens com idade de 16 e 17 anos.

(2) Compromissos de saúde

- Pais com crianças com idade inferior a 7 devem tomar os cuidados para manter as

- vacinas recomendadas em dia, e também fazer frequentemente a pesagem, medição e exames.
- As gestantes devem fazer pré-natal e fazer consultas nas unidades de saúde. Também devem manter a continuidade do acompanhamento da saúde tanto da mãe quanto da criança, após o parto. A mãe também deverá participar de atividades educativas elaboradas por equipe de saúde, ao que se refere ao aleitamento e alimentação saudável.
- (3) Compromissos para as famílias com crianças e adolescentes em risco de trabalho infantil
- Garantia de frequência mensal de ao menos 85% de crianças e adolescentes até 16 anos em programas de convivência e fortalecimento de vínculos do PET (programa de erradicação do trabalho infantil). Também deve haver participação em atividades concedidas pelos Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) ou pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).

Mattos (2008) tem como norteamento teórico os estudos de John Stuart Mill, o qual coloca como tendo importância relevante o combate a miséria. Mill coloca que a assistência é uma forma de rompimento com um círculo vicioso. Nesse sentido, quando alguém está em uma situação onde suas energias estão afetadas pelo desânimo, receber assistência auxilia no fortalecimento de suas faculdades. Nessa questão há algo a ressaltar, segundo os pressupostos de Mill, pois segundo o pensador não é recomendável que o auxílio seja excessivo, pois poderia estimular a passividade e a dependência. O intuito seria manter a motivação para que mesmo com os auxílios, a população preferisse se manter sem eles quando fosse possível. A assistência não teria o objetivo de substituição de fatores como, por exemplo, a competência pessoal, o trabalho e a prudência. (MATTOS, 2008).

“O cumprimento das condicionalidades cria condições para que as famílias construam suas próprias capacidades de emancipação social”. (BRASIL, 2008c, p.11). Segundo as informações de Modesto & Castro (2010) o acompanhamento das condicionalidades do programa bolsa família, ao que se refere a saúde, educação e assistência social, permitiu que o governo construísse formas informacionais de acompanhamento das famílias. No entanto

sabe-se, hoje, quantas famílias de baixa renda enfrentam dificuldades para ter acesso a serviços de educação e saúde. Temos informação sobre aquelas que, tendo acesso a esses serviços, enfrentam outras dificuldades a ponto de não conseguir, por exemplo, manter seus filhos na escola. E, com as ações de acompanhamento familiar realizadas por meio da rede da assistência social, começamos a visualizar de perto essas famílias que apresentam maior vulnerabilidade. (MODESTO; CASTRO, 2010c, p. 16).

De acordo com Soares & Sátyro (2010) existem autores que colocam que as contrapartidas ou condicionalidades são tão, ou até mais importantes que o benefício. Nesse ponto de vista o bolsa família se configura como um incentivo ao capital humano das famílias em situação de pobreza. Lavinás (2007) contrariamente levanta uma crítica, e faz o questionamento, o qual diz o seguinte:

“a pergunta é por que usar da frequência obrigatória à escola como contrapartida civilizatória de programas que não se constituem em direitos quando o Estado não faz minimamente a sua parte, gerando incentivos e outros mecanismos de inclusão”. (LAVINAS, 2007, p.1467).

De acordo com as profissionais do CRAS o déficit de renda é um fator que predomina no território, o qual alimenta o risco social e a entrada no mundo do tráfico por crianças e adolescentes, e até famílias inteiras. É características como essas que se tem que apontar para o Estado, para que sejam formuladas políticas públicas locais baseadas na realidade local. Carlos (2004) coloca que é criado um mundo de mercadoriais, ao que se refere ao plano da vida cotidiana, dessa forma o lugar é expressado como produto da reprodução do capital. E é dessa forma que é criado o mundo da mercadoria, o qual é introduzido, ou por assim dizer, invade a vida cotidiana e faz mediação de relações. As relações, nesse processo são definidas por via do consumo da mercadoria, pois a sociedade urbana faz a aproximação dos homens e dos lugares considerando as especificidades de cada um, com o auxílio da mídia a qual impõe padrões. (CARLOS, 2004). No entanto, no espaço também existem os excluídos desses padrões estabelecidos,



configurando-se como grupos sociais à margem da produção e do consumo. Pessoas que formam esse grupo dos excluídos precisam muitas vezes serem auxiliadas com programas de renda como o bolsa família ou como o renda mínima, esse que é um programa de garantia de renda do município de Criciúma.

Os objetivos do programa de renda familiar mínima são, de acordo com Criciúma (2013):

proporcionar subsídio financeiro mensal temporário para que a família possa atender as necessidades básicas de seus membros, assegurando o trabalho sócio educativo que possibilite a transformação da dinâmica em busca da emancipação”. (CRICIÚMA, 2013)<sup>14</sup>.

As ações do programa de garantia de renda municipal são (CRICIÚMA, 2013):

- Cadastramento das Famílias;
- Atendimentos individuais;
- Visitas domiciliares;
- Reuniões socioeducativas;
- Encaminhamento ao mercado de trabalho e a cursos profissionalizantes;
- Realização de pagamentos mensal do benefício.

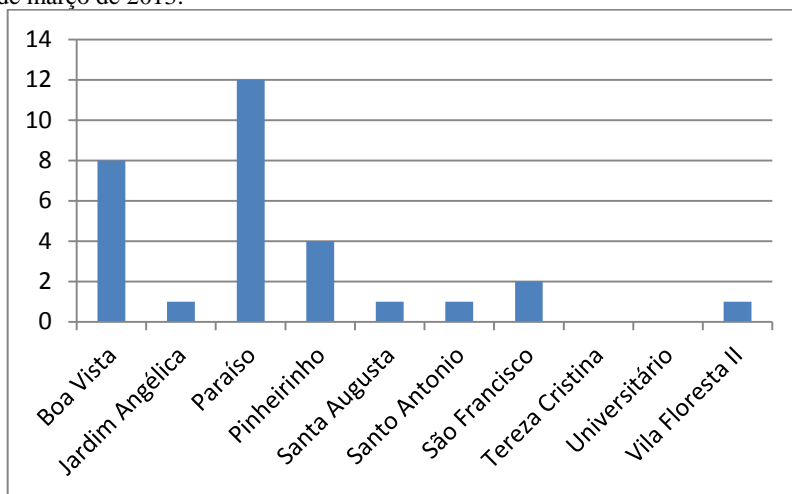
O programa de garantia de renda familiar mínima fora estabelecido pela Lei municipal N<sup>o</sup> 3.256, de 6 de maio de de 1996. Dessa forma ficou instituído tal programa para as famílias que se encontram com filhos em situação de risco. (CRICIÚMA, 2013).

---

<sup>14</sup> A citação direta está sem número de página pelo fato de ser reproduzida da página online da prefeitura municipal de Criciúma – Santa Catarina.

Gráfico 2:

Dados do Programa Municipal de Garantia de Renda Familiar Mínima do mês de março de 2013.



Fonte: (CRICIÚMA, 2013).

Assim como o bolsa família o programa renda mínima também tem suas condicionalidades estabelecidas pela Lei municipal N° 3.256, de 6 de maio de 1996, no entanto se tem como princípio de análise o gráfico acima, tais condicionalidades. Pois as famílias tem que estar de acordo com as regras do programa para serem incluídas, não bastando somente estarem socioeconomicamente vulneráveis. O parágrafo 4° do Art. 7° da lei que regulamenta o programa exige a frequência de 90% das aulas no mês do benefício. Sendo que para a família receber o benefício, os dependentes tem que ser menores de 14 anos.

De forma diferenciada do programa bolsa família que coloca como condicionalidade para a família o acompanhamento de saúde, a Lei N° 3.256 em seu art. 9° que discorre sobre as famílias com crianças que tem prioridade no atendimento, coloca no inciso I a seguinte afirmação: “famílias de menores desnutridos ou com carência nutricional, identificadas pela Secretaria Municipal de Saúde em especial pelo PSF – Programa de Saúde da Família”. Porém o programa não exige em nenhum de seus artigos o acompanhamento de saúde geral e nem de nenhuma condição de saúde específica. No entanto no inciso III do art. 9° o programa renda mínima - já tendo feito a exigência de 90% de frequência escolar no parágrafo 4° do art. 7° – define como prioritário os menores com dificuldades de aprendizagem na rede

municipal de ensino, os quais podem ser identificados pela Secretaria Municipal de Educação. O programa renda mínima, de acordo com a Lei Nº 3.256 concede o benefício pelo período de um ano, sendo prorrogável.

Assim como uma das ações do programa renda mínima é o encaminhamento ao mercado de trabalho, bem como à cursos profissionalizantes (CRICIÚMA, 2013), os beneficiários do programa bolsa família também podem participar de outros programas do governo federal. Esses podem ser: “tarifa social de energia elétrica; cursos de alfabetização, de educação de jovens e adultos e de qualificação profissional; ações de geração de trabalho e renda e de melhoria das condições de moradia; além de isenção de taxas de concursos públicos federais”. (BRASIL, 2010b, p. 6).

O trabalho infantil também é uma realidade no território do CRAS. Algo que por si só não é recomendado, ainda assim tem mais um agravante, ou seja, muitas vezes o trabalho infantil está associado à condições ilícitas ligadas ao tráfico de drogas. Wanderley (2001) considera que a exclusão não é somente uma rejeição física, geográfica, material, que se estruturam em um mercado de trocas. Mas, também envolvem riquezas espirituais, ou seja, nesse processo também há o envolvimento de exclusão cultural.

Sachs (2008) estabelece que a educação é algo que merece ser colocado como necessária para um indivíduo ter um trabalho descente, porém não se mostra como sendo suficiente. Para o autor uma boa educação deve vir acompanhada com um pacote de desenvolvimento, pois de acordo com autor existe na contemporaneidade um crescente fenômeno de adultos desempregados pareado com um crescente número de trabalho infantil. Nesse sentido Sachs (2008) ainda propõe uma solução: “para poder colocar todas as crianças na escola é necessário distribuir bolsas para aqueles oriundos de famílias pobres, cuja sobrevivência depende do dinheiro que levam para casa”. (SACHS, 2008, p. 40). O autor ainda faz uma citação do programa bolsa escola, o qual fora introduzido por Cristovam Buarque, e o denomina como pioneiro.

Se vê, por exemplo, educação e saúde como condicionalidades de programas de renda como o bolsa família, mas Sachs (2008) faz a observação de que o acesso aos serviços de saúde são importantes, porém eles são parte de um objetivo que transcende tal acesso. Esse objetivo é melhorar a saúde das pessoas. Condição essa que depende de vários fatores, como por exemplo, segurança alimentar, o acesso à água

limpa a melhoria de condições habitacionais, melhoria de condições de trabalho, educação de qualidade e medidas de prevenção.

As pessoas trabalham para o narcotráfico; São exploradas; Ganham muito pouco; Hoje tem, amanhã não tem; Não guardam; Não pensam no futuro; A própria staf do narcotráfico não trabalha para isso; Muitos dependem do narcotráfico para poder sobreviver; Mais fácil tu vender uma pedrinha aqui do que trabalhar o dia inteiro para ganhar trinta reais (Entrevistada (4)).

Maior vulnerabilidade que tem aqui: Renda; Financeira; Renda das famílias; Vulnerabilidade de renda; Seria a renda (Entrevistada (5)).

Existe também um outro tipo de dependência, que não é exatamente o dos programas de auxílio a renda, e essa dependência é a do tráfico de drogas, mais especificamente da renda que vem do tráfico. A renda do tráfico de drogas tem um maior valor do que o que as pessoas teriam no mercado de trabalho convencional, ainda mais sem qualificação profissional. Porém além desse fator há outro fator cultural, segundo as profissionais do CRAS, ou seja, as famílias geralmente não tem educação financeira. Mesmo com a renda do tráfico, ainda assim muitas pessoas fazem o mal uso do dinheiro e acabam permanecendo na vulnerabilidade de renda. Além da vulnerabilidade ligada a violência e a todos os outros fatores de um ambiente de vida inóspito, as pessoas ao participarem de práticas ilícitas ainda acabam agregando mais risco para as suas vidas, e continuam estando vulneráveis ao que se refere a renda.

Na visão de Sen (2000) a razão para que se deseje maior renda, não é um fato que se justifica por si mesmo, mas sim, a justificativa está em que, ter maior renda ou riqueza é um meio admirável para alcançar maior liberdade, e conseqüentemente ter um estilo de vida em que a pessoa tem razão para valorizá-lo.

No tocante das palavras de Amartya Sen pode-se fazer uma reflexão no sentido de que os valores pelo qual uma pessoa se norteia para valorizar o seu estilo de vida depende da cultura em que ela está imersa. Então a falta de educação financeira, mesmo tendo acesso à um montante de renda advindo do tráfico, pode assim advir dos valores associados a esse ganho e a subjetivação do indivíduo ou grupo social.

Sen (2000) coloca a pobreza no status de privação de capacidades básicas, no sentido de que tal privação pode ser refletida em fenômenos

como, por exemplo, morte prematura, subnutrição, morbidez persistente, analfabetismo, dentre outras questões. O desemprego também é colocado em evidência por Amartya Sen, pois, este contribui para a exclusão social, acarretando a perda da autonomia, autoconfiança, bem como da saúde física e psíquica.

No entanto essa dependência que os profissionais do CRAS relatam é justificada, pois este é um sentimento característico de quem vive à margem da sociedade, e não tem a perspectiva de definir um projeto de vida. Barbosa & Zanela (2007) se referem ao conceito de impotência de ação, o qual é derivado do sofrimento ético político caracterizado pelo engessamento das possibilidades de uma existência com dignidade. O sofrimento ético político permeia as relações sociais na luta para a busca das necessidades básicas de sobrevivência, onde a permissão de um espaço para superar as condições deficitárias são dificultosas.

Tem uma certa dependência; Certa dependência; Eles ficam dependendo daquele benefício e não acabam se emancipando; Ela fica ali estagnada com o Bolsa Família dela, ou com o Renda Mínima que em um ano e dois meses vai terminar e a pessoa não arrumou um trabalho, não tem um outro meio de subexistência; Gostam de dizer que são da Baixada, mas quando vão fazer uma ficha lá no centro falam que moram no pinheirinho, quando é para arrumar um serviço; Eles dizem que moram no pinheirinho como uma forma de tentar ser aceitos. (Entrevistada (6)).

O estigma ligado a identidade é um fator que faz com que a qualidade de vida dos moradores desse espaço tenha um decréscimo, segundo as profissionais do CRAS. Dessa forma vê-se a qualidade da conduta moral e o caráter ligado ao estereótipo do espaço de vivência dos indivíduos. É dessa forma que se estrutura uma identidade do espaço ligado a um estereótipo, causando preconceitos e inviabilizando, por exemplo, a entrada no mercado de trabalho. Isso se mostra no exemplo que a entrevistada (6) dá, se referindo ao fato de quando eles querem procurar emprego associam-se identitariamente como sendo moradores do bairro pinheirinho, próximo aos bairros Tereza Cristina e Paraíso.

Wanderley (2001) denomina desqualificação social como um contraposto à integração social. O autor busca esse conceito nos escritos

de Serge Paugam, o qual considera a pobreza como uma construção social e uma condição que estaria ligada a um problema na integração normativa e social, sendo que tal problemática não deixa de passar de forma essencial pelo emprego.

Na verdade o fenômeno descrito pelas profissionais do CRAS passa por essa lógica de Wanderley (2001), ou seja, existe neste fenômeno, um processo ligado à desqualificação social onde os indivíduos são desqualificados para o mercado de trabalho quando tem suas identidades ligadas às identidades de bairros ou localidades com estereótipo marcado pela violência e pobreza. Esse fenômeno é, por assim dizer, uma artimanha da exclusão.

Continuando a linha de raciocínio, pode-se fazer a observação que faz do conceito de espaço uma entidade social e vívido por assim dizer, que está relacionado com a prática social. O espaço nesse âmbito, é um instrumento político de um indivíduo, assim como de um grupo, que tem ligação com a força de reprodução e de trabalho que se estabelece através do consumo. Esse raciocínio é colocado levando em conta que a sociedade forma-se como concreta através do espaço que produz, e torna-se inteligível através da sociedade. (CORRÊA, 2003). É a partir da tentativa de entender esse espaço, que surgem as representações sociais a partir dos profissionais da instituição CRAS. Pois, segundo Moscovici (2011) as representações sociais nascem de uma motivação advinda da tentativa de buscar sentidos para construção de uma ligação entre o estranho e o familiar.

Levando em consideração a bússola sociológica na visão de Brym et al., (2008), em termos de igualdade versus desigualdade de oportunidades, pode-se dizer que ainda há desigualdade de oportunidades, considerando a representação dos profissionais da instituição CRAS. Esse fator ocorre, por que mesmo considerando ao auxílio a renda, que embora dê alguma perspectiva para famílias da comunidade, ainda não contempla todo o montante com vulnerabilidade de renda.

No eixo liberdade individual versus coerção individual, existe um amplo fator coercitivo em termos de renda. muitas famílias estão fora da concepção de mundo que assegura a liberdade e o mercado de trabalho tanto pra o sexo masculino, quanto para o sexo feminino. No contexto do território do CRAS Tereza Cristina, existem famílias em situação de déficit de renda por conta do desemprego. Ainda assim, segundo a representação das profissionais, muitas pessoas não conseguem ter acesso a formas de empregabilidade pelo fato de serem moradores da localidade. Configura-se dessa forma, um tipo de coerção individual.

## 10 CONCLUSÃO

Para fazer as considerações finais desse trabalho leva-se em consideração as seguintes questões:

- O objeto de pesquisa do estudo:
  - Representações sociais de profissionais do CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) do bairro Tereza Cristina, Criciúma/SC, sobre o ambiente de vida do território - com vulnerabilidade socioambiental - de abrangência da instituição.
- O objetivo geral:
  - Pesquisar as Representações Sociais dos profissionais de um Centro de Proteção Social Básica sobre o ambiente de vida do território com vulnerabilidade socioambiental, que se encontra no campo de abrangência da instituição.
- Os objetivos específicos:
  - Levantar as características da vulnerabilidade Socioambiental do território do CRAS Tereza Cristina a partir dos resultados do estudo de representações sociais do ambiente de vida;
  - Levantar as condições socioambientais do território do CRAS, ao que se refere ao ambiente físico, para obter dados objetivos comparativos às representações sociais do ambiente de vida;
  - Analisar de modo comparativo os dados objetivos dos planos de transferência de renda e os dados subjetivos das representações sociais do ambiente de vida.

Foi observado a partir desse trabalho que as vulnerabilidades que mais estão em foco segundo as representações sociais das profissionais do CRAS Tereza Cristina, no território de atuação da instituição, dizem respeito à:

- Tráfico e uso de drogas: pois é a partir dessa grande vulnerabilidade que se engendram outras tantas vulnerabilidades, que segundo os profissionais da instituição é extensa. As principais vulnerabilidades associadas ao tráfico de drogas, e por sua vez agravantes, identificadas pelo pesquisador são:

- (1) Violência na comunidade, bem como intrafamiliar;
- (2) Homicídio por decorrência do poder exercido no território pelos traficantes;
- (3) Renda, pelo fato de o tráfico se apropriar do trabalho das pessoas com déficits de renda, bem como de pessoas subjetivamente vulneráveis, para terem como aliados na venda de drogas;

(4) Trabalho Infantil, ao que se refere à cada vez mais as pessoas que estão envolvidas com o tráfico sejam não somente adultos e adolescentes, mas também crianças e pré adolescentes.

- Renda: a vulnerabilidade de renda segundo a representação das profissionais do CRAS, pode estar associado a processos de exclusão e desqualificação profissional. Existem também questões associadas a fatores identitários ligados ao estigma da localidade, que por sua vez é associado à violência, homicídio e tráfico de drogas. Os programas de renda podem auxiliar as famílias até que se estabeleçam, mas os cuidados a serem tomados se devem ao fato de as instituições sociais cumprirem o papel de “tapar buracos” ao invés de estabelecer e reestabelecer a cidadania e autonomia.

- Habitação: existem déficits habitacionais, os quais estão ligados à falta de regularização fundiária, falta de saneamento, falta de infraestrutura de ruas, apropriação indébita de terrenos, habitações em faixa de domínio de ferrovia e de áreas de preservação permanente, dentre outras questões mais bem exemplificadas no tópico habitação, nesse trabalho.

- Infraestrutura: pois existem questões a serem verificadas nesse âmbito ao que se refere, por exemplo, ruas, saneamento, iluminação pública, coleta de lixo, organização sócioespacial, dentre outras questões.

Na verdade vulnerabilidades ambientais e sociais estão envolvidas intrínsecamente, demonstrada, por exemplo, por meio da Figura 1, bem como da Imagem 1, as quais mostram a relação intrínseca entre relações sociais e vulnerabilidades ambientais. A Imagem 1 representa um contexto demarcado pelo lixo e pela violência armada. Os resultados do trabalho realizado com as profissionais do CRAS em 2010 corroboraram com os resultados dessa pesquisa. A imagem 1 pode ser associada à imagem 12. A primeira, uma representação realizada através da pintura por profissionais em 2010, e a segunda, um registro fotográfico realizado em 2013. No entanto, através dessa associação pode-se notar primeiramente coerência ao que se refere às representações dos profissionais, associando também esses fatores com os resultados da entrevista semiestruturada. E uma segunda pontuação se mostra no fato de que a realidade não se modificou, em termos socioambientais. Nesse sentido verifica-se que as condições socioambientais não tiveram mudanças no intervalo de quatro anos. Continuam deficitárias, como pode ser vista nas formas de representação dos profissionais.



Outra questão a ser pontuada é que a equipe técnica de profissionais, tiveram mudanças maciças, pois os profissionais que atuam atualmente no CRAS Tereza Cristina não são em sua totalidade, os mesmos que atuavam em 2010. E mesmo assim as representações do ambiente de vida, no intervalo entre 2010 e 2013, continuam coerentes.

Essa pesquisa mostrou que espaços desordenados, bem como edificações abandonadas e becos, servem para a proliferação e facilitação de práticas ilícitas que contribuem para a vulnerabilidade e risco social da comunidade. Dessa forma foi visto que vulnerabilidades ambientais em termos de infraestrutura urbana contribuem para as vulnerabilidades sociais. Outra questão bem importante adivinda da representação das profissionais foi o fato de os vínculos, tanto familiares como comunitários serem fráglilizados por práticas ligadas ao uso e tráfico de drogas que permeiam as espacialidades desestruturadas do território, ao que se refere à proximidade da instituição.

Questões importantes a serem pontuadas dizem respeito ao fato de quando as profissionais se referem ao ambiente de vida do território do CRAS, estão se referindo ao seu entorno (Bairros: Boa vista, Tereza Cristina, Paraíso) (Olhar Apêndice 1). Esse fato diz respeito à questão de que o foco do trabalhos das profissionais se dá dentro da instituição, e geralmente é um profissional de assistência social que é imbuído de fazer visitas domiciliares. Além disso, a instituição se encontra no foco das vulnerabilidades.

Verifica-se a partir da representação social das profissionais do CRAS, a partir da bussola sociológica (BRYM et al., 2008), que as questões sociais do espaço são mais bem associadas à desigualdade de oportunidades e coerção individual, do que à igualdade de oportunidades e liberdade individual.

Há existência de instituições que tem valor essencial para a comunidade, mas ainda exercem papeis assistencialistas, como por exemplo, as igrejas que muitas vezes tem como único papel a doação de sextas básicas. No entanto é necessário que o posicionamento das instituições, públicas ou não, seja político.

De acordo com o conteúdos das representações dos ambiente de vida nesse trabalho, é possível verificar que há fragilidades ao que se refere ao planejamento e à gestão de políticas públicas. Do ponto de vista do planejamento e da gestão de políticas públicas é importante pensar em ações que vão de encontro à formulação de projetos interinstitucionais ao nível das secretarias da gestão municipal.

Esse estudo abre prerrogativas para novas investigações utilizando-se do mesmo aporte teórico metodológico, no entanto é

importante que se pense como sujeitos de pesquisa indivíduos moradores da própria comunidade.

Através dos vários tópicos tratados nesse trabalho foi observado que a teoria das representações sociais contribuem muito para construir uma ontologia do conhecimento urbano através do olhar de seres humanos que fazem parte de um contexto de um determinado espaço. O trabalho também contribuiu para mostrar a importância de se organizar uma tipologia de pesquisa que vá de encontro ao senso comum, ao cotidiano. Também contribuiu para mostrar a importância que o olhar de profissionais de instituições públicas tem para contribuir na realização de diagnósticos sócioambientais.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de. Cidades: espacialidades e temporalidades. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; LEMOS Amália Inês Geraides (Orgs). **Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade**. 2<sup>a</sup> ed., São Paulo: Contexto, 2005.

ADORNO, Sérgio. Exclusão socioeconômica e violência urbana. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 4, n. 8, jul./dez., p. 84 – 135, 2002.

ALEXANDRE, Marcos. Representação Social: Uma Genealogia do Conceito. **Comum**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 23, p. 122 – 138, jul./dez., 2004.

ALVES, Ronaldo Cardoso. **Representações Sociais e a Construção da Consciência Histórica**. 2006. 133 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, 2006.

ARENDDT, Hannah. **A Condição Humana**. 10<sup>a</sup> ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

ARRUDA, Angela. Teoria das Representações Sociais e Teorias de Gênero. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 117, p. 127 – 147, Nov., 2002.

ARRUDA, Angela. Teoria das Representações Sociais e Ciências Sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 24, n. 3, p. 739 – 766, set./dez., 2009.

ARRUDA, Rinaldo Sérgio Vieira. Vida urbana, fotografia e antropologia. **Ponto-e-Virgula**, São Paulo, n. 7, p. 187 – 191, 2010.

BARROS, José D'Assunção. História, espaço e tempo: interações necessárias. **VARIA HISTÓRIA**, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, p. 460-476, jul./dez., 2006.

BALTRUSIS, Nelson. Transformações do modo de morar nas metrópoles contemporâneas – novos discursos, velhos problemas. **Caderno CRH**, Salvador, v. 23, . n. 59, p. 235 – 253, mai./ago., 2010.

BARBIER, Jean-Marie. Representações Sociais e Cultura de Ação. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 40, n. 140, p. 351- 378, mai./ago., 2010.

BARBOSA, Daiani; ZANELLA, Andréia Vieira. O Movimento de Potência/Impotência de Ação de Catadores de Materiais Recicláveis: O Diálogo com a Assessoria. **Pro-Posições**, Campinas, v. 18, n. 2, p. 147 – 166, mai/ago., 2007.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2003.

BAUMAN, Zygmunt. **Vidas desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2005.

BÔAS, Lúcia Pintor Santiso Villas. Teorias das Representações Sociais e o Conceito de Emoção: Diálogos Possíveis Entre Serge Moscovici e Humberto Maturana. **Psic. Da Ed.**, São Paulo, n. 19, p. 143 – 166, jul./dez., 2004.

BRASIL. **Boas práticas no abastecimento de água: procedimentos para a minimização de riscos à saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

BRASIL. **Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006**. Institui a separação de resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, e dá outras disposições. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ Ato2004-2006/2006/Decreto/D5940.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2004-2006/2006/Decreto/D5940.htm). Acesso em 06 de Mai. de 2013.

BRASIL. **VI Conferência Nacional de Assistência Social - Deliberação da VI Conferência Nacional de Assistência Social**. Brasília: MDS, 2007a.

BRASIL<sup>15</sup>. **Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007.** Dispõe sobre o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e dá outras providências. Disponível em:[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6135.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6135.htm). Acesso em: 14 de Abr. de 2013.

BRASIL. **Entendendo o SUS.** Brasília: Ministério da Saúde, 2007c.

BRASIL. **SUAS: Configurando os Eixos de Mudança.** 1ª Ed., v.1, Brasília: MDS, 2008a.

BRASIL. **Desafios da Gestão do SUAS nos Municípios e Estados.** 1ª Ed., V. 2, Brasília: MDS, 2008b.

BRASIL. **Caderno SUAS: evolução dos recursos dos programas de transferência de renda.** ano 3, n. 3, Brasília: MDS, 2008c.

BRASIL. **Guia de geração de trabalho e renda: nova perspectiva na elaboração de políticas, programas e projetos de geração de trabalho e renda.** Brasília: Fundação Banco do Brasil; São Paulo: Instituto de Políticas Públicas Florestan Fernandes, 2008d.

BRASIL. **Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS/ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.** 1ª ed. Brasília: MDS, 2009.

BRASIL. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.** Brasília: MDS, 2009b.

BRASIL. **Caderno de textos: subsídios para debates: participação e controle social do SUAS / Conselho Nacional de Assistência Social, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.** Brasília: CNAS, MDS, 2009c.

BRASIL. **O SUS de A e Z: garantindo saúde nos municípios/ Ministério da Saúde, Conselho Nacional das Secretarias Municipais de Saúde.** 3ª ed., Brasília: Ministério da Saúde, 2009d.

---

<sup>15</sup> (BRASIL, 2007b)

**BRASIL. Guia para o mapeamento e caracterização de Assentamentos Precários.** Brasília: Ministério das Cidades, 2010.

**BRASIL. Programa bolsa família: Agenda da família.** Brasília: MDS, 2010b.

**BRASIL. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.** Institui a Política Nacional de resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm). Acesso em 06 de Mai. de 2013.

**BRASIL. Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010.** Regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Comitê Orientador para a Implantação dos Sistemas de Logística Reversa, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/Decreto/D7404.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/Decreto/D7404.htm). Acesso em: 07 de Mai. de 2013.

**BRASIL. Decreto nº 7.405, de 23 de dezembro de 2010.** Institui o Programa Pró-Catador, denomina Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis o Comitê Interministerial da Inclusão Social de Catadores de Lixo criado pelo Decreto 11 de setembro de 2003, dispõe sobre sua organização e funcionamento, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7405.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7405.htm). Acesso em: 07 de Mai. de 2013.

**BRASIL. Lei nº 12.651, de 25 De maio de 2012.** Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Lei/L12651.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12651.htm). Acesso em: 27 de mai. de 2013.

BRYM, Robert J; LIE, John; HAMLIN, Cynthia Lins; MUTZENBERG Remo; SOARES, Eliane Veras; MAIOR, Heraldo Pessoa Souto.

**Sociologia: sua bússola para um novo mundo.** São Paulo: Cengage Learning, 2008.

CARDOSO, Beatriz kauduinski. **Regularização fundiária e o programa habitar brasil BID em Santa catarina: uma avaliação.** 2005. 37 f. Monografia (Especialização Gestão Urbana, Habitacional e do Desenvolvimento Social) - Centro de Educação Superior – ÚNICA, Florianópolis, SC, 2005.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano: Novos escritos sobre a cidade.** São Paulo: Contexto, 2004.

CASTILHO, Cláudio Jorge Moura de. Como o uso do território tem acontecido na gestão de programas de inclusão social? As possibilidades atuais de usá-lo no sentido da concretização de uma nova dinâmica socioespacial em Recife/PE. **Revista de Geografia**, Recife, V. 24, n. 2, p. 97-120, mai./ago., 2007.

CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: Conceitos e Temas.** 5<sup>a</sup> ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e política: territórios, escalas de ação e instituições.** 2<sup>a</sup> ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

CASTRO, Cleber Marques de; PEIXOTO, Maria Naíse de Oliveira; RIO, Gisela Aquino Pires do. Riscos ambientais e geografia: conceituações, abordagens e escalas. **Anuário do Instituto de Geociências - UFRJ**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 11-30, 2005.

CBTU. **Faixa de Domínio e Assuntos Correlatos.** Disponível em: <http://www.cbtu.gov.br/estudos/gtdu/materialtec/despacho.htm>. Acesso em: 28 de Jul. de 2013.

COHEN, Simone Cynamon; KLIGERMAN, Débora Cynamon; MONTEIRO, Sandra Conceição Ferreira; CARDOSO, Telma Abdalla de Oliveira; BARCELOS, Mara Rejane Barroso. Habitação saudável como determinante social da saúde: experiências internacional e nacional. **RBPS**, Fortaleza, v. 24, n. 2, p. 169 – 179, abr./jun., 2011.

COORAL-VERDUGO, Victor. Psicologia ambiental: objeto, “realidades” sócioifísicas e visões culturais de interações ambiente-comportamento. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 16, n. ½, p.71 – 87, 2005.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço, um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: Conceitos e Temas**. 5<sup>a</sup> ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

COSTA, Fabiane Hilario dos Santos et al. Determinação da vulnerabilidade ambiental na bacia Potiguar, região de Macau (RN), utilizando sistema de informações geográficas. **Revista Brasileira de Cartografia**, Rio de Janeiro, n. 58/2, p. 119 – 127, ago, 2006.

CHAUI, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática: 2000.

CFP. **Psicologia e mobilidade: o espaço público como direito de todos**. CFP, 2010.

CREPOP. **Referência técnica para atuação do(a) psicólogo(a) no CRAS/SUAS / Conselho Federal de Psicologia (CFP)**. - Brasília, CFP, 2007.

CRICIÚMA. **Lei Nº 3.256, de 6 de maio de 1996**. Institui o Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima para as famílias com filhos em situação de risco e dá outras providências. Disponível em: <http://www.leismunicipais.com.br/a1/sc/c/criciuma/lei-ordinaria/1996/325/3256/lei-ordinaria-n-3256-1996-institui-o-programa-de-garantia-de-renda-familiar-minima-para-as-familias-com-filhos-em-situacao-de-risco-e-da-outras-providencias-1996-05-06.html>. Acesso em: 3 de jul. de 2013.

CRICIÚMA. **Lei COMPLEMENTAR Nº 095, de 28 de dezembro de 2012**. Institui o Plano Diretor Participativo do Município–PDPM de Criciúma, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.criciuma.sc.gov.br/site/upload/ckfinder/files/LC095\\_12\\_pel\\_c\\_019\\_09\\_Plan\\_Diretor\\_com\\_indice.pdf](http://www.criciuma.sc.gov.br/site/upload/ckfinder/files/LC095_12_pel_c_019_09_Plan_Diretor_com_indice.pdf). Acesso em: 14 de abr. de 2013.

CRICIÚMA. **Programa renda mínima**. Disponível em: [http://www.criciuma.sc.gov.br/site/sistema/social/programa\\_renda\\_minima-15](http://www.criciuma.sc.gov.br/site/sistema/social/programa_renda_minima-15). Acesso em 15 de Jul. de 2013.



CUNHA, José Marcos Pinto da Cunha; JAKOB, Alberto A. E.; HOGAN, Daniel J.; CAMPO, Roberto L. **A vulnerabilidade social no contexto metropolitano: o caso de campinas**. Disponível em: [http://www.nepo.unicamp.br/textos/publicacoes/livros/vulnerabilidade/arquivos/arquivos/vulnerab\\_cap\\_5\\_pgs\\_143\\_168.pdf](http://www.nepo.unicamp.br/textos/publicacoes/livros/vulnerabilidade/arquivos/arquivos/vulnerab_cap_5_pgs_143_168.pdf). Acesso em: 03 de agosto de 2012.

CURUTCHET, Gustavo; GRINBERG, Silvia; GUTIÉRREZ, Ricardo A. Degradación ambiental y periferia urbana: um estudo transdisciplinario sobre la contaminación em la región metropolitana de Buenos Aires. **Ambiente & Sociedade**. São Paulo, v. XV, n. 2, p. 173 – 194, mai./ago., 2012.

CUSTÓDIO, André Viana et al. **Diagnóstico – CRAS Tereza Cristina: Uma referência para múltiplos olhares**. Criciúma: Secretaria do Sistema Social, 2010.

DAMIANI, Amélia Luiza. As contradições do espaço: Da lógica (formal) à (lógica) dialética, a propósito do espaço. In: DAMIANI, Amélia Luiza; CARLOS, Ana Fani Alessandri; SEABRA, Odette Carvalho de Lima. **O espaço no fim de século: A nova raridade**. 2ª ed., São Paulo: Contexto, 2001.

DESCHAMPS, Marley. Estudo Sobre a Vulnerabilidade Socioambiental na Região Metropolitana de Curitiba. **Cadernos Metrôpole**, São Paulo, n. 19, p. 191 – 219, 1º sem., 2008.

DONALD, Merlin. **Origens do Pensamento Moderno**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999.

DUVEEN, Gerard. Introdução, o Poder das Idéias: Uma Psicologia Social do Conhecimento. In: MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais: Investigações em Psicologia Social**. 8ª Ed., Petrópolis: Voses, 2011.

EGLER, Claudio Antonio G. Risco ambiental como critério de gestão do território: uma aplicação à zona costeira brasileira. **Revista Território**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 31 – 41, 1996.

FARIA, Ana Amélia Cypreste; BARROS, Vanessa de Andrade. Tráfico de drogas: uma opção entre escolhas escassas. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 23, n. 3, p. 536-544, 2011.

FILGUEIRA, Fernando; LORENZELLI, Marcos. Sistema de informação e políticas na política de assistência social do município de São Paulo: um casamento feliz entre inovação política e modernização gerencial. **RAP**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 3, p. 613 – 633, mai./jun., 2005.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. 22a ed., Petrópolis: Vozes, 2000.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. Representações Sociais, Ideologia e Desenvolvimento da Consciência. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 34, n. 121, p. 169-186, jan./abr., 2004.

FREIRE, José Célio; VIEIRA, Emanuel Meireles. Uma escuta ética de psicologia ambiental. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 18, n. 2, p. 32-37, mai./ago., 2006.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos de Pesquisa Social**. 5<sup>a</sup> ed., São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4<sup>a</sup> ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL-FILHO, Sylvio Fausto. Geografia Cultural: Estrutura e primado das representações. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 19/20, p. 51 – 59, Jan./dez., 2005.

GONÇALVES, Teresinha Maria. **Cidade e poética: um estudo de psicologia ambiental sobre o ambiente urbano**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 4<sup>a</sup> ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1982.

GUADAGNIN, Mário Ricardo. **Territorialização e Refuncionalização da Vila Manaus (Criciúma – SC)**. 2001. 183 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2001.

GUARESCHI, Pedrinho A. Representações Sociais e ideologia. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, Edição Especial Temática, p. 33-46, 2000.

GUERRA, Gilberto Clarício Martinez. ICHIKAWA, Elisa Yoshie. A institucionalização de representações sociais: uma proposta de Integração. **REGE**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 339-359, jul./set., 2011.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: X ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 2005, São Paulo. **Anais**. São Paulo, 2005.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 3<sup>a</sup> ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

HARDT, Leticia Peret Antunes. Gestão do desenvolvimento metropolitano sustentável. In: SILVA, Catia Antonia da; FREIRE, Désirée Guichard; OLIVEIRA, Floriano José Godinho de (Orgs.). **Metrópole: governo, sociedade e território**. Rio de Janeiro: DP & A: Faperj, 2006.

IPAT. **Plano Municipal de Redução de Riscos**. Criciúma, 2009.

JERÔNIMO, Rosa Nadir Texeira et al. Projeto Coleta Seletiva Solidária: Intervenção Junto a Cooperativa de Trabalhadores de Materiais Recicláveis – CTMAR, Associação de Catadores de Criciúma – Acrica e Fórum Municipal Lixo e Cidadania. In: Anais de Resumos - III Fórum Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão. 3, 2011, Balneário Camburiú. **Resumos**. Balneário Camburiú, UNIVILLE, 2011.

JERÔNIMO, Rosa Nadir Texeira; GUADAGNIN, Mario Ricardo. Projeto Coleta Seletiva Solidária: redes sócio-educativas junto aos catadores e catadoras de Criciúma. In: III Seminário de Ciências Sociais Aplicadas, v. 3, n. 3, Criciúma. **Anais**. Criciúma: 2012. Disponível em: <http://periodicos.unesc.net/index.php/seminariocsa/article/view/678>. Acesso: 06 de Mai. de 2013.

JOVCHELOVITCH, Sandra. Psicologia social, saber, comunidade e cultura. **Psicologia e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 16, n. 2, p. 20-31, mai./ago., 2004.

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Os contextos do saber: Representações, comunidade e cultura**. Petrópolis: Vozes, 2008.

JUNQUEIRA, Lília. A Noção de Representação Social na Sociologia Contemporânea. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 18, n. 19, p. 145 – 161, 2005.

KOGA, Dirce. **Medidas de cidades: entre territórios de vida e territórios vividos**. São Paulo: Cortez, 2003.

LAVINAS, Lena. Gasto social no Brasil: programas de transferência de renda versus investimento social. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 6, p. 1463 – 1476, 2007.

LEFEBVRE, Henry. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

MAIA, Marisa Schargel. **Extremos da alma: dor e trauma na atualidade e clínica psicanalítica**. 2<sup>a</sup> ed., Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

MARKOVÁ, Ivana. **Dialogicidade e Representações Sociais: As Dinâmicas da Mente**. Petrópolis: Vozes, 2006.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓFILO, Carlos Renato. **Metodologia da Investigação Científica Para Ciências Sociais Aplicadas**. 2<sup>a</sup> ed., São Paulo: Atlas, 2009.

MATTOS, Laura Valladão de. Rumo a uma sociedade melhor: uma análise da agenda de reformas econômicas de J. S. Mill. **Estud. Econ.**, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 293-317, abr./jun., 2008 .

MELLO, Sílvia Leser de. A violência urbana e a exclusão dos jovens. In: SAWAIA, Bader (Org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 3<sup>a</sup> ed., Petrópolis: Vozes, 2001.

MENDONÇA, Francisco. S.A.U. – Sistema Ambiental Urbano: uma abordagem dos problemas socioambientais da cidade. In: MENDONÇA, Francisco (Org). **Impactos socioambientais urbanos**. Curitiba: Ed. UFPR, 2004.

MDS. **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. Brasília:Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica. In: GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra. **Textos em representações sociais**. 7ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MMA. **Vulnerabilidade ambiental: desastres naturais ou fenômenos induzidos?**. Brasília: MMA, 2007.

MODESTO, Lucia; CASTRO, Jorge Abrahão de. Introdução. In: BRASIL. **Bolsa família 2003-2010: avanços e desafios**. V. 1, Brasília: IPEA, 2010.

MOURÃO, Ada Raquel Teixeira; CAVALCANTE, Sylvia. O processo de construção do lugar e da identidade dos moradores de uma cidade reinventada. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 11, n. 2, p. 143-151, 2006.

MOREIRA, Ruy. O espaço e o contra-espaço: as dimensões territoriais da sociedade civil e do Estado, do privado e do público na ordem espacial burguesa. In: SANTOS, Milton; BECKER, Bertha K. Orgs. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 2ª ed., Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais: Investigações em Psicologia Social**. 8ª Ed., Petrópolis: Vozes, 2011.

MOSER, Gabriel. Psicologia ambiental. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 3, n. 1, p. 121 – 130, jan./jun., 1998.

NASCIMENTO, Dária Maria Cardoso; DOMINGUEZ, José Maria Landim. Avaliação da vulnerabilidade ambiental como instrumento de gestão costeira nos municípios de Belmonte e Canavieiras, Bahia.

**Revista Brasileira de Geociências**, Curitiba, v. 39, n. 3, p. 395 – 408, set., 2009.

NASCIMENTO, Dorval do. **Faces da Urbe: Processos identitários e transformações urbanas em Criciúma/SC [1945 – 1980]**. São Luiz: Café & Lápis; Criciúma: EDIUNESC, 2012.

NASCIUTTI, Jacyara C. Rochael. A instituição como via de acesso à comunidade. In: CAMPOS, Helena de Freitas (Org.). **Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia**. 10ª ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

NUNES, Leandro et al. **Relatório das Atividades de Sensibilização Sobre Coléta Seletiva e Reciclagem Realizadas no CRAS Da Família – Bairro Tereza Cristina Criciúma/SC**. Criciúma: Ed. Autor, 2010.

OLIVEIRA, Jackeline Maria Zani Pinto da Silva. **Análise da vulnerabilidade ambiental de Furnas dos Dionísios-MS, através de um sistema de informação geográfica e sensoriamento remoto**. 2005, 87 f., Dissertação (Mestrado em Tecnologias Ambientais), Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. Campo Grande, MS, 2005.

PAUGAM, Serge. O enfraquecimento e a ruptura dos vínculos sociais: uma dimensão essencial do processo de desqualificação social. in: SAWAIA, Bader (Org). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 3ª ed., Vozes: Petrópolis, 2001.

REBOUÇAS, Fádia. Impacto espacial, periferização e habitabilidade em Pirajá: implicações socioespaciais da produção do espaço urbano de Salvador-BA. **Revista de Geografia**, Recife, v. 28, n. 2, p. 77-94, 2011.  
RICHARDSON, Roberto Jarry & Cols. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROLNIK, Raquel. A construção de uma política fundiária e de planejamento urbano para o país: avanços e desafios. In: BUENO, Laura Machado de Mello; CYMBALISTA, Renato (Orgs). **Planos diretores municipais: Novos conceitos de planejamento territorial**. São Paulo: Annablume, 2007.

ROSA, Edinete Maria; SOUZA, Lídio de; OLIVEIRA, Daniela Moraes de; COELHO, Bianca Izoton. Violência urbana, insegurança e medo: da necessidade de estratégias coletivas. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 32, n. 4, p. 826-839, 2012.

SÁ, Celso Pereira de; ARRUDA, Angela. O Estudo das Representações Sociais no Brasil. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, Edição Especial Temática, p. 11- 31, 2000.

SÁ, Celso Pereira de. As Representações Sociais na História Recente e na Atualidade da Psicologia Social. In: JACÓ-VILELA, Ana Maria; FERREIRA, Arthur Arruda Leal; PORTUGAL, Francisco Teixeira. **História da Psicologia: Rumos e Percursos**. Rio de Janeiro: Nau Ed., 2007.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento Incluyente, sustentável sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández ; LUCIO, Pilar Batista. **Metodologia de Pesquisa**. 3ª ed., São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

SANTANA, Vinícius lucas; SILVA; Augusto César Pinheiro da. Subdivisão domiciliar: a precarização do habitat urbano no Complexo da Maré, Rio de Janeiro, Brasil. **Cuadernos de Geografía / Revista Colombiana de Geografía**, Bogotá, vol. 21, n.º 1, ene./jun., p. 27 – 39, 2012.

SANTOS, Milton. **Espaço & Método**. 4ª ed., São Paulo: Nobel, 1997a.

SANTOS, Milton. Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informal. 3ª ed., São Paulo: HUCITEC, 1997b.

SANTOS, Milton. O Dinheiro e o Território. In: SANTOS, Milton et al. **Território, Territórios: Ensaio Sobre o Ordenamento Territorial**. 2ª Ed., Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

SANTOS, Lívia Gomes dos; LEÃO, Inara Barbosa. O inconsciente sócio-histórico: notas sobre uma abordagem dialética da relação consciente inconsciente. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 24, n. 3, p. 638 – 647, 2012.

SAWAIA, Bader (Org). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 3ª ed., Petrópolis: Vozes, 2001.

SCARDUA, Anderson; SOUZA-FILHO, Edson Alves de. Analisando Representações Sociais Através de Elementos Gramaticais: Compondo Representações sobre a Música. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 22, n. 2, p. 374, 381, 2010.

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO. **Centro Regional de Assistência Social – CRAS**. Criciúma, 2002.

SECRETARIA DO SISTEMA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Implantação do Centro de Referência de Assistência Social no Município de Criciúma**. Criciúma, 2007.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Lúcia Maria Alves e; GOMES, Edvânia Torres Aguiar; SANTOS, Maria de Fátima de Souza. Diferentes olhares sobre a natureza – representação social como instrumento para educação ambiental. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 10, n. 1, p. 41 – 51, jan. / abr., 2005.

SILVA, Luciana Helena da; BITOUN, Jan. Espaço, história e política: atores e ações no bairro da Madalena. **Revista de Geografia**, Recife, v. 24, n. 3, p. 47-65, set./dez., 2007.

SILVA, Lucia Sousa e; TRAVASSOS, Luciana. Problemas ambientais urbanos: desafios para a elaboração de políticas públicas integradas. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, n. 19, p. 27-47, 1º sem., 2008.

SILVA, Aline Martins da. **Atratividade e dinâmica de apropriação de espaços públicos para o lazer e turismo**. 2009. 250 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2009.

SILVA, Teresa Cristina Ferreira da; SOUZA, Keylon de Oliveira; SANTOS; Francílio de Amorim dos. A produção do espaço urbano na



Praça Marechal Deodoro da Fonseca (Praça da Bandeira), em Teresina – PI. **Revista de Geografia**, Recife, v. 28, n. 1, p. 73-81, 2011.

SOARES, Sergei; SÁTYRO, Natália. O programa bolsa família: desenho institucional e possibilidades futuras. In: BRASIL. **Bolsa família 2003-2010: avanços e desafios**. V. 1, Brasília: IPEA, 2010.

SOJA, Edward W. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas**. 2<sup>a</sup> ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano**. 2<sup>a</sup> ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

SOUZA, Lucas Barbosa; ZANELLA, Maria Elisa. **Percepção de riscos ambientais: teoria e aplicações**. Fortaleza: Edições UFC, 2009.

SIQUEIRA, Mônica Maria; MORAES, Maria Silvia de. Saúde coletiva, resíduos sólidos urbanos e os catadores de lixo. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 6, p. 2115 – 2122, dez., 2009.

SPINK, Mary Jane P. O Conceito de Representações Sociais na Abordagem Psicossocial. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 300-308, jul./set., 1993.

SPINK, Mary Jane P. Desvendando as teorias implícitas: uma metodologia de análise das representações sociais. In: GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra. **Textos em representações sociais**. 7<sup>a</sup> Ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

STANIUNAS, Mindaugas; BURINSKIENE, Marija; MALIENE, Vida. Ecology in urban planning: mitigating the environmental damage of municipal solid waste. **Sustainability**, n. 4, p. 1966 – 1983, 2012.

TOMASELLI, Tatiana Renaux; OLTRAMARI, Leandro Castro. A Psicologia do mercado acionário: representações sociais de investidores da BOVESPA sobre as oscilações dos preços. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 12, n. 3, p. 375 – 283, 2007.

TURNER, Jonathan H. **Sociologias: conceitos e aplicações**. Makron Books: São Paulo, 2000.

WAGNER, Wolfgang. Descrição, explicação e método nas pesquisas das representações sociais. In: GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra. **Textos em representações sociais**. 7ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

VALDEZ, Sílvia; BENEVIDES, Mário. Bairro Paraíso, Criciúma: Da importância de ouvir o outro – histórias de vida de uma comunidade. Design Editora: Jaraguá do Sul, 2009.

VARGAS, Marcelo Coutinho. O negócio da água: debatendo experiências recentes de concessão dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário a empresas privadas no Brasil. **Cuadernos del CENDES**, Caracas, v. 22, n. 59, p. 69-87, may./ago., 2005.

VERONESE, Marília Veríssimo; GUARECHI, Pedrinho. INTRODUÇÃO: Articulando representações sociais e cotidiano. In: VERONESE, Marília Veríssimo; GUARECHI, Pedrinho. **Psicologia do cotidiano: representações sociais em ação**. Petrópolis: Vozes, 2007.

VEYRET, Yvette. Os Riscos: **O homem como agressor e vítima do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 2007.

VEYRET, Yvette; RICHEMOND, Nancy Meschinet de. Definições e vulnerabilidades do risco. In: VEYRET, Yvette. **Os Riscos: o homem como agressor e vítima do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 2007.

VEYRET, Yvette; RICHEMOND, Nancy Meschinet de. Os tipos de risco. In: VEYRET, Yvette. **Os Riscos: o homem como agressor e vítima do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 2007.

VIEILLARD-BARON, Hervé. Os riscos sociais. In: VEYRET, Yvette. **Os Riscos: o homem como agressor e vítima do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 2007.

VIEIRA, João Marino. O passado e o presente da poluição do carvão na visão do movimento ambientalista da região sul de Santa Catarina. In: CAROLA (Org). **Memória e cultura do carvão em Santa Catarina: impactos sociais e ambientais**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010.

XAVIER, Rosane. Representações Sociais e Ideologia: Conceitos Intercambiáveis? **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v.14, n. 2, p. 18 – 47, jul./dez., 2002.

WANDERLEY, Mariangela Belfiore. Refletindo sobre a noção de exclusão. In SAWAIA, Bader (Org). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 3<sup>a</sup> ed., Petrópolis: Vozes, 2001.

WERRES, Joice Lessa. Frida Kahlo: o complexo materno em sua vida e obra. WERRES, Joice Lessa (Org). **Ensaíos sobre a clínica junguiana**. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2005.

**APÊNDICE(S)**

**APÊNDICE 1**  
**Raio de 1 km onde se delimitou o campo de pesquisa**

## APÊNDICE 2

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE – UNESC  
UNIDADE ACADÊMICA DE HUMANIDADES, CIÊNCIAS E  
EDUCAÇÃO - UNAHCE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS  
AMBIENTAIS – PPGCA  
MESTRADO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS**

**Mestrando/Pesquisador:** Leandro Nunes

**Orientador:** Gilberto Montibeller Filho

**Objeto de Pesquisa:** Representações Sociais dos profissionais do CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) do bairro Tereza Cristina, Criciúma/Santa Catarina, sobre o ambiente de vida do território – com vulnerabilidade socioambiental – de abrangência da instituição.

### ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA<sup>16</sup>

2013

---

<sup>16</sup> As questões da entrevista semiestruturada vão de encontro à concepção de espaço e território discutidas no Capítulo 6, onde compreende-se o espaço como material e social, e o território como uma rede intrínca, formada por grupos sociais e relações de poder. Todos esses aspectos se dão no ambiente urbano, no entanto podemos nos referir ao ambiente de vida como a relação entre esse tripé – Espaço, Território, e Ambiente Urbano.

*Meu nome é Leandro Nunes, sou mestrando em Ciências Ambientais pela Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. Estou realizando uma pesquisa de relevância socioambiental, a qual sua contribuição será muito importante. O foco da pesquisa é a representação social do ambiente de vida a partir do olhar dos profissionais de um Centro de Referência de Assistência Social.*

Nome: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_

Estado Civil: \_\_\_\_\_

Residência: Cidade: \_\_\_\_\_; Estado \_\_\_\_\_

Profissão: \_\_\_\_\_

Bacharel ( ) Especialista ( ) Mestre ( ) Doutor ( )

Ocupação: \_\_\_\_\_

Tempo de Atuação na Instituição: \_\_\_\_\_

- *De acordo com o que está exposto nesse mapa, o qual demonstra um recorte do território que o CRAS Tereza Cristina Atende, especificamente um raio de 1km, a partir da instituição, gostaria que você me respondesse algumas questões.*

1. Questão Geral:

(a) O que é ambiente de vida para você?

2. Ambiente Físico:

- \* *Nesse momento iremos tratar do ambiente físico, as perguntas que serão feitas a você discorrerá sobre questões físicas do território de atuação do CRAS Tereza Cristina.*

(a) Gostaria que você me descrevesse como vê o território que o CRAS atua em termos de ambiente físico.

(b) Quais são as localidades que mais parecem estar ambientalmente degradadas no território de atuação do CRAS?

(c) Quais são as localidades que mais parecem estar em boas condições, de acordo com a realidade do território de atuação do CRAS?

(d) Gostaria que você fizesse algumas observações sobre os aspectos urbanos do território que o CRAS Tereza Cristina atua (

infraestrutura de ruas, iluminação, residências, terrenos, saneamento, iluminação, ocupação do solo).

### 3. Ambiente Social

\* *Nesse momento iremos tratar de questões referentes ao ambiente social, as perguntas que serão feitas a você decorrerão sobre questões sociais do território de atuação do CRAS Tereza Cristina.*

(a) Como você observa a convivência e a formação de vínculos no território de atuação do CRAS Tereza Cristina?

(b) Que instituições (além do CRAS Tereza Cristina) existem no território do CRAS Tereza Cristina que cumpre um papel importante em relação a população?

(c) Que tipo de vulnerabilidades sociais você observa no território do CRAS Tereza Cristina, atuando como profissional?



### APÊNDICE 3

#### Dados referentes à tabela 2

*Indicadores de acordo com as representações dos Profissionais do CRAS Tereza Cristina*

- (a) Invasão de terrenos;
- (b) Habitações em APP na margem do rio;
- (c) Habitações em faixa de domínio;
- (d) Habitações sem saneamento;
- (e) Improviso da estrutura da moradia;
- (f) Danos na estrutura habitacional com risco de desabamento;
- (g) Habitações com risco de enchentes (anteriormente);
- (h) Habitações e excessivamente próximas uma das outras;
- (i) Habitações sem fornecimento adequado de água;
- (j) Situação habitacional ligada a baixa renda.

*Características restritivas de regularização fundiária e do parcelamento do solo segundo o artigo 177 da Lei COMPLEMENTAR Nº 095, de 28 de dezembro de 2012*

Art. 177. Fica impossibilitado de regularização fundiária e do parcelamento do solo tratados nesta Lei, o parcelamento irregular ou clandestino que apresente, em sua totalidade, alguma das seguintes características restritivas:

- I Em terrenos alagadiços e sujeitos a inundações, antes de tomadas as providências para assegurar o escoamento das águas, de acordo com as normas vigentes;
- II - Nas nascentes, mesmo os chamados “olhos d’água”, seja qual for a sua situação topográfica;
- III - Em terrenos que tenham sido aterrados com material nocivo à saúde pública, sem que tenham sido previamente saneados;
- IV - Nas partes dos terrenos com declividade igual ou superior a 30% (trinta por cento), salvo se atendidas exigências específicas contidas no Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo, ou demais normativas pertinentes;
- V - Em terrenos onde as condições geológicas não aconselham a edificação, podendo a municipalidade exigir laudo técnico e sondagem sempre que achar necessário;

- VI – Em terrenos situados em áreas de preservação florestal ecológica;
- VII - Em terrenos contendo jazidas, verificadas ou presumíveis, de minério, pedreiras, depósito de minerais ou líquidos de valor industrial;
- VIII - Em fundos de vales essenciais para o escoamento natural das águas, a critério do órgão competente da municipalidade, com aprovação do Conselho de Desenvolvimento Municipal – CDM;
- IX – Ao longo das águas correntes e dormentes, numafaixa mínima de cada lado da margem, sendo esta faixa “non edificandi”, de acordo com legislação específica;
- X – Em terrenos onde a poluição impeça condições sanitárias suportáveis, até sua correção;
- XI – No Morro Cechinel, a partir da cota de altitude de 260m (duzentos e sessenta metros); no Morro Casagrande, a partir da cota de altitude de 140m (cento e quarenta metros); no Morro Albino, a partir da cota de 110m (cento e dez metros); no Morro Mãe Luzia, a partir da cota 270m (duzentos e setenta metros); Morro Estevão, a partir da cota de 160m (cento e sessenta metros) e Morro da Cruz, a partir da cota de 160m (cento e sessenta metros);
- XII - Em áreas verdes e de utilidade pública, pertencentes a loteamentos particulares e públicos aprovados e/ou regularizados nos órgãos responsáveis da administração pública.

*Variáveis relevantes para caracterização de assentamentos precários*<sup>17</sup>

1. *Família de baixa Renda* - a) aquela com renda familiar mensal per capita de até meio salário mínimo; ou b) a que possua renda familiar mensal de até três salários mínimos.
2. *Situação fundiária* – Regular ou irregular (moradores não têm título de posse ou propriedade).
3. *Domínio de área* – Pública (União, Estados ou Municípios) ou privada; ações de despejo; dívidas com IPTU.

---

<sup>17</sup> O texto dos tópicos 2 a 12 são compilações integrais do Quadro 5 da bibliografia (BRASIL, 2010, p.43), com excessão do tópico 1 que também é compilação integral dos tópicos a) e b) do Inciso II do Artigo 4 do Decreto decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007.

4. *Infraestrutura urbana* – Falta de ligações regulares à rede pública de água, esgoto e iluminação; coleta de lixo; pavimentação e drenagem de águas pluviais.
5. *Padrão urbanístico do viário interno ao assentamento* – Traçado regular, com ruas carroçáveis (4m ou mais de largura e leito regularizado); ou traçado desordenado e circulação por meio de vielas de pedestres, escadarias, pinguelas etc.
6. *Padrão urbanístico dos “lotes”* - Lotes de tamanho regular; ou grande variedade de formas e tamanhos. Situações específicas, como: palafitas; quilombolas; núcleos isolados da área urbana etc.
7. *Áreas de risco* – Ocorrências de alagamento, desmoronamento/escorregamento de encostas, solapamento de margens de rios.
8. *Densidade do assentamento* - Edificações com um ou mais pavimentos; com ou sem recuos laterais ou frontais.
9. *Material de construção* – Permanente/adequado (tijolo, bloco, barro, madeira, etc) ou improvisado/inadequado (barro mal feito, madeira velha, sucata etc.)
10. *Localização em terrenos com restrições absolutas à ocupação* – Oleodutos e gasodutos; faixa de linhas de alta tensão; faixas de domínio de ferrovias ou rodovias; lixões ou outras áreas contaminadas.
11. *Localização em áreas de preservação ambiental* – Áreas de Preservação Permanente (APPs); Unidades de Conservação (UCs); APMs.
12. *Zoneamento municipal* – Zona urbana ou rural; e tipo de zona (ZEIS, zona mista, zona industrial etc.).

## APÊNDICE 4

### Bússola Sociológica

#### Conceituações da Bússola Sociológica segundo Brym et al. (2008)

Os sociólogos concordam que a globalização e o pós-industrialismo oferecem muitas promessas estimulantes para melhorar a qualidade de vida das pessoas e aumentar a liberdade humana. No entanto, eles também veem muitas barreiras socioestruturais para a realização disso. Podemos resumir tanto as promessas quanto as Barreiras por meio de uma representação gráfica que se assemelha a uma bússola – uma bússola sociológica [...]. Cada eixo da bússola contrasta uma promessa com as barreiras para sua realização. O eixo vertical contrasta a promessa de igualdade de oportunidades com a barreira das desigualdades de oportunidades. O eixo horizontal contrasta a promessa de liberdade individual com a barreira de restrição daquela liberdade. (BRYM et al., 2008, p. 27).

- *Igualdade versus desigualdade de oportunidades:*

Os otimistas prevêm que o pós-industrialismo abrirá mais oportunidades para as pessoas tendo em vista que possibilitará encontrar trabalhos criativos, interessantes, desafiadores e compensadores. Além disso, a era pós-industrial trará mais “igualdade de oportunidades”, isso é, melhores chances de todas as pessoas adquirirem educação, influenciar as políticas governamentais e ter bons empregos. (BRYM et al., 2008, p. 28).”

- *Liberdade individual versus coerção individual:*

Podemos dizer o mesmo acerca do ideal de liberdade. Em tempos passados, a maioria das pessoas conservavam suas identidades religiosas, étnicas, raciais e sexuais por toda a vida, mesmo que não se sentissem particularmente confortáveis com elas. As pessoas normalmente permaneciam em relações sociais que as tornavam infelizes. [...] as pessoas têm agora mais liberdade para construir sua identidade e formar relações sociais de maneira que lhes seja mais conveniente. Em grau maior do que jamais houve, é possível escolher quem quer mesmo ser, com quem queremos nos associar e como queremos nos associar com as pessoas que escolhemos. A era global e pós-industrial libera as pessoas de coerções tradicionais ao encorajar a comunicação global quase instantânea, as migrações internacionais, a aceitação da diversidade sexual e de uma variedade de arranjos familiares, o crescimento de cidades diversificadas do ponto de vista racial e étnico etc. Por exemplo, no passado, era comum as pessoas permanecerem em casamentos com os quais estavam insatisfeitas. As famílias tendiam a se estruturar em torno de um pai que atuava no mercado de trabalho remunerado e de uma mãe que cuidava da casa e das crianças, sem receber nenhum salário por isso. Hoje as pessoas estão mais livres para terminar casamentos infelizes e criar estruturas familiares mais adequadas às suas necessidades individuais. (BRYM et al., 2008, p. 29).

**ANEXO(S)**

**ANEXO 1**  
**TERMO DE CONCENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

O objeto de estudo dessa pesquisa são as Representações Sociais do ambiente de vida do território de atuação do CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) do bairro Tereza Cristina, Criciúma/Santa Catarina, a partir do olhar dos profissionais que atuam na instituição. Tendo como responsável pelo estudo o mestrando/pesquisador Leandro Nunes sob orientação do Professor Dr. Gilberto Montibeller Filho, ambos vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (PPGCA), da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC).

Pelo presente consentimento livre e esclarecido, declaro que fui esclarecido (a), de maneira clara e detalhada a respeito do objetivo, justificativa e a forma de trabalho desta pesquisa. Fui igualmente informado (a): - da garantia de requerer resposta a qualquer pergunta ou dúvida acerca dos procedimentos, riscos, benefícios e outros assuntos relacionados à pesquisa; - da liberdade de retirar meu consentimento, a qualquer momento, e deixar de participar do trabalho, sem que me traga qualquer prejuízo; - da segurança de que serei identificado (a) por meio de meu nome e imagem pessoal somente com o meu consentimento e que se manterá o caráter confidencial das informações relacionadas a minha privacidade; - de que serão mantidos todos os preceitos éticos-legais assumidos pelo pesquisador durante e após o término da pesquisa; - do compromisso de acesso às informações em todas as etapas da pesquisa, bem como dos resultados.

A coleta de dados será realizada por Leandro Nunes (FONE: ((48) 91228784) Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. Orientado pelo Professor Doutor Gilberto Montibrller Filho ((48) 91111292). Em caso de maior esclarecimento contactar o Comitê de Ética da Universidade do Extremo Sul Catarinense ((48) 3431.2723).

**Data:** \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

---

**Leandro Nunes**  
**Mestrando em Ciências Ambientais**

---

**Participante da Pesquisa**

**Orientador:** Professor Doutor Gilberto Montibeller Filho.

## ANEXO 2

### Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa – UNESC



*Universidade do Extremo Sul Catarinense UNESC*  
*Comitê de Ética em Pesquisa - CEP*

**Resolução**

*Comitê de Ética em Pesquisa, reconhecido pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) / Ministério da Saúde analisou o projeto abaixo.*

**Projeto:** 173.133/2013

**Orientador:**

*Gilberto Montibeller Filho*

**Acadêmico:**

*Leandro Nunes*

**Título:** *"Representações Sociais de Profissionais de um Centro de Proteção Social Básica em Criciúma/SC Sobre o Ambiente de Vida do Território de Abrangência da Instituição".*

*Este projeto foi Aprovado em seus aspectos éticos e metodológicos, de acordo com as Diretrizes e Normas Internacionais e Nacionais. Toda e qualquer alteração do Projeto deverá ser comunicado ao CEP. Os membros do CEP não participaram do processo de avaliação dos projetos onde constam como pesquisadores*

*Criciúma, 05 de fevereiro de 2013.*

*Mágada T. Schwalm*  
Coordenadora do CEP

